

UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO

Mestrado em Ciências Humanas

Luis Tavares da Silva Sobrinho

**IMPrensa e APEOESP: A GREVE DOS PROFESSORES DO
ESTADO DE SÃO PAULO DE 2015**

São Paulo

2020

Luis Tavares da Silva Sobrinho

**IMPrensa e APEOESP: A Greve dos Professores do
Estado de São Paulo de 2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade de Santo Amaro – UNISA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Dias

São Paulo

2020

SOBRINHO, Luis Tavares da Silva
“Imprensa: APEOESP a greve dos professores do
Estado de São Paulo de 2015”
São Paulo 2019, 118 p.
Dissertação (Mestrado) – UNISA-SP
Programa: Ciências Humanas
Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Dias

FOLHA DE APROVAÇÃO

Banca examinadora

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Ass.: _____

Local e data: _____ / ____ / _____

sobrinhotavares@yahoo.com.br

Dedico a Pedro Tavares da Silva e Antonia Maria da Silva que, onde quer que estejam, estão felizes por terem conseguido fazer com que eu chegasse até aqui.

Obrigado meus pais!

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Luiz Antonio Dias pela orientação e paciência com um Mestrando em Ciências Humanas.

Aos professor Dr. Paulo Fernando de Souza Campos, Prof. Dr. Rafael Lopes de Sousa, Prof. Dr. Antônio Jackson de Souza Brandão, Prof.^a Dra. Marília Gomes Godoy, Prof.^a Dra. Alzira Lobo de Arruda Campos, Prof.^a Dra. Eliane Teixeira Alcântara, pelo apoio, orientações bem como informações incorporadas à final desta dissertação.

Aos meus pais Pedro Tavares da Silva e Antonina Maria da Silva, que mesmo estando lá no paraíso, estão felizes por terem conseguido fazer com que eu chegasse até aqui apesar das dificuldades por eles enfrentadas e terem proporcionado a minha educação.

Aos meus irmãos, Alda, Aldo, Afonso, Cicero, Claudia Maria, Claudio, Hilda, Iraci, Laurentino, Maria do Socorro, Marluce, Marlene, Marileda, Rejane. Filha Kimberley, Irina, sobrinhos e sobrinhas, prima Terezinha, tio Getúlio, minha família; a todos que estão sempre torcendo para que eu consiga atingir os meus objetivos, pois consideram estes como sendo deles.

A todos professores do Colégio Oswaldo Cruz e funcionários pelo apoio nessa minha Dissertação.

A todos professores e funcionários da APEOESP Sudeste Centro, Edenilde Nascimento, Prof.^a Regina Sena, Prof. Robert Silva, Prof. João Cessa, Prof. Tomé Ferraz. A todos que de uma forma ou de outra me apoiaram nessa caminhada.

Ao Prof. Roberto Guido, meu agradecimento pelo apoio prestado na fase final de elaboração da dissertação.

RESUMO

Este trabalho analisa de forma interdisciplinar - pensando a história, a sociologia e a comunicação - como a greve do magistério da rede pública de ensino paulista, ocorrida em 2015, foi retratada pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Buscamos contrapor a narrativa do jornal *Folha de S. Paulo* com a narrativa feita pelo jornal da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – a APEOESP. Pretendemos analisar ainda os fatos que marcaram esses dias de paralização e a narrativa produzida sobre eles através das atas das Assembleias de greve, bem como retratar o que foi noticiado por esse jornal sobre a greve dos professores de 2015, ou seja, vamos analisar especificamente o que foi retratado pelo jornal *Folha de S. Paulo* utilizando como fonte primária a documentação produzida pela APEOESP, sobretudo seu jornal – APEOESP – Urgente, as atas das assembleias dos professores durante a greve e seus informes, o Informe Urgente, produzidos ao longo da greve. Tal preocupação se justifica devido à necessidade de se perguntar como o jornalismo poderia estabelecer relações entre a ação pública e o discurso no espaço público. Trata-se de uma tarefa essencial aos regimes democráticos.

Palavras-chave: educação, greve, narrativa, paralização, política, documentação, regimes democráticos.

ABSTRACT

This paper seeks to analyze how the strike of the teaching system, which occurred in 2015, in all public schools in São Paulo, was portrayed by the newspaper *Folha de S. Paulo*. We seek to contrast the narrative of the newspaper *Folha de S. Paulo* with the narrative written by the newspaper of APEOESP - an association that supports teachers in the State of São Paulo. We also intend to analyze the facts that marked these days of paralysis and the narrative produced about them through the minutes of the strike assemblies, as well as to portray what was reported by this newspaper about the 2015 teachers strike; that is, we will analyze specifically what was portrayed by the newspaper *Folha de S. Paulo*, using as a primary source the documentation produced by APEOESP, especially in its newspaper - *APEOESP Urgente*, in the minutes of the teachers' assemblies during the strike and their reports in the *Informe Urgente*, produced throughout the strike. Such concern is justified by the need to ask how journalism could establish relations between public action and reasoning in public space. This is essential in democratic regimes.

Keywords: democratic regime, education, narrative, politics, reports, strikes.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1: AS BASES TEÓRICAS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM SÃO PAULO	11
1.1 A importância do trabalho docente: entre o sacerdócio e o profissionalismo	11
1.2 Questões político-pedagógicas e educacionais	19
1.3 Educação, questões econômicas e trabalhistas: Novos ventos e mudanças	27
1.4 O contexto da greve de 2015	38
CAPÍTULO 2. PROFESSORES E A IMPRENSA: A IMPRENSA SINDICAL E A MÍDIA-EMPRESA	50
2.1 A narrativa da greve no jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	50
2.2 A narrativa da greve no jornal da <i>APEOESP</i>	67
2.3 A educação como direito fundamental e o direito à informação	74
CAPÍTULO 3 – A GREVE DA APEOESP E SUA REPERCUSSÃO NA <i>FOLHA</i>	85
3.1 As atas das assembleias da APEOESP frente ao noticiado pela <i>Folha</i>	85
3.2 A análise da grande imprensa: a <i>Folha de S. Paulo</i>	92
3.3 O professor sob a ótica da imprensa: o professor é o culpado?	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
BIBLIOGRAFIA.....	112

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar como a greve do magistério da rede pública de ensino paulista, ocorrida em 2015, foi retratada pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Buscamos elencar e, quando necessário, contrapor a narrativa do jornal *Folha de S. Paulo* com a narrativa feita pela Jornal da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – a APEOESP. Pretendemos analisar ainda os fatos que marcaram esses dias de paralização e a narrativa produzida sobre eles, tendo como referência as atas das assembleias de greve dos sindicatos dos professores, contraposto ao que foi retratado e noticiado pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre essa greve de 2015. Trata-se de analisar duas perspectivas: uma narrativa jornalística mais vinculada à chamada “grande mídia”, ou seja, analisar especificamente o que foi retratado jornal *Folha de S. Paulo*, e outra narrativa também jornalística, mas sob a perspectiva sindical, utilizando como fonte primária a documentação produzida pela APEOESP, sobretudo seu jornal – *Apeoesp - Urgente*, as atas das assembleias dos professores durante a greve e seus informes, o *Informe Urgente*, produzidos ao longo da greve.

Analisar e refletir sobre tais narrativas é relevante, por uma lado, devido à necessidade presente hoje no cenário nacional de dar maior visibilidade e transparência na comunicação com a sociedade de fatos importantes que se referem a questões nacionais, como é o caso da educação e, por outro, indicar como a questão da comunicação deve estar atrelada também aos eventos de todas as políticas públicas, principalmente educacionais. Este mundo contemporâneo é marcado pela facilidade e velocidade de acesso aos meios de comunicação, é marcado pela facilidade de acessar fontes e banco de dados de informações, mas também é caracterizado pelo labirinto das notícias falsas e simulacros de verdade e simulações da realidade. Para compreendermos o contexto de todo esse processo e como ele ocorre propomos analisar uma situação específica, que é a deflagração de uma greve dos professores no início de 2015 no contexto da educação brasileira, particularmente a política educacional no Estado de São Paulo. Assim, esse trabalho tem como parâmetro a reflexão e o estudo do período imediatamente anterior a 2015, das lutas engendradas pelo sindicalismo dos trabalhadores da área educacional, as lutas

históricas da APEOESP por uma educação de qualidade, até chegarmos à greve dos professores de 2015 da rede pública de ensino do estado. Portanto, nosso objetivo é refletir sobre como o jornalismo exerce seu papel de informar a sociedade e como ele se articula na questão do acesso à informação. Ele contribui exercendo uma função constitucional que é informar à sociedade sobre os fatos que são relevantes para a vida pública; é através de um desenvolvimento mais equilibrado entre o discurso (pensamento) e a necessidade de haver uma ação pública (greve), que a imprensa exerce o seu papel. Mostrar os fatos relevantes que dizem respeito ao equilíbrio entre Estado e sociedade é função essencial da imprensa na chamada modernidade, defender essa necessidade é defender o estado democrático e as conquistas liberais da modernidade. Isso diz respeito diretamente às políticas públicas nacionais e, no caso específico, diz respeito à política educacional do Estado de São Paulo. Tal preocupação se justifica devido à necessidade de se perguntar como o jornalismo poderia estabelecer relações entre a ação pública e o discurso no espaço público. Trata-se de uma tarefa essencial aos regimes democráticos. Para o leitor, que também é cidadão, compreender e acompanhar criticamente o universo das políticas que o afetam seria necessário que a informação e sua difusão conseguissem chegar até ele. Esse aspecto é essencial, constituindo-se uma das bases de sustentação de uma sociedade plenamente democrática.

A *Constituição Federal* de 1988 estabelece várias maneiras de participação dos cidadãos nas decisões que envolvem o estado democrático de direitos e também nas questões que dizem respeito à esfera pública e o Estado em relação às políticas públicas; o voto é a parte mais visível dessa premissa. Podemos dizer que a participação política também é se manifestar sobre as decisões na esfera pública, decisões que se expressam através da cobertura jornalística da imprensa. É tarefa da imprensa exercer esse papel num estado democrático de direitos. Esse papel é essencial numa democracia, pois expressa as relações entre Estado, governo, sociedade civil nos diferentes temas que afetam a opinião pública, por exemplo, no gasto do orçamento público em relação à educação. Podemos afirmar, por exemplo, que o conceito de democracia após a Revolução Francesa e a chegada dos estados modernos na História, envolve a existência de três poderes, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Eles devem agir em sintonia com os anseios do cidadão para, de

modo geral, preservar e ampliar a paz, o desenvolvimento econômico e social e a harmonia na sociedade através de ações que sempre devem ter como objetivo o benefício de todo o conjunto da sociedade. Na modernidade a imprensa detém a prerrogativa de fazer parte dessa vontade ou compromisso, porém, ela não poderia se colocar como um quarto poder de uma República.

Nossa preocupação em refletir sobre esse tema decorre de percebermos certas discrepâncias nas narrativas midiáticas a partir de um certo momento de nossa história política. Não resta dúvida de que os meios de comunicação são essenciais aos regimes democráticos modernos. A democracia moderna deve muito à imprensa o direito de liberdade de informação, bem como não há sentido dizer que existe democracia onde a imprensa não é livre. Ora, é por intermédio de uma imprensa livre que a sociedade civil se manifesta, emite opiniões, troca informações, vigia, denuncia e cobra dos três poderes clássicos o perfeito funcionamento daquilo que entendemos como democracia. Por causa justamente disso é que afirmamos que há a necessidade de o jornalismo e os meios de comunicações poderem contribuir em relação à tão sonhada sintonia para a paz, o desenvolvimento social e econômico no que diz respeito diretamente com as políticas públicas, no caso aqui estudado, da política educacional do Estado de São Paulo.

A dissertação está dividida em três capítulos: O primeiro capítulo mostra, em breve resumo, a história dos movimentos grevistas que antecedem a março de 2015, os motivos que levaram os professores a participar de diversas lutas em prol da educação, sobretudo sua crítica à falta de uma política pública de valorização do magistério o que ocasionou desvalorização da carreira docente ao longo dos anos.

No segundo capítulo vamos discorrer sobre a visão da greve na imprensa, tanto a imprensa considerada como fonte primária de pesquisa, que abarca a grande imprensa, quanto a imprensa sindical. Elas se inserem no contexto de serem fontes para a pesquisa histórica e social. Vamos analisar a narrativa da greve no jornal da *Folha S. Paulo*, que será contraposta à narrativa da greve no Jornal da APEOESP o *Apeoesp - Urgente* e as atas das assembleias de greve dessa categoria profissional.

No terceiro capítulo, faremos um balanço geral da narrativa feita pela *Folha de S. Paulo* frente às deliberações das assembleias, expressa nas atas e

no jornal da APEOESP. Além disso, mostraremos como as demandas da APAEOESP são apresentados para a categoria e a forma como a jornal *Folha de S. Paulo* abordou seu conteúdo nas matérias publicadas pelo jornal.

CAPÍTULO 1: AS BASES TEÓRICAS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM SÃO PAULO

1.1 A importância do trabalho docente: entre o sacerdócio e o profissionalismo

A profissão docente não pode ser desvinculada da categoria trabalho. Ela só pode ser concebida como trabalho e se falamos em “sacerdócio” é a título de metáfora para uma profissão que tem como uma de suas características a vocação para a conhecimento e a ciência. Segundo Antunes (2007, p. 21), a humanidade não pode reproduzir-se sem trabalho, sendo este aqui entendido como elemento vital da vida social; o trabalho é maneira como ser humano produz os bens socialmente úteis. O trabalho possui, assim, uma dimensão ontológica, mas ela acaba quando o desenvolvimento do capitalismo o trabalho passou a ser assalariado, tornando-se ele também uma mercadoria entre outras, inserido um processo que aliena o trabalhador. O trabalho humano se diferencia daquele realizado pelos animais na natureza, pois o homem através do trabalho transforma a natureza, o próprio homem e o mundo. No trabalho o ser humano encontra a maneira de produzir os bens necessários à sua sobrevivência. Segundo Antunes (2008):

Mas, se por um lado, podemos considerar o trabalho como um momento fundante da vida humana, ponto de partida no processo de humanização, por outro lado, a sociedade capitalista o transformou em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. O que era uma finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio e não primeira necessidade de realização humana. (ANTUNES, 2008, p.12)

Concebemos, portanto, o professor como um trabalhador que precisa vender sua força de trabalho para sobreviver, motivo pelo qual o professor-trabalhador está inserido nesse processo de alienação. Ademais, compreende-se que o trabalho do professor é também uma mercadoria especial, já que ela forma e transforma trabalhadores, portanto, a mercadoria mais importante no sistema capitalista.

Posto isso, consideramos que as transformações do capitalismo, a partir da década de 1970, causaram mudanças nas relações de emprego e de trabalho em geral, e também no trabalho exercido nos sistemas de ensino, que carecem

ser melhor compreendidas em sua inter-relação com as transformações operadas em outros âmbitos da vida em sociedade, tais como na atuação do Estado, nas políticas sociais e na educação, entre outras.

O objetivo deste capítulo é discutir a importância do trabalho docente e as condições gerais de trabalho no setor da educação pública, os motivos intrínsecos que deflagaram a greve de 2015, identificar as relações de emprego e de trabalho dos profissionais da educação no estado de São Paulo. Discutiremos as especificidades do trabalho docente no que se refere às normas de ingresso, progressão, carreira e remuneração dos professores e suas possíveis inflexões ante o quadro de regressão de direitos sociais e de flexibilização das leis trabalhistas.

Diferentemente de outras categorias profissionais e por sua ligação essencial com a questão do planejamento e execução das políticas públicas, há muitas especificidades no trabalhador do funcionalismo do setor público, em relação ao setor privado, que devem ser levadas em consideração. Podemos notar melhor essas peculiaridades, por exemplo, na área de educação. Reflexões sobre esse fato e suas conexões, podem implicar, por exemplo, em um maior ou menor entendimento sobre eficácia do planejamento das políticas públicas e de Estado, principalmente em relação à educação.

O desafio educacional brasileiro exige que se dedique muitos recursos e investimentos por parte do Estado para a área de educação. Pensando nesse desafio foi elaborado O *Plano Nacional de Educação* (PNE), com vigência entre 2014 e 2024. O PNE foi sancionado em 2014 e representa um marco legal que define os compromissos colaborativos entre os entes federados e diversas instituições pelo avanço da educação brasileira. Para o Ministério da Educação, o MEC, o PNE é uma agenda contemporânea de políticas públicas educacionais e uma referência para a construção e acompanhamento dos planos de educação estaduais e municipais, o que o caracteriza como uma política orientadora para ações governamentais em todos os níveis federativos e impõe ao seu acompanhamento um alto grau de complexidade.

Seria oportuno lembrar que desde o início dos anos 90 do século XX, a questão educacional tem sido conduzida segundo orientações internacionais. Elas têm como base as referências de organismos multilaterais, notadamente, a *Declaração Mundial de Educação para Todos*, originada da *Conferência Mundial*

de Educação para Todos. Nesse período a questão da educação esteve sob a ótica da UNESCO, do *Fundo das Nações Unidas para Infância e Juventude*, o UNICEF e do Banco Mundial. Sobre isso, o tema da “valorização do professor” galgou muito destaque nos discursos governamentais e em atos estatais, por exemplo, através do *Plano Decenal de Educação para Todos*. Também devemos considerar como um grande marco dos anos 1990 a aprovação da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB*. Ela pode ser encarada como a principal orientação nacional para as questões educacionais. Sendo uma das garantias jurídicas da educação brasileira, a Lei nº 9.394/1996, que cria a LDB, vai regulamentar a estrutura do sistema educacional prevendo uma série de medidas e dispositivos legais concernentes à organização do sistema educacional nacional. Sendo assim, a nova LDB adquire um caráter globalizante, ainda mesmo antes e após a sua aprovação. Como marco legal que legitima outras medidas a nova LDB desenrolará toda uma legislação que será sancionada de maneira a regulamentar seus dispositivos. (SAVIANI, 2008).

Assim, tendo essa perspectiva, foi constituído o *Plano Nacional de Educação*, o PNE, para o país, o que engloba todo o conjunto da educação nacional. E tendo como respaldo essas mudanças legais, foi instituído o desafio de se universalizar e democratizar o acesso à educação, essa agora considerada na perspectiva de uma melhoria da qualidade do ensino. Ao ser atrelada ao desenvolvimento econômico e social a educação será a partir de então colocada sob a ordem do dia na tentativa de se conquistar espaço na agenda dos governos como sendo um fator de desenvolvimento nacional.

Consta, então, como orientação para as políticas públicas educacionais, o cumprimento de um compromisso específico, compromisso que podemos classificar como histórico: Até 2020 igualar o salário médio dos professores à renda de outros profissionais com a mesma escolaridade no sentido de valorizar os profissionais do magistério das redes públicas da educação básica. Tal equiparação com o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente deveria ocorrer até o final do 6º ano da vigência do PNE.

Todavia, o resultado parcial divulgado em 2015 pelo MEC mostrava que os professores da rede oficial do Estado de São Paulo ainda ganhavam 52,5% do salário médio de outros profissionais com a mesma escolaridade. O maior

crescimento real dos rendimentos brutos médios mensais dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica da região Sudeste ocorreu no Rio de Janeiro, com acréscimo de 8,5% durante os anos analisados, avançando de R\$ 4.043,28 em 2012 para R\$ 4.385,71 em 2017. Minas Gerais também apresentou variação positiva de 1,3% nesses rendimentos. Dentre as variações negativas encontradas no rendimento médio bruto mensal, diz o documento, sobre a avaliação dos salários dos profissionais do magistério da região sudeste, estão os estados do Espírito Santo, com recuo de -10,2%, e de São Paulo, com perdas reais de -1,7% no período.¹ Sendo assim, se torna um grande desafio valorizar a carreira docente desses profissionais que trabalham não apenas por vocação. Podemos afirmar que elevar os salários do magistério implica em mudar prioridades e passar a enxergar a educação como a principal fonte sustentável de desenvolvimento econômico e social de um país.

De acordo com a visão do Ministério da Educação, a defasagem na remuneração dos profissionais da educação tem sido diagnosticada como um dos resultados de um passado de não valorização desses profissionais; defasagem também apontada como um dos principais motivos do declínio do número de universitários em cursos de formação de professores. A queda do número de pessoas interessadas pela formação para o magistério na educação básica, assim como sua evasão, põe em risco a meta de universalização e ampliação da obrigatoriedade da educação básica, além de ser contrária às necessidades de educação da população brasileira.²

Em relação ao professorado paulista, enfrentar esses desafios de dar condições salariais dignas, o que significa cumprir a Meta 17 do Plano Nacional de Educação, que defende a equiparação do salário dos professores com os salários dos demais profissionais de nível superior, vai depender do planejamento das políticas públicas do Estado.

E é nessa questão que se insere as demandas sobre aumento da remuneração dos professores e suas reivindicações. Assim, para clarificar qual

1 Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018. – Brasília, DF : Inep, 2018, p. 290 <Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/RELAT%C3%93RIO+DO+SEGUNDO+CICLO+DE+MONITORAMENTO+DAS+METAS+DO+PNE+2018/9a039877-34a5-4e6a-bcfd-ce93936d7e60?version=1.17>>. <Acesso em: 30out2019.>

² Brasil. Ministério da Educação. Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2014. <Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. <Acesso em: 30out2019.>

é a situação econômica, social e política dos professores paulistas e suas reivindicações devemos ter em mente as mudanças ocorridas por causa da reforma do Estado e das políticas públicas efetuadas a partir dos anos 1990. Talvez olhando por essa perspectiva possamos encontrar os fatores que impedem o avanço da educação pública de qualidade no Estado de São Paulo.

Segundo Alves (2009) muito deve ser discutido em relação às consequências do processo de reestruturação produtiva na educação. Entretanto, o importante para a nossa reflexão é o trabalho do professor, especificamente os estudos que analisam essa categoria à luz das relações sociais de produção e discutem a tese da proletarização. Pois, geralmente, ao analisar essa questão, quando falamos sobre uma política educacional para o Brasil, quando mencionamos a exigência de um projeto pedagógico que precisa ser implementado, nada ou quase nada se fala sobre a questão econômica e profissional, da capacitação docente e do aperfeiçoamento dos planos de carreira docentes. Muitas vezes a implementação de um programa de melhoria da educação desemboca quase que exclusivamente no aspecto físico e de infraestrutura e não no lado humano da educação. Assim, é mais comum associar os investimentos com reformas físicas nas escolas e seus edifícios e na construção de novas escolas, a introdução de novas tecnologias educacionais. É comum notarmos nas notícias relativas ao ensino básico a mera reprodução dessa visão nos jornais. Estas questões relativas à política educacional, são, portanto, apenas pontuadas, apenas um pouco focadas pela imprensa e elas acabam aí mesmo, no seu mero anúncio. A falta de contextualização histórica sobre a precariedade da profissão docente, a perda da dimensão de crítica que vá além do discurso, da retórica, caracterizam a lógica da produção da notícia. Por isso é muito atual o pensamento crítico sobre esse fato. Horkheimer e Adorno (1999, p. 177) e sua teoria crítica abordam essa questão dizendo que na verdade o consumidor da indústria cultural moderna deve se conformar apenas com a “leitura do menu”. Ou seja, esse indivíduo está reduzido a um papel que, simbolicamente, se restringe apenas a um papel deformador, ou seja, deformado, desinformado, o que expressa a socialização no âmbito da semi-cultura. O que caracteriza a semi-cultura é a superficialidade da leitura das notícias. Segundo Adorno e Horkheimer (1999) nada é aprofundado e debatido criticamente em seu contexto histórico. Sobre a política pública educacional para

o ensino médio os jornais raramente tocam nos temas mais sensíveis, jamais querem saber dos assuntos conceituais que dizem respeito à uma dimensão histórica ou filosófica. Isso é evidente, por exemplo, nas contradições sempre em voga que mostram as diferenças entre ensino propedêutico para as classes dominantes e a formação profissionalizante na qual se restringe a educação da classe dominada, aspecto que tem de longe muitas conotações ideológicas, e que são estruturais em relação ao ensino médio.

As reformas educativas inspiradas no modo proposto pelo Banco Mundial, por exemplo, têm como principal preocupação discursiva a melhoria da qualidade da educação. No entanto, é revelador que nas suas prioridades a questão do aspecto salarial dos docentes nunca entra em pauta, além de constar até mesmo proibição de se usar os aportes desses recursos para resolver a questão da precarização do trabalho docente. A questão da profissionalização da carreira docente é esquecida e ela é tratada como se fosse somente por uma questão de vocação. Como afirma Candau (1999), convém notar que as prioridades para esta instituição financeira multilateral são sempre relacionadas às estruturas físicas e nunca estão focadas nos recursos humanos. Assim, são contemplados sempre: bibliotecas, tempo de instrução, dever de casa, livros didáticos, conhecimentos do professor, experiência do professor, laboratórios. (CANDAU, 1999, p. 37). Sendo assim, ao optar por financiamentos do Banco Mundial o modelo priorizado não tem espaço para a valorização profissional e econômica da carreira docente. Além disso, os professores nunca estão na vanguarda do processo da melhoria da educação, deixando a cargo de outras esferas discutir as questões importantes relativa à profissão docente. É comum privilegiar a fala de especialistas e consultores que estão fora do contexto da sala de aula e da educação públicas. Segundo Torres (2000, p.139), a maioria dos formuladores de programas educacionais ou que são gestores de educação, não tem conhecimento e experiência necessária para tratar das questões área sendo mais grave que poucos matriculam seus filhos na escola pública. Ou seja, grande parte da problemática da carreira docente é fruto da ausência dos professores na definição, na agenda e na discussão que envolve a política educacional. Além disso, a questão da profissionalização da carreira docente tem a ver com o fato de se analisar essa questão sob a ótica de uma educação

pautada por critérios empresariais e de mercado, acabando a escola sendo comparada a uma empresa.

Nas políticas educacionais segundo o conceito neoliberal, a educação e a profissionalização da carreira docente são encaradas como um instrumento de equalização social independentemente da ordem econômica. Gentilli (1995) coloca bem a intenção do sistema neoliberal em relação a educação quando diz que:

... o neoliberalismo precisa – em primeiro lugar, ainda que não unicamente – despolitizar a educação, dando-lhe um novo significado como mercadoria para garantir, assim, o triunfo de suas estratégias mercantilizantes e o necessário consenso em torno delas. A educação sendo encarada como mercadoria será natural a busca pela qualidade, como ocorre com qualquer produto, e isso “estimula a competição, princípio fundamental na regulação de qualquer mercado”. (GENTILLI, 1995, p. 246)

Assim, podemos dizer que não é interessante para as políticas neoliberais que o Estado ofereça educação pública de qualidade a todos, não interessa também que ela seja o resultado da conquista de direitos sociais. Ou seja, esse capítulo da Constituição Federal deveria ser esquecido, pois isso comprometeria as possibilidades de escolha por parte dos pais. As questões educacionais e principalmente a questão da estruturação da carreira docente e sua efetiva profissionalização não podem ser um assunto em pauta, mas sim serem encaradas sob uma certa eficiência empresarial nos assuntos educacionais, sendo eles moldados por modelos de competitividade/qualidade, eficiência e diminuição dos custos. Os professores que estão na rede pública o fazem por uma grande vocação e “amor” e não devem ser considerados profissionais a serviço da educação pública. Afinal, diz essa diretriz, esse âmbito é reservado aos filhos dos trabalhadores. Na realidade o que se estimula é uma mentalidade onde quem pode pagar, deve preferir as escolas privadas, pois são mais eficazes e oferecem um ensino de melhor qualidade. É essa a fase final de uma ideologia onde prevalece não um projeto de país e de políticas públicas que são tocadas não por educadores e gestores públicos, mas sim por uma ideia de educação onde o que prevalece não é um direito oferecido soberanamente pelas políticas de Estado, mas uma coisa ser encarada como um produto. Uma política social é quando o Estado implementa ações que estabelecem o padrão de proteção social implementado para os cidadãos e são relacionadas e direcionadas “para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição

das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico”. (HÖFLING, 2001, p. 31). No âmbito que estamos presenciando da reestruturação do sistema capitalista, as políticas de Estado acabam sob a órbita das políticas econômicas que não visam o desenvolvimento social e econômico mas sim que privilegiam ajustes fiscais em benefício do sistema financeiro: isso se traduz em cortes de recursos e de pessoal, fim de concursos públicos, privatização predadora, descentralização, redução de critérios de atendimento aos direitos juridicamente constituídos ou mesmo a supressão de muitos desses de direitos. Segundo Gisele Souza da Silva (2011), as políticas públicas sofrem essa competição frente ao capital financeiro porque há um “processo de desmonte das políticas sociais”. O resultado é que com o privilégio dado ao sistema financeiro “acaba-se alargando-se a apropriação privada de parte cada vez mais expressiva do fundo público pelos rentistas, donos do capital e dos juros”. (SILVA, 2011, p. 2).

Como não priorizar a questão da profissionalização da carreira docente se há recursos orçamentários suficientes para equalizar a questão salarial dos professores? Os impostos e contribuições arrecadados pelo Estado no Brasil dariam conta de atender a essa demanda dos profissionais da educação, sendo que a questão de se encarar a profissão como um sacerdócio poderia há muito tempo ter ficado para trás. Mas a carga tributária no Brasil é regressiva, ela atinge mais intensamente os mais pobres e nunca as grandes fortunas, já que há uma relação inversa com o nível de renda do contribuinte. A composição do orçamento público é constituída majoritariamente, de recursos provenientes de contribuições sociais e impostos que recaem sobre o consumo (SALVADOR, 2007). Atualmente, o orçamento federal, por exemplo, é tomado pelo sistema financeiro que absorve quase metade do orçamento total da União por meio da rolagem da dívida pública. Para termos uma ideia mais precisa desse quadro convém notar que no ano de 2018, de todas as receitas da União (financeiras ou não), 42 % delas foram destinadas à manutenção da dívida pública, beneficiando os grandes bancos, bem como as grandes empresas e latifundiários, que também aplicam nesse rentável negócio. A remuneração dos títulos da dívida pública brasileira é a mais alta do mundo. Ou seja, o Brasil deixa de investir na educação e no salário dos professores porque aproximadamente 42% do total do Orçamento, estimado em R\$ 3,381 trilhões, é destinado ao sistema financeiro.

Trata-se de uma sangria que impede gastos com saúde e educação e impede que investimentos públicos sejam realizados. Em São Paulo e no Brasil, a despeito disso, a questão da carreira docente segue em segundo plano. Do orçamento da República, sobram 58% — R\$ 1,95 trilhão — para serem repartidos para investimentos, saúde, educação e assistência social etc. Devido à obrigatoriedade de muitos gastos, relacionados ao custeio da máquina pública, e com os limites da Emenda constitucional 95, do teto de gastos, o valor a ser disponibilizado para os gastos cai para R\$ 1,4 trilhão.³

A tão sonhada e importante valorização dos profissionais do magistério em relação à carreira e à remuneração presentes na legislação e nos discursos, e também nos movimentos grevistas dos professores nos últimos anos não foi, de fato, assegurada na prática. Ademais, em vista das medidas de austeridade em curso no país torna-se patente que há um horizonte possível onde ocorreria a extinção dos serviços públicos gratuitos da área social, entre eles a educação. Finalmente, podemos dizer que planos de carreira, melhores salários, vínculos funcionais mais sólidos e expansão dos postos de trabalho na educação, bem como relações de trabalho mais democrática com estabilidade e condições de trabalho dignas, ainda são uma meta a ser atingida.

A progressão na carreira, a remuneração digna e as demais condições gerais de trabalho docente, assim como os demais trabalhadores da educação, podem estar em vias de extinção se não houver a interferência de políticas públicas coerentes que ataquem os problemas em seus fundamentos: valorização da carreira e melhores salários e condições de trabalho para os docentes da rede pública de educação.

1.2 Questões político-pedagógicas e educacionais

Segundo Noronha (2018) as escolas têm como desafio socializar novos conhecimentos, de forma a elevar o nível de educação dos estudantes e por conseguinte um maior nível de educação de população, isso deverá acontecer com a utilização, por parte das escolas, de novas tecnologias, afim de se

³ Dados sobre o orçamento federal estão disponíveis em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/12/14/divida-publica-e-desafio-para-o-orcamento-do-pais-dizem-parlamentares>> Acesso em 05Dez19.

estimular tais núcleos de conhecimento modificando sua infraestrutura bem como os novos papéis dos docentes e estudantes, com novas formas de avaliação, novas estratégias e novas metodologias.

A produção acelerada de conhecimentos, característica deste novo século, traz para as escolas o desafio de fazer com que esses novos conhecimentos, sejam socializados de modo a promover a elevação do nível geral de educação da população. O impacto das novas tecnologias sobre as escolas afeta tanto os meios a serem utilizados nas instituições educativas, quanto os elementos do processo educativo, tais como a valorização da ideia da instituição como centro do conhecimento; a transformação das infraestruturas; a modificação dos papéis do professor e do aluno; a influência sobre os modelos de organização e gestão; o surgimento de novas figuras e instituições no contexto educativo; e a influência sobre a tecnologia. (NORONHA, 2018, p. 156)

A instituição de ensino, tendo em vista a grande produção de conhecimento, deixou de ser o único núcleo de criação e difusão de informação. Para Noronha, às instituições escolares:

... se juntam outras instituições, movimentos e ações culturais, públicas e privadas, além da importância que vão adquirindo na sociedade os meios de comunicação como criadores e portadores de informação e de conteúdos desenvolvidos fora do âmbito escolar. (NORONHA, 2018, p. 157).

A autora destaca também que a informação é diferente de formação e, portanto, o papel dos docentes é o de sistematizar esses conteúdos dando fundamentos e estabelecendo critérios valorativos.

Uma consequência imediata da sociedade de informação é que a sobrevivência nesse ambiente requer o aprendizado contínuo ao longo de toda a vida. Esse novo modo de ser requer que o aluno, para além de adquirir determinadas informações e desenvolver habilidades para realizar certas tarefas, deve aprender a aprender, para continuar aprendendo. Essas novas exigências requerem um novo comportamento dos professores que devem deixar de ser transmissores de conhecimentos para serem mediadores, de pesquisas, a produção de conhecimentos e o trabalho em grupo. Essa transformação necessária pode ser traduzida pela adoção da pesquisa como princípio pedagógico. (NORONHA, 2018, p. 156)

Segundo o Parecer CNE/CEB nº 7/2010, o projeto político-pedagógico se articula com o *Plano Nacional de Educação*, o PNE. O chamado PPP, ou projeto político-pedagógico, tem sua autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da instituição educacional, e representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social. O projeto político-pedagógico expressa um ideal de educação que permite

uma nova democratização e ordenação pedagógica das escolas. Sua construção é coletiva na escola, e ele ocorre na esfera da organização escolar, na relação com a comunidade, nas condições econômicas e realidade cultural entre outros pontos. Por se tratar de um projeto político-pedagógico ele expressa conflitos, tensões e negociações que desafiam o exercício da democracia na escola. Em decorrência disso, a construção desse projeto é essencial e necessariamente coletiva.

O *Plano Nacional de Educação* ou PNE também passou a ser considerado e articulado tendo em vista o *Sistema Nacional de Educação*, atrelado à previsão orçamentária de um percentual do produto interno Bruto (PIB) para seu funcionamento. Portanto, o PNE deve ser a base da elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para sua execução. O PNE determinou prazo de um ano a partir sua da publicação para Estados e Municípios elaborarem ou adequarem seus planos de educação. No prazo limite (25/06/2015), 37% dos Municípios do país ainda não haviam aprovado e sancionado seus planos.

As diferentes esferas de governo têm compromissos comuns, terão resultados mais efetivos e recursos otimizados se planejarem suas ações de maneira integrada e colaborativa. Além desses claros benefícios, ao realizarem essa tarefa, os gestores indicarão caminhos concretos para a regulamentação dos pactos federativos nacionais em torno da política pública educacional, estabelecendo o primeiro desenho para o Sistema Nacional de Educação. Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do PEE. (APEOESP – Plano de Educação - Set/Out/2015, p. 4)

Entretanto, apesar dos avanços nacionais, ainda existe uma longa luta a ser travada pela valorização profissional, em particular, e pela valorização da educação brasileira, em geral. Porém, o declínio do número de pessoas interessadas pela formação para o magistério na educação básica, assim como sua evasão, põe em risco a meta de universalização e ampliação da obrigatoriedade da educação básica, além de ser contrária às necessidades de educação da população brasileira. E, como o valor do fundo é reajustado anualmente em função dos recursos que o compõem, a remuneração também o seria. Na composição da jornada de trabalho, por exemplo, deveria ser observado o limite máximo de dois terços da carga horária para o desempenho

das atividades de interação com alunos. Desse modo, no mínimo um terço da jornada de trabalho deve ser destinado às atividades extraclasse.

Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os (as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido na Constituição Federal. (APEOESP - Plano de Educação, Set/Out/2015, p. 4)

A carreira do magistério deveria se tornar uma opção profissional que desperte nas pessoas interesse pela formação em cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do saber, de modo a aumentar a procura por curso dessa natureza e, dessa forma, suprir as demandas por esses profissionais qualificados, tanto para a educação básica como para a educação superior. O fator financeiro é decisivo para a escolha ou não de uma profissão, bem como para sua evasão, quando da oportunidade de melhor remuneração em carreira com qualificação equivalente.

Trata-se de valorização da educação que visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ou seja, nessa perspectiva, a pessoa que não recebe educação não se desenvolve plenamente e, portanto, não adquire as condições necessárias para o exercício de sua condição de cidadão. Além disso, ela tem reduzidas suas oportunidades no mundo do trabalho. Assim, a atividade dos profissionais da educação é indispensável e precisa ser valorizada. E um dos mecanismos para expressar a valorização docente é o estabelecimento de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior.

É importante, assim, refletir sobre o plano de carreira para os profissionais do magistério, sua implementação ou seu estabelecimento através de regras claras de ingresso na carreira por concurso público. Além disso, é necessário ter disponível a avaliação de desempenho e critérios de evolução funcional, por meio de trajetória de formação inicial e continuada e tempo de serviço, além de se prever composição da jornada de trabalho com horas-aula atividade. Apesar dos esforços empreendidos nos últimos anos, 34% dos municípios informam que ainda não possuem planos de carreira implementados, ou porque os planos estão em fase de construção ou em tramitação legislativa,

ou porque a carreira não é específica, ou simplesmente porque não existe iniciativa nesse sentido. Sendo assim, é necessário:

Assegurar condições, no prazo dois anos, para efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (APEOESP – Plano de Educação, Set/Out/2015, p. 4)

A efetivação de mecanismos concretos que garantam a participação de pais, estudantes, funcionários, professores, bem como da comunidade local, na discussão, elaboração e implementação de planos de educação é tarefa das políticas públicas. É necessário também discutir planos e projetos político-pedagógico das unidades educacionais, assim como garantir o exercício e efetivação da autonomia dessas instituições em articulação com os sistemas de ensino. Assim, a gestão democrática, entendida como espaço de construção coletiva e deliberação, deve ser assumida como uma dinâmica que favorece a melhoria da qualidade da educação.

Faz parte dessa perspectiva melhorar as formas de escolhas de dirigentes e o exercício da gestão; a constituição e o fortalecimento da participação estudantil e de pais, por meio de grêmios estudantis e de associação de pais e mestres; a constituição e o fortalecimento de conselheiros; a constituição de fóruns permanentes da educação como o intuito de coordenar as conferências municipais, currículos escolares, plano de gestão escolar e regimentos escolares participativos; e a efetivação no processo pedagógico, administrativa e de gestão financeira.

É fundamental para a garantia da educação como direito social, seu funcionamento público e o estabelecimento de condições objetivas de oferta de educação pública de qualidade que respeite a diversidade. Esses são caminhos imprescindíveis para a melhoria do acesso, permanência e aprendizagem significativa dos estudantes. Ou seja, a garantia de financiamento adequado das políticas educacionais é base e alicerce para a efetivação do Sistema Nacional de Educação e, por conseguinte, para o alcance das metas e estratégias do PNE, com vistas à garantia de educação em todos os níveis, etapas e modalidades. Assim, para adequar a essa meta é essencial:

Ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência da lei do PNE e, no mínimo, o equivalente a

10% do PIB ao final do decênio. (APEOESP - Planos de Educação, Set/Out/2015, p. 4)

É nesse contexto que podemos perceber a complexidade de uma greve no setor da educação, pois, diferentemente de outros setores, existe uma preocupação com o público, com o atendimento ao cidadão, com a implementação de políticas públicas. Nesse sentido, a greve amplia seus horizontes, para além das questões econômicas e trabalhistas.

A ditadura militar ao invés de valorizar a profissão docente pela exigência de boa formação acadêmica e por salários dignos, capaz de amenizar o problema de forma visível, acabou, de acordo com Ferreira Jr et al (2006), colocando os professores num processo de proletarização, arrochando seus salários e descaracterizando suas especializações.

Um dos aspectos mais relevante do processo de proletarização vivido pelo magistério brasileiro é o que ele desmistificou as atividades pedagógicas do professor como ocupação especializada, pertencente ao campo dos chamados profissionais liberais, ocorrendo de forma acentuada, a paulatina perda do seu status social. A partir desse momento, teve início a construção da nova identidade social do profissional da educação submetido às mesmas contradições socioeconômicas que determinavam a existência material dos trabalhadores. (FERREIRA JR; BITTAR, et al 2006, p. 1166/67).

Segundo Ferreira Jr et al (2006), diversas alterações na educação durante o período militar, afetaram a carreira docente. Na década de 1960 as escolas públicas eram ainda referência de boa posição social e cultural. Porém, em duas décadas houve aumento quantidade de escolas e professores, mas não houve como consequência um aprofundamento de uma estratégia de Estado para o desenvolvimento da educação.

Segundo Jesus (2004, p. 195), a aligeirada elevação na contratação dos docentes “traduziu-se na ‘massificação do ensino’ originando o aumento brusco do número de alunos, de escolas e, necessariamente, de professores”. Esse fato exigiu, ainda, que muitos professores elevassem a sua jornada de trabalho, bem como decaiu a qualidade de escolas para lecionarem, de forma que os docentes “[...] tiveram que começar a deslocar-se entre escolas para sobreviver, o que quebrou os vínculos das equipes com os seus estabelecimentos, prejudicando a qualidade do trabalho pedagógico” (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 83).

Segundo Jesus (2004, p. 195), o crescimento nas admissões de professores traduziu-se numa extensão brusca de números de alunos, de

escolas e docentes. Esse fato fez com que, entre outras coisas, os professores tivessem:

[...] uma sensação crônica de sobrecarga de trabalho (mais e mais para ser feito em tempo cada vez menor para fazer o que deve ser feito), áreas de decisão pessoal, envolvimento e controle sobre o planejamento, aumenta a dependência de materiais e especialistas externos ao trabalho e desenvolvimento); iv) reduz a qualidade do tempo (para se 'ganhar' tempo somente o 'essencial' é realizado), o que aumenta o isolamento, reduz a interação e limita a reflexão conjuntiva; v) as habilidades coletivas de trabalho são perdidas ou reduzidas e as habilidades de gerência são incrementadas vi) impõe e incrementa o trabalho de especialistas para dar cobertura a 'deficiências' pessoais; vii) introduzir soluções técnicas simplificadas (tecnologias) para mudanças curriculares, a fim de compensar o reduzido tempo de preparo (planejamento); viii) as formas de intensificação são muitas vezes interpretadas como profissionalização e, assim, passam a ser voluntariamente apoiadas pelo magistério (DEL PINO; VIEIRA; HYPOLITO, 2009. p. 123-123).

Esse fato exigiu ainda que muitos professores elevassem a sua jornada de trabalho, bem como a qualidade de escolas para lecionarem decaiu, de forma que os docentes “[...] tiveram que começar a deslocar-se entre escolas para sobreviver, o que quebrou os vínculos das equipes com os seus estabelecimentos, prejudicando a qualidade do trabalho pedagógico” (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 83).

Além disso, segundo Piovezan e Dal Ri (2016) a flexibilização das formas de entrada dos docentes na carreira do magistério foi outro fenômeno crescente propiciado pelas reformas educacionais durante os últimos anos tanto na esfera federal quanto na esfera estadual. As principais formas de contratos são em tempo determinado ou eventual. Uma das primeiras legislações federais que permitiram as formas flexíveis de contratações dos professores foi aprovada no início da década de 1990, por meio da Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado. Segundo esses autores acima citados essa legislação estipularia que:

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: IV - admissão de professor substituto e professor visitante; VII - admissão de professor, pesquisador e tecnólogo substitutos para suprir a falta de professor, pesquisador ou tecnólogo ocupante de cargo efetivo, decorrente de licença para exercer atividade empresarial relativa à inovação.

Ainda nos anos de 1990, a Emenda Constitucional n.º 19 permitiu a flexibilização da contratação do docente possibilitando o acúmulo de cargos públicos, que autoriza a conciliação entre dois cargos de professor ou mesmo um cargo de professor e outro de técnico ou científico.

Além da questão das condições de trabalho há também mudanças significativas na gestão pedagógica das escolas. Essas mudanças refletem, por exemplo, na mudança da proposta curricular ocorridas a partir da primeira década do século XXI. Segundo Cação (2011) a Proposta Curricular do Estado de São Paulo que aparece em 2008, vai alterar a forma de trabalho docente e aprofundar alienação no trabalho dos professores que foram reduzidos à condição de mercadoria, pois o trabalho pedagógico passou a ser concebido como mero instrumento de produção. Segundo a Secretaria de Educação de São Paulo, as apostilas didáticas, designadas de “Cadernos dos Professores”, “Cadernos dos Alunos”, “Cadernos dos Gestores” vão moldar exatamente o que seria necessário ser ensinado e o que seria necessário aprender. Os “Cadernos dos Professores” do Estado de São Paulo abordam a metodologia das aulas, os conteúdos, o tempo designado para cada momento didático e os resultados a serem aferidos para ocorrer a avaliação. Sendo assim, é evidente que a Proposta Curricular então a ser seguida tem a finalidade exclusiva de atender as demandas da nova gestão pública não no intuito do aprendizado do aluno mas sim de se trabalhar com metas e indicadores mercadológicos e empresariais de qualidade, como se a escola fosse uma empresa a ser gerida segundo padrões de gestão corporativos que buscam resultados e metas mais preocupados com a eficiência, eficácia para as políticas públicas. Por isso, adoção da Proposta Curricular do Estado de São Paulo resultou na subordinação das práticas e saberes pedagógicos acumulados em toda a rede estadual a um currículo unificado e engessado. O novo currículo desestimula o processo de trabalho autônomo e criativo dos professores e dos alunos nas escolas em suas especificidades mais regionalistas. Para Cação (2011) na análise do novo currículo do Estado de São Paulo possibilitamos:

Entender o contexto da produção do currículo implica desvendar políticas, estratégias, embates do seu entorno: o não explicitado em suas justificativas. Na berlinda, o currículo converteu-se em objeto de debate e de disputa entre diferentes concepções, uma vez que sua visibilidade e importância crescem em escala internacional nas últimas décadas, com traços e tendências bastante semelhantes. O currículo

é construção social, não um conceito. Organização e articulação interna de um curso de estudos no seu conjunto, no âmbito do qual se colocam organicamente os currículos específicos, tendo em vista o projeto político-pedagógico construído pela escola (...). (CAÇÃO, 2011, p. 1).

Entender o contexto da produção do currículo implica, então, desvendar políticas, estratégias, embates em seu entorno, como diz o autor acima o não explicitado surge a partir de suas justificativas. Sendo assim, o currículo converteu-se em objeto de debate e de disputa entre diferentes concepções, uma vez que sua visibilidade e importância cresceram e adquiriram importância em escala internacional nas últimas décadas, com traços e tendências bastante semelhantes.

O currículo é construção social, não um conceito. Segundo Assis (1999) a reforma curricular de 1998 vem ao encontro do que estipula as prioridades estabelecidas pelo Banco Mundial. Como metas propostas para os países em desenvolvimento são estipuladas para as redes de ensino públicas desses países se preocupar em reforçar nos alunos as técnicas de leitura e escrita, bem como a resolução de problemas matemáticos. Por isso, tal postura vai resultar numa reprodução do ideário neoliberal do Banco Mundial no interior das escolas pelos professores, que passaram a corroborar a tese de que as disciplinas “mais importantes” seriam a Matemática e a Língua Portuguesa (ASSIS, 1999).

1.3 Educação, questões econômicas e trabalhistas: Novos ventos e mudanças

Se quisermos entender as reivindicações dos docentes por melhores salários, se quisermos ter uma perspectiva clara do contexto das lutas da APEOESP dos anos 2000 em diante é necessário também refletirmos sobre as mudanças nas regras trabalhistas ocorridas a partir dos anos 1990 que afetaram os professores da rede oficial. Sobre essas mudanças, podemos dizer que elas não foram apenas formais, pois implicam, tanto para os servidores públicos em geral, quanto para os professores em partilhar, por exemplo, em uma nova configuração em relação à investidura em cargo público, uma nova política salarial e na mudança na forma de ingresso do agente público e, no caso o professor, na sua avaliação no estágio probatório. A mudança de regime jurídico, por exemplo, altera a forma de contratação de professores, pois o seu ingresso

não vai ser mais apenas por concurso público; abrindo-se a possibilidade de se estatuir um regime celetista.

Segundo Ribeiro (2004, p. 12), as mudanças no sistema de relações de trabalho, sobretudo as iniciativas que surgem a partir de 1994, são medidas incluídas em um programa maior de reformas de caráter globalizante. Elas expressam a clara tendência à desregulamentação dos direitos sociais e à ampliação do grau de flexibilidade já presente no sistema de relações de trabalho. Isso refletiu especialmente no que diz respeito tanto às condições de contratação quanto de demissão, bem como se atinge a questão da mobilidade funcional do trabalhador. E essas transformações trazem outras consequências dramáticas, por exemplo, quando se constatar o problema de existir diversas “categorias” de professores dentro de um mesmo sistema de ensino oficial, estabelecendo uma divisão dentro de uma mesma categoria profissional, todas atuando dentro da escola. Isso indica que ainda não foi plenamente cumprido o artigo 37 da Constituição Federal que trata do princípio da impessoalidade, princípio que afirma que não é permitido à administração pública fazer diferenciações que não sejam juridicamente justificáveis. Esse princípio agrega diversas consequências, mas a mais importante é instituir a igualdade na esfera pública, prevendo ser dever da Administração Pública dispensar tratamento impessoal e isonômico aos particulares, com o objetivo de atender à finalidade pública, não se permitindo a discriminação odiosa ou desproporcional.

Os marcos legais e institucionais com relação ao trabalho e a organização da máquina pública no Brasil contemporâneo foram a criação do Departamento Administrativo do Setor Público (DASP), a reforma administrativa do decreto-lei 200 e, por fim, a Constituição de 1988. O DASP foi previsto pela Constituição de 1937 e criado em 30 de julho de 1938, durante a era Vargas, e estava diretamente subordinado à Presidência da República. Esse órgão tinha o objetivo de aprofundar a reforma administrativa destinada a organizar e a racionalizar o serviço público no país, iniciada anos antes por Getúlio. Coerente com os princípios do Estado Novo, o DASP via uma incompatibilidade entre a “racionalidade” da administração e a “irracionalidade” da política. Pretendia, assim, estabelecer uma maior integração entre os diversos setores da administração pública, promovendo a seleção e aperfeiçoamento do pessoal administrativo por meio da adoção do sistema de mérito, o único capaz de

diminuir as injunções dos interesses privados e político-partidários na ocupação dos empregos públicos. Entre as atribuições do DASP estavam previstas também a elaboração da proposta do orçamento federal e a fiscalização orçamentária.

Segundo Costa (2008) para a reforma administrativa implantada após 1964, com os militares novamente no poder, o foco foi o centralismo político e a ampliação de ações intervencionistas do Estado, mediante a expansão da Administração Indireta com o Decreto Lei 200/1967. Esse decreto tenta enfrentar dois problemas considerados essenciais: a centralização excessiva da administração nos órgãos de cúpula e a ausência de coordenação nas ações do governo. Essa medida está inscrita no mais sistemático e ambicioso empreendimento para a reforma da administração federal. Esse dispositivo legal era uma espécie de lei orgânica da administração pública, fixando princípios, estabelecendo conceitos, balizando estruturas e determinando providências. O Decreto-Lei de número 200 se apoiava numa doutrina consistente e definia preceitos claros de organização e funcionamento da máquina administrativa.

Uma questão a ser respondida a respeito desse assunto é sobre um possível impacto causado pela reorganização do setor público nas relações de trabalho. Para Ribeiro (2004), a mudança no regime de contratação, por exemplo, vai alterar o perfil e as demandas dos funcionários públicos, em geral, e dos professores, em particular, já que:

As mudanças adotadas no sistema de relações de trabalho brasileiro, especialmente as iniciativas que surgem a partir de 1994, tratam-se de um conjunto de medidas incluídas em um programa maior de reformas de caráter globalizante, evidenciando a clara tendência à desregulamentação dos direitos sociais e à ampliação do grau de flexibilidade de nosso sistema de relações de trabalho, já bastante flexíveis, particularmente no que diz respeito às condições de contratação/demissão e à mobilidade funcional do trabalhador na empresa. (RIBEIRO, 2004, p. 13).

O Regime Estatutário, por exemplo, seria típico da Administração Pública, porque se coaduna com as características do regime de direito público. O trabalhador e Poder Público são submetidos igualmente ao estatuto. No sistema estatutário não cabe ao funcionário, como uma das partes da relação, estabelecer critérios para a sua participação no serviço público. Ora, podemos perguntar se tais alterações poderiam refletir diretamente nas políticas

educacionais implementadas já que afetam também as relações entre o Estado e a entidade de representação dos professores. (RIBEIRO, 2004, p. 13)

Como afirma Ribeiro (2004, p. 24), até a década de 1970, os professores da rede pública de ensino compunham uma categoria sem maior expressão política e mobilizadora, seja pelo impedimento legal dos servidores de se organizarem em sindicatos, seja pela própria desmobilização da categoria.

A profissão docente no ensino oficial era composta predominantemente de pessoas vindas da classe média, e o *status* da profissão garantia um salário digno e o respeito da sociedade, o que concorria para um distanciamento dos demais segmentos da classe trabalhadora e de seus problemas cotidianos, os quais serviam de base à ação sindical.

Mas, mesmo antes desse período os professores já passam a refletir sobre seu papel na educação pública buscando reconhecimento social e sua profissionalização. Além disso, segundo Paula (2007, p.16), a partir da metade dos 1960, os professores também vão ter que enfrentar, além da inflação, as consequências de uma política de arrocho salarial e enfrentar uma reforma fiscal, implantados durante a ditadura militar. Pois, do mesmo modo que o governo federal, os Estados reduziram os gastos públicos, ocasionando redução nos recursos para a manutenção da educação, repercutindo negativamente nas condições salariais e de trabalho dos docentes.

A partir da metade dos anos 1970 e início dos anos 1980 uma nova realidade se impõe de maneira decisiva: aprofunda-se o processo de desvalorização dos professores repercutindo os reflexos de uma expansão meramente quantitativa do sistema educacional, que aumentou extraordinariamente o contingente de professores nos sistemas públicos de ensino. Esse aumento e expansão vai acarretar mais pessoal e apoio, ou seja, mais necessidade de aporte de recursos. Consequentemente, haverá um significativo aumento de gastos com pessoal em relação à totalidade de recursos destinados à educação. É nessa perspectiva que ocorre a ascensão ao que foi chamado de “a organização docente sob a perspectiva sindical” que assinalou não apenas uma mudança em sua postura dos docentes de São Paulo diante do governo, mas também a ascensão de novos grupos no seio dessa categoria. (PAULA, 2007, p. 18)

Assim, devemos entender que a onda de movimentos grevistas deflagrados a partir do primeiro semestre de 1978 traduzia na verdade os anseios de setores da sociedade em acelerar as reformas rumo à redemocratização. Segundo Paula, (2004, p. 19) a greve de 1978, assim como a que ocorreu em 1963, também esteve inserida em um clima de grande agitação política. As ações do governo militar, visando uma abertura política “lenta, gradual e segura”, não eram suficientes para aplacar as tensões sociais. Mesmo que os resultados auferidos após 22 dias de paralisação nesse período estivessem aquém do que pretendia o professorado paulista, a sua participação no movimento assinalou não apenas uma mudança em sua postura diante do governo, mas também a ascensão de novos grupos no seio da categoria docente, o que rivalizaria com as antigas lideranças dos docentes pelo controle da APEOESP.

Segundo Piovezan e Dal Ri (2016, p. 183) outra medida do governo militar para tentar equilibrar o número de professores em relação à expansão das matrículas foi flexibilizar as formas de suas contratações. Por outro lado, ocorreu ainda uma corrida para se acelerar a sua formação, bem como um aumento da contratação de professores com uma escolaridade mínima para o exercício da profissão.

Mas uma medida que realmente causará a precariedade do ensino foi a introdução da “flexibilização nas formas de contratação de professores”, gerando, segundo Viana (1999, p. 95), citado por Piovezan e Dal Ri, (2016, p. 183) “um contingente significativo da categoria contratado sem concurso público, em caráter excepcional e em caráter temporário – docentes conhecidos como “precários”.

Assim, podemos dizer que, segundo ainda Piovezan e Dal Ri, (2016, p. 183), são três as medidas importantes para a ampliação da precarização do trabalho docente: 1) A intensificação do trabalho docente, 2) a flexibilização nas formas de contratação dos docentes e 3) o arrocho salarial.

Essas medidas estão em sintonia com as políticas econômicas adotadas pelos vários governos que intentam uma reordenação social e econômicas, políticas de fundo liberalizante, desregulando e abrindo a economia para um novo modelo de economia.

Essas estruturas têm ligação com a abertura da economia ao capital externo, com a desregulamentação econômica e uma visão que procura modificar o papel do Estado.

Para Saviani:

Nas condições atuais, em que a estrutura econômica assume a forma do capitalismo financeiro, a racionalidade financeira passa a comandar as políticas de modo geral e, conseqüentemente, também as políticas sociais, dando origem a “abordagem neoliberal das políticas públicas. (SAVIANI, 2008, p. 319).

Já a intensificação do trabalho se expressa, por exemplo, na sobrecarga de trabalho acarretada pelo aumento do número de aulas absorvidas pelo professor, e conseqüentemente um aumento do número de alunos e em um aumento no número de escolas nas quais os docentes trabalham. Essa intensificação, necessariamente, trará um significativo crescimento do volume de atividades extraclasse realizadas, como afirma Kuenzer e Caldas (2009, p. 35) citado por Piovezan e Dal Ri, (2016, p. 184):

Uma das formas visíveis da intensificação do trabalho docente é a sensação de que o professor já não possui tempo para realizar outras tarefas corriqueiras do seu ambiente de trabalho para além daqueles executadas em sala de aula, dentre as quais “não ter tempo sequer para ir ao banheiro, tomar uma xícara de café, até uma falta total de tempo para conservar-se em dia com sua área. (PIOVESAN e DAL RI, 2016, p. 184)

Com a chegada da década de 1990, outras medidas serão criadas e elas vão no sentido de fragilizar ainda mais a profissão docente, trazendo consequências para a educação e a relação entre funcionário público e o Estado. São elas: a aprovação do *Plano Diretor* e *Lei de Responsabilidade Fiscal*.

O *Plano Diretor*, que foi uma maneira encontrada de modernizar e otimizar a burocracia do Estado, trouxe a aprovação de duas importantes *Emendas Constitucionais* que afetarão os servidores públicos. As emendas nº 19 e nº 20 alteraram profundamente a lógica das ocupações no setor público, descaracterizando o modelo característico de trabalho no setor, além de alterar a previdência social dos funcionários públicos.

Já a *Lei de Responsabilidade Fiscal*, aprovada depois em 2000, impõe diferentes rumos para as finanças públicas, com especiais restrições aos gastos com pessoal. Para Piovezan e Dal Ri (2016, p. 186) essa legislação contribuirá

para a propagação de dois fenômenos: inserção em massa de docentes contratados em caráter temporário, e o aumento do número de aulas para cada docente, tendo em vista agora há possibilidade de acúmulos de cargos.

Outros pesquisadores da área de educação seguem o mesmo raciocínio no diagnóstico da precarização do trabalho docente em vista das leis que regularizam o trabalho docente. Nesse sentido, por exemplo, Para Ribeiro (2004) as principais alterações nas relações de trabalho provocadas pela Reforma Administrativa foram:

- I. Eliminação da obrigatoriedade do Regime Jurídico Único dos servidores da Administração Pública, das autarquias e das fundações públicas;
- II. Flexibilidade para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios definirem as políticas de contratação de servidores (EC nº19/ Art. 39);
- III. Exigência de processo seletivo público para a admissão de celetistas;
- IV. Estabilidade só é adquirida após três anos de exercício no cargo e exigência de avaliação periódica de desempenho (EC nº19/Art. 41);
- V. A demissão pode ocorrer devido à falta grave, insuficiência de desempenho e pelo descumprimento do limite da despesa com pessoal (EC nº19/Art. 247);
- VI. A remuneração dos servidores e subsídios poderão ser fixados ou alterados via lei específica (EC nº19/Art. 37); VII. Limitação rígida da remuneração dos servidores e membros dos Poderes;
- VII. Limitação dos proventos da aposentadoria e pensões equivalentes ao recebido na ativa;
- VIII. Não exigência de isonomia entre a remuneração para atribuições iguais ou semelhantes no mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário;

Por outro lado, podemos dizer que as ações do governo brasileiro, que foram implementadas depois de 1990, recebem ingerência de vários organismos internacionais que querem ditar as regras para a economia mundial que se globaliza rapidamente. Podemos citar, por exemplo, as ações desenvolvidas pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo Torres (1995) essas entidades ditam os rumos e prerrogativas para a estabilização da economia e ajustes que deveriam ser seguidos pelos países. Elas apontam recomendações para as reformas dos Estados desses países, sendo que o elemento central das recomendações – a redução do setor estatal – é proporcionado por intermédio de várias medidas: por exemplo, a privatização das empresas estatais e empresas públicas de economia mista, liberalização de salários e preços, redução do gasto público mediante a diminuição da participação financeira do Estado no provimento de serviços sociais. Exemplos dessas medidas, tais como educação, saúde, pensões, transporte público, entre outras, e sua posterior privatização (MELO, 2002).

A reforma do aparelho de Estado brasileiro teve seus objetivos e suas diretrizes sistematizadas, pela primeira vez, no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE), em documento elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, sendo aprovado em setembro de 1995 pela Câmara da Reforma do Estado. Posteriormente, foi submetido e aprovado pelo Presidente da República, tornando-o público. (BRASIL, 1995).

Essa reforma visava reorganizar as estruturas da Administração Pública com foco na qualidade e na produtividade do serviço público, flexibilizando-a e tornando-a eficiente. Além disso, objetiva reduzir os custos da Administração Pública, mas sob o argumento de valorizar o servidor público. Para tanto, algumas estratégias são priorizadas, tais como flexibilizar a estabilidade dos servidores estatutários, admitindo-se a demissão por falta grave, por insuficiência de desempenho e por excesso de quadros; permitir regimes jurídicos diferenciados e a contratação de servidores celetistas (BRASIL, 1995).

Deve-se destacar que é mencionado, com relação aos recursos humanos, que a legislação que regula as relações de trabalho no setor público é considerada inapropriada, principalmente “pelo seu caráter protecionista e inibidor do espírito empreendedor”. (BRASIL, 1995, p. 27). No que se refere aos concursos públicos, afirma, por um lado, que estes são feitos sem nenhuma

regularidade e avaliação periódica da necessidade de quadros, levando “à admissão de um contingente excessivo de candidatos a um só tempo, seguida de longos períodos sem uma nova seleção, o que inviabiliza a criação de verdadeiras carreiras”. (BRASIL, 1995, p. 27).

Esse documento aponta ainda, no que se refere à remuneração dos servidores, que diferentemente dos países desenvolvidos, no Brasil não há nada parecido com um sistema universal e padronizado de remuneração de servidores. O que existe é um sistema de remunerações muito distorcido em que algumas carreiras, principalmente as jurídicas e as econômicas, são bem remuneradas, em função de gratificações que objetivariam premiar desempenho, enquanto os demais cargos, principalmente os de nível superior, são mal pagos. Assim, a remuneração é baixa para alguns setores enquanto para outros é alta, sendo ressaltado que:

A inexistência tanto de uma política de remuneração adequada (dada a restrição fiscal do Estado) como uma estrutura de cargos e salários compatível com as funções exercidas, e a rigidez excessiva do processo de contratação e demissão do servidor (agravada a partir da criação do Regime Jurídico Único), tidas como as características marcantes do mercado de trabalho público, termina por inibir o desenvolvimento de uma administração pública moderna, com ênfase nos aspectos gerenciais e na busca de resultados. (BRASIL, 1995, p.36).

O documento também menciona os objetivos globais da Reforma do Aparelho do Estado, que são limitar a ação do Estado àquelas funções que lhe são próprias, reservando, a princípio, os serviços não exclusivos, que englobam educação e saúde, entre outros, para a propriedade pública não estatal, e a produção de bens e serviços para o mercado e a iniciativa privada. O objetivo é “transferir para o setor público não-estatal estes serviços, através de um programa de ‘publicização’, transformando as atuais fundações públicas em organizações sociais, OS.” (BRASIL, 1995, p. 46).

Essas organizações são entidades de direito privado, sem fins lucrativos, tendo autorização específica do Poder Legislativo para realizar contrato de gestão com o poder executivo e, dessa maneira, ter direito à dotação orçamentária. Com isso, o orçamento público passa a ser transferido para essas organizações. Além disso, a referida reforma visa lograr uma maior autonomia e, conseqüentemente, maior responsabilização para os dirigentes desses serviços e gozar de “uma maior parceria entre o Estado, que continuará a

financiar a instituição, a própria organização social (OS), e a sociedade a que serve e que deverá também participar minoritariamente de seu financiamento via compra de serviços e doações”. (BRASIL, 1995, p. 47). Fica anunciada a intencionalidade de que os serviços públicos possam ser cobrados dos usuários no futuro. No caso da educação, pode-se depreender que a captação de recursos no mercado ocorreria, essencialmente, por meio de pagamento de mensalidades pelos estudantes.

As Reformas Educacionais da década de 1990 incluem-se, então, nesse contexto mais amplo de reorganização do capitalismo em âmbito mundial, apresentando alterações intensas na educação para ajustá-la a esse novo modelo de funcionamento do setor produtivo e do Estado.

É nesse contexto que podemos compreender os reflexos dessas medidas para os professores; é nessa perspectiva que podemos analisar o contexto da criação de categorias de professores.

Tais reformas abarcaram a organização escolar, a organização do trabalho docente, a estrutura do sistema educativo (níveis, etapas e modalidades), responsabilidades para com a oferta, metodologias de ensino, currículo, avaliação, planejamento e gestão da educação, entre outras, amparadas em numerosa, fragmentada e complexa legislação.

A divisão dos professores paulistas em categorias de profissionais foi feita através da *Lei Complementar 1093/2009*. Seguindo o inciso X do artigo 115 da *Constituição paulista*, essa lei estabelece no seu artigo 1º, que será possível este tipo de contratação no sentido de:

IV – Suprir atividade docente da rede de ensino público estadual, que poderá ser feita nas hipóteses previstas no inciso II deste artigo e, ainda, quando:

- a) o número reduzido de aulas não justificar a criação de cargo correspondente;
- b) houver saldo de aulas disponíveis, até o provimento do cargo correspondente;
- c) ocorrer impedimento do responsável pela regência de classe ou magistério das aulas;

Sendo assim, além de enfrentar os desafios da reforma administrativa e da mudança nas condições de trabalho, os professores vão ter que conviver

também com a divisão profissional em categorias. Esse tema está na ordem do dia pois é importante discutir a precarização ainda maior para um grupo em particular, a chamada categoria “O”, que são aqueles professores contratados temporariamente. Sendo assim, segundo a APEOESP: A contratação feita após a aprovação do candidato em processo seletivo simplificado, é uma contratação bastante precária. O servidor fica vinculado para fins previdenciários ao INSS”. (APEOESP, 2018, p.17)

Ora, um dos grandes problemas dessa categoria é o fato de ter que contribuir por 35 anos para obter a sua aposentadoria. Por outro lado, o professor efetivo contribui por 25 anos para mulheres e 30 anos para homens. Segundo Alves (2007):

A nova rotinização do trabalho contribuía para a mera reprodução da superexploração do trabalho sob novas bases técnicas-organizacionais. Por outro lado, a depreciação salarial, o "arrocho salarial" – outro aspecto da superexploração do trabalho nos anos 80 – era objeto de insubordinação sindical, preservando, em maior ou menor proporção o antagonismo de classe em suas múltiplas expressões, seja no campo da administração da produção, na relação entre operários e chefias; seja no campo das relações industriais, entre sindicatos e empresas. (ALVES, 2007, p. 158).

Assim, fica clara a precarização, ainda mais intensa, da chamada categoria “O”. Cabe ressaltar que esse tipo de superexploração do trabalho não se deu apenas com esse grupo de professores, ou apenas nesse momento.

É nesse contexto que ocorreu um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, visando “dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores” (ANTUNES, 2009, p. 33). Essa reestruturação trouxe consequências para o processo de produção e para o mundo do trabalho, que são explicitadas por Antunes (2009):

- Aumento acentuado das inúmeras formas de sub-proletarização ou precarização no trabalho decorrente da expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, e que tem se intensificado em escala mundial, tanto nos países do terceiro, como também nos países centrais;

- Aumento expressivo do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, em escala mundial. Essa expansão do trabalho feminino tem sido frequente principalmente no universo do trabalho precarizado, subcontrato, terceirizado, com salários geralmente mais baixos ainda;

- Processo de desemprego estrutural que, junto com o trabalho precarizado, atinge cerca de 1 bilhão de trabalhadores, o que corresponde a aproximadamente um terço da força humana mundial que trabalha. (ANTUNES 2009, p.188,189).

Com tais alterações, a classe trabalhadora se torna muito heterogênea, fragmentando-se e se tornando mais complexa nas últimas décadas. Devemos frisar que essa reestruturação capitalista é um processo que abarca vários aspectos, englobando todos os países – embora de maneira diferente – afetando todo o mundo. Os países ditos em desenvolvimento, entre os quais se situa o Brasil, são forçados a redefinir seu lugar no sistema produtivo mundial, assumindo, em geral, uma posição subordinada. É nesse contexto mais amplo, de alterações, em que se insere a Reforma do Estado brasileiro, levando à redefinição do papel do Estado e suas repercussões no campo social, em especial na área da educação. (MELO, 2002).

Para tanto, o Projeto Político do Governo Federal brasileiro, desenvolvido, a partir da segunda metade da década de 1990, recebe influências de Organismos Internacionais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Tais organizações indicam um modelo de estabilização e ajustes para os países subdesenvolvidos (TORRES, 1995) e apontam recomendações para as reformas dos Estados desses países, sendo que o elemento central das recomendações – a redução do setor estatal – é proporcionado por intermédio de várias medidas como privatização e desregulamentação da economia e liberalização.

1.4 O contexto da greve de 2015

Os professores estaduais decretaram uma greve por tempo indeterminado em São Paulo, no dia 13 de março de 2015, reunidos em uma grande assembleia, cerca de 15 mil professores estaduais – segundo dados da APEOESP – aprovaram a greve por tempo indeterminado buscando melhoria na qualidade da educação, melhores salários e melhores condições de trabalho. Essa foi a greve mais longa da categoria pois durou mais de três meses.

Além dos problemas já recorrentes da educação no Estado de São Paulo em 2015, um projeto de reorganização da rede estadual de educação

preocupava o corpo docente, discente e a sociedade em geral. Além disso, a redução de verbas provocou a falta de materiais básicos para o seu funcionamento, como papel sulfite, canetas e itens de higiene e limpeza.

Diante deste quadro, a diretoria da APEOESP decidiu antecipar o calendário de luta e convocou um Ato Unificado de Professores, pais e estudantes em defesa da garantia das escolas estaduais. Realizado em frente a Secretaria da Educação, o ato teve objetivo de cobrar do governo soluções para o fechamento de classes; cobrar uma posição sobre a redução do número de professores coordenadores pedagógicos nas escolas; direito dos professores da “categoria O” à atribuição de aulas; melhores condições de trabalho; aumento salarial e outras reivindicações.

A estratégia de luta foi bastante variada e organizada, podemos verificar uma diversidade de ações, para além da simples paralização das atividades. Os professores ocuparam ruas e avenidas de São Paulo, com destaque para as grandes marchas ocorridas na avenida Paulista, espaço simbólico e emblemático de manifestações na cidade de São Paulo. Além disso, de forma dramática, em vista da ausência de negociações, alguns professores acorrentaram-se nos portões da Secretaria da Educação, exigindo e conseguindo uma reunião com o secretário e aproveitando o momento para pressionar o Governo estadual e chamar a atenção da opinião pública.

Por outro lado, a APEOESP, combinou as ações das ruas com uma estratégia de luta jurídica, assim conseguiram uma liminar que determinava o pagamento dos dias parados.

A situação da educação em São Paulo, no entanto, enfrentaria nesse mesmo ano de 2015, um agravamento com as propostas de “reorganização escolar”. Em 16/03/2015, a APEOESP, estudantes e outras entidades do Fórum Estadual de Educação participaram de uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo para discutir o Plano Estadual de Educação, o PEE. Naquele mesmo dia, a Comissão de Educação havia marcado uma reunião para aprovar o projeto do PEE do governo, que pretendia aprová-lo sem qualquer debate, em caráter de urgência constitucional.

A mobilização dos professores e estudantes, que pressionaram os membros da Comissão de Educação, alterou a tramitação do Plano Estadual de Educação. Por meio de deputados que estavam preocupados com a educação,

conseguiu-se que o Presidente da ALESP propusesse a realização de audiências públicas regionais e organizasse uma negociação entre os deputados e entidades em torno de eventuais mudanças no projeto do Governo.

Ainda nesse período, o secretário da Educação de São Paulo, Herman Voorwald, anunciou a intenção de fechar escolas e “reorganizar” centenas de outras unidades. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, além de explicar as razões da reorganização, o secretário foi enfático em indicar que os professores não teriam aumentos salariais: “[...] os professores da rede não terão reajuste salarial neste ano. O congelamento dos vencimentos [...] é motivado pela crise econômica e pela queda das receitas do governo.” Na sequência, em uma assembleia no dia 25/03/2015, os professores da rede aprovaram um “estado de greve”, que foi acompanhada por uma ampla mobilização de estudantes e da sociedade civil, para tentar barrar esse projeto de reorganização.

Assim, pressionado por vários grupos, o governo recuou e anunciou que adiaría o plano e iria rever alguns aspectos. Mas a questão salarial ainda preocupava o sindicato dos professores, pois:

O governador Geraldo Alkmin publicou no Diário Oficial do dia 26 de fevereiro mais um ataque aos e a todo o funcionalismo. O Decreto nº 61.132 dispõe sobre medidas de redução despesa com encargos sociais e visa proibir a ampliação da remuneração dos servidores públicos. Um absurdo! (Apeoesp Informa Urgente. 04/03/2015 edição 14).

Nesse sentido, a APEOESP, conclama não apenas os profissionais da educação a entrarem em greve e lutarem por melhores condições de trabalho, mas também alunos e pais, que deveriam compor a luta no sentido de fortalecer o movimento em busca de melhores condições para a educação.

É fundamental o papel de cada professor, cada diretor, conselheiro estadual, conselheiro regional e representante de escolas da APEOESP neste processo de mobilização. A greve começou. Agora, trata-se de dialogar nas escolas para obter a adesão todos. A luta não é da direção do Sindicato, pois o Sindicato somos todos nós e a luta é de todos em defesa da escola pública. Por isso o diálogo com pais e estudantes também é muito importante. Precisamos conquista o apoio deles, pois a melhoria da educação pública é uma causa de toda sociedade. (Apeoesp, Informa Urgente, 13/03/2015 edição 16).

Levantamento realizado pela APEOESP em várias regiões do Estado de São Paulo apontava que 20% dos professores da rede pública estadual aderiram à greve da categoria já nos primeiros dias. Nesse sentido a organização e mobilização seria fundamental para alavancar o movimento.

Estamos mobilizados em todas as escolas da nossa região, para conscientização dos professores, para que juntes se a nós só assim o governo atende as nossas reivindicações, o governo que colocar um professor contra o outro, não vamos aceita vamos se unir cada vez mais, só assim ele vai nós atender. Importante que cada professora dialogue com seus colegas, alunos, vizinhos, e com toda sociedade explicando o motivo da nossa luta, por melhores salários e condições de trabalho. Nesse início de semana, as subseções devem reforçar a mobilização em cada unidade escolar para que mais professores adiram ao movimento. É de suma importância também acentuar o diálogo com pais e estudantes, expressando os motivos da nossa greve. (Apeoesp, Informa Urgente.16/03/2015, edição 17).

A entidade solicitava aos pais que aos pais dos alunos, em apoio ao movimento, que não enviassem seus filhos para escola, e convidava os pais a participarem das assembleias, nesse sentido, dialogando com a sociedade, explicando o motivo da greve dos professores da rede estadual e a intransigência do governo, a categoria buscava apoio da sociedade civil.

No dia 18/03/2015, menos de uma semana após o início da greve, a APEOESP indicava que já eram 86 mil docentes em greve (cerca de 35% do total de 230 mil professores da rede). Nesse sentido a ação da entidade foi extremamente importante, divulgando o avanço da mobilização, conclamando todos os professores à luta, tentando estabelecer uma linha de diálogo com o governo e com a sociedade civil. Nesse sentido, os próximos passos são dados:

Na próxima segunda-feira, 30, a diretoria da APEOESP se reunirá com o secretário da Educação. A partir das 10h30, os professores irão se concentrar na Praça da República – onde há um acampamento organizado pelo sindicato deste o dia 25 de março. Durante a reunião com o secretário serão realizadas atividades e um novo Ato Público, ocasião na qual serão transmitidos informes sobre os resultados da reunião. É importante que as subseções mobilizem os professores para que participem desta atividade. (Apeoesp, Informe Urgente, 27/03/2015, edição 22).

Nessa assembleia, foi aprovado um calendário de mobilizações, que previa o fechamento de estradas e rodovias para a semana seguinte. Essa ação seria simultânea em todo estado, organizada pelas subseções, que receberiam as instruções para esta atividade.

Vamos visitar as escolas da nossa região, e conscientizar a cada professora e professor, a importância da nossa luta pela dignidade, para podemos andar de cabeça erguida, vamos nos bairros com carro de som dialogando com a população explicando a sociedade o abandono do governo com a educação dos seus filhos. Aonde o

governador estiver, lá vai ter professores protestando cobrando, diálogo para abertura de negociações, e atendimento das reivindicações por melhores salários e condições de trabalho. Além da intensificação das visitas às escolas, as subsedes devem percorrer os bairros com carros de som esclarecendo a população e realizar a “Operação Caça Alckmin”: onde o Governador estiver os professores estarão para protestar e exigir a abertura de negociações e o atendimento das reivindicações. (APEOESP - Informe Urgente – 19 de março de 2015)

Dentre as reivindicações da categoria, devemos destacar: que os professores não poderiam sofrer penalidades da greve; as faltas injustificadas, pela paralização de forma, deveriam ser negociadas, com reposição dos dias parados, além das reivindicações que originaram o movimento: melhores salários e melhores condições de trabalho. O movimento também buscava apoio do legislativo estadual:

“Mais de vinte deputados estaduais, de nove partidos, assinaram convocação para uma audiência pública sobre a greve dos professores, a realizar-se no dia 15 de abril, na ALESP”. (Apeoesp, Informa Urgente, 08/04/2015, edição 27).

Os professores lotaram a Assembleia Legislativa, para cobrar do Secretário da Educação, aumento de salários e melhores condições de trabalho, além da negociação com o governo, que vinha se recusando a receber os professores, para tratar da nossa pauta de reivindicações. O evento, que aconteceu no Auditório Franco Montoro, contou com presença de vários deputados da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a ALESP.

Após a realização da audiência, os professores decidiram ocupar o plenário Juscelino Kubitschek, onde acontecem as sessões e outras dependências da ALESP, como forma de pressionar o governo a abrir negociações imediatamente com a categoria.

A negociação se mostrava-se bastante complicada por conta da intolerância e intransigência do governo estadual, que cortou os pagamentos dos dias parados, dos professores na greve. Isso acabou dividindo a categoria e iniciava-se um debate sobre a viabilidade de manter uma greve sem pagamentos, sem salários para suprir necessidades básicas. Mas os professores decidiram pela manutenção da greve, acreditando que estariam protegidos pela *Constituição Federal* e amparados em acordo do *Supremo Tribunal Federal*.

Todos os professores que sofreram descontos em seus pagamentos em razão da greve, devem preencher o formulário 12 (anexo), para declarar os dados de sua frequência para que sejam estornados os

valores descontados. Os dias da greve não devem ser descontados, tendo em vista que o(a) professor(a) está exercendo um direito legal, previsto na Constituição e amparado em acórdão do Supremo Tribunal Federal. (Apeoesp, Informa Urgente, 06/05/2015, edição 44).

A greve acabou durando noventa e dois dias, por conta de uma situação insustentável, professores sem reajuste e achatamento salarial, agravado pelo fechamento das mais de 3.000 classes. Conforme levantamento no final do ano de 2014, a APEOESP indicava superlotação das salas de aulas com até 62 alunos no período diurno, e a EJA (Educação de Jovens e Adultos) com 100 alunos. Tudo isso criou um pré-requisito para se motivar para a greve. Ela resultaria numa das maiores greves paulistas, sendo as condições objetivas o problema salarial e fechamento de classes. Ora, isso chamava atenção da categoria e acaba determinado as condições subjetivas do professor para entrar na greve.

A greve iniciada em março, durou 92 dias, entrou no recesso de meio do ano, quando terminou a paralização dos professores, os estudantes iniciam as ocupações das escolas. No fim do ano, no dia 4 de dezembro o governo anunciaria o adiamento da reorganização, o que na prática era a derrota política da reorganização que ele pretendia.

Durante quatorze semanas, os professores debateram, votaram e decidiram os caminhos do movimento naquelas semanas nas quais o esforço de cada professor e professora que participou do movimento convergiu para as atividades regionais e para as grandes assembleias e manifestações na capital. Professoras e professores, ocuparam as ruas e avenidas, estradas, praças, Assembleia Legislativa, acorrentaram-na Secretária da Educação, tudo isso para pressionar e dialogar com o governo, sobre essa pauta de reivindicações, por melhores salários e condições de trabalho podemos dizer que:

O sindicato, junto com os professores e as professoras, utilizou variadas formas de luta, sempre decididas de formas democrática no Conselho Estadual de Representantes e nas assembleias. Assim, a categoria ocupou rodovias e avenidas, fazer acampamento na Praça da República, ocupou a Assembleia Legislativa, realizou caminhadas que fecharam a Paulista e outras grandes avenidas, professores acorrentaram-se nos portões da Secretaria da Educação, exigindo e conseguindo uma reunião com o secretário e fizeram outras ações destinadas a pressionar o Governo e chamar a atenção da opinião pública". (APEOESP - Urgente, Março de 2015)

A APEOESP estimava a necessidade de um reajuste de 75,33% para que os professores atingissem o equivalente aos demais profissionais com

formação no Ensino Superior – como estabelece a meta 17 do PNE – por jornada de 20 horas semanais de trabalho. Segundo a entidade sindical o governo nunca repassou para a categoria, para os salários, o crescimento de arrecadação. Em nenhum momento, afirmava a entidade, quando a economia brasileira experimentou altas taxas de crescimento, propiciando uma grande arrecadação ao Estado, este crescimento foi repassado para os salários dos professores. Ao contrário, a categoria continuava com perdas salariais significativas.

Estudo realizado na Assembleia Legislativa de São Paulo mostrava que o Governo Estadual deixou de gastar R\$ 840 milhões em encargos com pessoal na Secretaria Estadual da Educação em 2014.

Isso mostra que desvalorização do nosso trabalho e a perda do poder de compra de nossos salariais é uma política deliberada do Governo Estadual, que até o momento não apresentou qualquer proposta salarial para nossa categoria, apesar da decretação da greve (oficialmente comunicada) e dos quatro ofícios que a APEOESP protocolou solicitando a abertura de negociação. (Apeoesp Informa Urgente. 19/03/2015 edição 19).

Segundo dados do FUNDEB, não havia recursos para pagamento do “maior bônus da história”. Tratava-se de uma opção do Governo: pagar bônus e não salário. Mas o bônus exclui os aposentados, não incide sobre benefícios da carreira e prejudicava a aposentadoria.

A APEOESP, em reunião com o Secretário de Educação, argumentou o fato de não haver processo da implantação da lei do piso, mais foi ajuizada uma ação, justamente porque o governo, não se preocupava com a educação do nosso estado. Na reunião com o Secretário, a APEOESP cobrou novamente a implantação da jornada do piso. O Secretário utilizou como argumento o fato de haver processo judicial cobrando a implantação da lei. Entretanto, a ação judicial da APEOESP, que está no Supremo Tribunal Federal, foi ajuizada justamente porque o Governo não cumpriu a lei. (Apeoesp, Informa Urgente, 30/03/2015 edição 23).

Importante compreender que a luta pela educação de qualidade e valorização do magistério vinha se fortalecendo em todo o País. A discussão e elaboração do *Plano Nacional de Educação*, pela comunidade escolar de todo o Brasil iniciada em 2010 e finalizada em 2014, indicava isso e a necessidade de se estabelecer as fontes de recursos, para as despesas que seriam criadas com o PNE. Por exemplo, para o cumprimento das Metas 17 e 20. A Meta 17 do PNE, estabelece que: “Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de

educação básica de forma a equiparar eu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE”.

A Meta 20 do PNE, por sua vez, estabelece a necessidade de:

Ampliar o Investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do produto interno bruto (PIB) do país no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Quando o governo federal cria despesas, ele precisa indicar quais fontes irão destinar recursos para cobrir tais despesas. O governo aproveitou, então, para estabelecer que com a exploração do petróleo pela Petrobrás das camadas do Pré-Sal localizados na Plataforma continental do litoral brasileiro, os *Royalties* dessa exploração seriam destinados à Educação e à Saúde, nos seguintes percentuais respectivamente, 25% para a Saúde e 75% para a Educação. Estava assim definida a fonte de recursos para atingir essas Metas do PNE.

Resultado das lutas dos educadores, dos estudantes, dos demais setores vinculados à educação e da sociedade civil organizada, no dia 10 de setembro 2013 foi publicada no Diário Oficial da União a Lei Federal nº 12.858 que trata da destinação dos *Royalties* e outros recursos advindos da exploração do petróleo e do gás natural para as áreas da Educação e da Saúde. A lei foi sancionada pela Presidenta da República Dilma Rousseff e não recebeu nenhum veto. (APEOESP, 22 de Março de 2015)

Assim, a luta pelos 10% do PIB, para a Educação é histórica. Na elaboração do Plano Nacional de Educação que vigorou de 2000 a 2010, as entidades dos trabalhadores em Educação conseguiram aprovar a proposta. Os deputados aprovaram a elevação para 7%; mesmo assim, este percentual foi vetado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A finalização da Conferência Nacional de Educação, a CONAE, com a 4ª etapa em Brasília, incorporou o aumento do percentual de 5,1% para 7% do PIB, destinado a educação, com a ressalva de que este incremento, deveria ser alcançado até o 5º ano de vigência do PNE, e que até o final do decênio de vigência do plano, o incremento deve atingir 10% do PIB.

Os professores formados nos cursos de licenciatura curtas das faculdades privadas noturnas substituíram a pequena elite

intelectualizada das poucas escolas públicas antes existentes. A extensão da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos ocasionou a rápida expansão quantitativa da escola fundamental, exigindo, para seu atendimento, a célere formação dos educadores, o que se deu de forma aligeirada. A combinação entre crescimento quantitativo, formação acelerada e arrocho salarial deteriorou ainda mais as condições de vida e de trabalho do professorado nacional do ensino básico. (FERREIRA JR; BITTAR, 2006, P. 166).

Segundo Ferreira Jr et al (2006) no final da década de 1970 e início da década de 1980, quando os movimentos sociais dos trabalhadores emergiram como movimentos reivindicatórios, o magistério teve uma ação de clareza nos protestos públicos com suas paralisações. Sua atividade foi idêntica à maior parte dos trabalhadores, lutando por melhores condições de vida e de trabalho, sem, no entanto, (apesar da formação superior) ser, em sua maior parte, uma classe detentora de cultura política intelectualizada, apta em propor uma organização social desigual à desmando capitalista. O semblante essencial das lutas e greves realizadas nesse tempo encontra-se dirigido para questões econômicas, lembrando que a prioridade era corrigir as perdas salariais e a queda em seu padrão de vida. Alguns profissionais relevam até se colocar em movimentos políticos partidários, movimentos sindicais, da mesma forma que ocorreu com os operários fabris:

Por fim ressaltamos a reduzida carga horária letiva dos docentes secundários paulistas, em termo de 12 horas semanais. Contudo, na 1960, a qualidade de aulas foi contestada pelo então governador Carvalho Pinto, sugerindo à Assembleia Legislativa “[...] o projeto n.º 1.048, segundo o qual o número de aulas ordinárias passaria de 12 para 18 por semana e de 50 para 81 por mês” (VICENTINI; LUGLI, 2009, P. 132) e um forte arrocho salarial “[...] de modo que o professor – cuja salário era de Cr\$ 23.465,00 por 50 aulas mensais; portanto, Cr\$ 469,30 por aula – passaria a receber Cr\$33.800,00 por 81 aulas mensais, o equivalente a Cr\$ 417,20 por aula”. (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 132).

Para Vicentini e Lugli (2009), as reformas políticas que provocam a precarização do trabalho docente entraram em curso no Estado de São Paulo no início dos de 1960, antes do golpe militar de 1964, destacando-se o pioneirismo de São Paulo no processo de corrosão dos direitos da categoria docente. Nos anos de 1970 e 1980, o processo de precarização do trabalho docente foi ampliado por motivo de três ações conjuntas: o arrocho salarial; a expansão das contratações dos docentes; e as formas flexíveis dessas contradições.

As décadas de 70 e 1980 assinalaram o fim dos “anos de ouro” dos salários dos professores, em especial ampliação efetuada após a Lei de Diretrizes

e Bases n.º 5.692./71, que aumentou a obrigatoriedade da escolaridade de quatro para oito anos. Ainda que se destaque a exigência da expansão no ensino no Brasil, ela foi feita às custas da precarização dos direitos trabalhistas dos educadores. Não era possível fazer negociação com as verbas indicadas para educação e expandir a contratações de professores, mantendo-se o mesmo nível de jornada de trabalho e nível salarial.

Segundo Vianna (1999) a redução e a corrosão inflacionária dos salários dos professores provocaram um aumento do número de aulas lecionadas, porém, nem mesmo esse subterfúgio foi suficiente para que os professores compensassem as perdas salariais. O aperto de salário foi um ponto marcado da política econômica do regime militar.

O arrocho salarial foi uma das marcas registrada da política econômica do regime militar. No conjunto dos assalariados oriundos das classes médias, os professorados reduziram drasticamente a massa salarial dos trabalhadores brasileiros” (FERREIRA JR; BITTAR, 2006, P. 70).

Este agrupado de reformas que provocaram alterações no papel e modo de atuação do Estado, impactaram especialmente as relações de trabalho no Setor Público. Sendo assim, é evidente que a discussão sobre a redução do tamanho do Estado é a resposta a essas desregulações, segundo Cavalcanti (2004):

Coloca-se em evidência o déficit público e a necessidade de repensar (e reduzir) o papel do Estado, com consequências importantes sobre as relações de trabalho no setor público, visto como grande responsável pela crise fiscal e, portanto, alvo das maiores iniciativas de redução, reestruturação e limitação de gastos, principalmente via redução de direitos, arrocho salarial, demissões, não contratações e conseqüentemente queda da qualidade do próprio serviço ofertado pelo Estado. (CAVALCANTI, 2004, p. 18).

A inserção de uma série de avaliações, com indicadores estabelecidos pelos técnicos da Secretaria da Educação, com a finalidade de gerar o cálculo da bonificação, configurou-se na prática como estratégia, por um lado, de controle do trabalho dos professores e, por outro, como forma de camuflar o arrocho salarial. Os valores monetários distribuídos pelos bônus, levaram os professores a ‘assimilarem’ com maior facilidade a defasagem dos salários percebidos. Para Oliveira (2003), com essa manobra.

Os salários permaneceram sem reajustes ou com correções muito inferiores à inflação, e somente a fração, variável teve alguma recomposição. Assim, por meio de estratégias de avaliação, o controle da disciplina do trabalho pelos governos tornou-se muito mais intenso, e as lutas dos sindicatos tornaram-se mais complexas. Do ponto de vista simbólico, os professores foram reiteradas vezes acusados de corporativismo, em um processo desqualificador que resultou na construção de uma imagem extremamente negativa para a categoria. (OLIVEIRA, 2003, p. 41).

Segundo Chauí (2012) podemos elencar várias causas ao fenômeno acima, e elas estão ligadas a certos obstáculos que são relativos à opção política de se adotar medidas surgidas do ceio do neoliberalismo, qual sejam: o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado. Ora, é evidente que o que está em jogo é a usurpação ou desmonte de direitos conquistados historicamente e que estão ligados a fatores econômicos, sociais e políticos.

O Estado deveria garantir esses direitos para defender a cidadania dos interesses corporativos ligados aos interesses financeiros e privados das elites constitutivas da classe dominante. Elas são reprodutoras de uma ideologia que em detrimento da sociedade e dos menos protegidos privilegia o capital. Segundo a autora, a economia e a política neoliberais são a decisão de destinar os fundos públicos aos investimentos do capital e de cortar os investimentos públicos destinados aos direitos sociais, transformando-os em serviços definidos pela lógica do mercado, isto é, a privatização dos direitos transformados em serviços, privatização que aumenta a cisão social entre a carência e o privilégio, aumentando todas formas de exclusão.

Sendo assim, acontece que politicamente a supressão do público e o alargamento do privado mostram expressamente o sequestro de um direito democrático que é um pilar importante do artigo 5 da Constituição e que é essencial, sem esse direito à informação a cidadania se desintegra. Esse direito, entendido como fundamental para participação social, política e cultural é impossível de ser ver realizado plenamente sem essa participação da imprensa, qual seja, o direito à informação.

CAPÍTULO 2. PROFESSORES E A IMPRENSA: A IMPRENSA SINDICAL E A MÍDIA-EMPRESA

2.1 A narrativa da greve no jornal *Folha de S. Paulo*

Durante sua existência os interesses do grupo *Folha* sempre foram estar ao lado do *status quo* dominante. Eles estiveram, por exemplo, ao lado do *lacerdismo* e da UDN contra Getúlio, estiveram ao lado dos militares que não queriam Juscelino na presidência. Segundo o professor Luiz Antônio Dias:

A Folha de S. Paulo, ao longo de sua história, gastou muito papel e tinta para propagar a ideia de uma “ameaça comunista”. O jornal, também, sempre apresentou críticas severas ao populismo, que muitas vezes foi utilizado como sinônimo de “getulismo”, de “comunismo” e de “janguismo”. Em 1956 o jornal esteve ao lado das Forças Armadas, na tentativa de impedir a candidatura de Juscelino Kubitschek, que possuía vários aliados getulistas. Porém, o grupo *Folha* reprovou o movimento civil-militar que articulou o golpe contra a posse de Juscelino, demonstrando outro traço peculiar: o legalismo. (DIAS, 2013, p. 65)

A Folha de S. Paulo, ao longo da sua história, não poupou críticas às ideias progressistas e de esquerda, sempre alertando sobre os perigos da “intimidação comunista”. O Jornal também sempre esteve aliado ao governo militar.

A Folha de S. Paulo era, em 1963, o Jornal mais lido no estado de São Paulo. Havia trocado o de mãos em agosto de 1962, passando à responsabilidade de Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. O grupo “Frias-Caldeira” promoveu uma modernização do Jornal, reorganizando a estrutura financeira-administrativa e tecnológica. Além disso, buscou uma maior definição política, distanciando-se do “centralismo imparcial” defendido pelo grupo anterior. (DIAS, 2013, p. 64)

De acordo com o artigo de Luiz Antônio Dias (2013), que analisa a participação jornalística da *Folha de S. Paulo* no golpe civil militar de 1964, podemos constatar que:

Jornais são empresas que, não como outras, visam ao lucro, portanto, não é imparcial – apesar de condenável – que em alguns momentos se tornem aliados de governos, ou políticos, que passam a contribuir para o aumento desse lucro. Não podemos esquecer que a estrutura de uma sociedade é formada por uma rede de interesses políticos e econômicos, ou seja, o apoio dado por um jornal a um político pode render verbas publicitárias a este jornal, ou mesmo linhas de crédito mais acessíveis, portanto, na análise deste documento sempre. (DIAS, 2013, p. 64)

Sendo assim, podemos dizer que é nesse sentido que as reivindicações dos trabalhadores da educação encontram um desafio nada animador pela frente no sentido de divulgar e comunicar para a sociedade civil suas demandas perante o Estado. É realmente um verdadeiro desafio. Isso tem relação com a tentativa de refletir sobre como as empresas de comunicação, através do jornalismo, fazem a mediação entre a ação pública que é encabeçada pelo Estado através das suas políticas, e o discurso no espaço público, ou seja, na sociedade e refletindo essa ação.

É nesse sentido que podemos dizer que as reivindicações dos trabalhadores da educação encontram na divulgação de suas demandas com a sociedade um verdadeiro desafio. A luta sindical por melhores salários encontra na sua comunicação com a sociedade um dos seus principais focos de atuação. Ou seja, a divulgação da informação é componente estratégico para a efetivação de suas demandas. Pois, os obstáculos a serem vencidos também se encontram na imprensa. Essa tarefa é importante devido ao fato de que é de extrema importância política que o cidadão, agora no papel de leitor de jornal, esteja abarcado e incluído na discussão.

Para o leitor/cidadão compreender e acompanhar criticamente o universo das políticas que o afetam seria necessário que a informação e sua difusão conseguissem chegar até ele. Este aspecto é essencial, constituindo-se uma das bases de sustentação de uma sociedade plenamente democrática.

A *Constituição* de 1988 estabelece várias maneiras de participação nas decisões de Estado e em relação às políticas públicas; o voto é a parte mais visível dessa premissa. Mas a participação pública nas decisões também acontece através da cobertura jornalística da imprensa e esse seu papel é essencial por isso, já que numa democracia, ele expressa a relação, que nem sempre é amistosa, entre Estado, governo e sociedade civil, no gasto do orçamento público em relação à educação.

Quando olhamos ao redor constatamos que a sociedade contemporânea está baseada na informação ficou comum dizer: Vivemos na era da Informação. Ora, sobre a relação dos veículos de comunicação como os poderes estabelecidos essa relação será por nós considerada emblemática. A mídia se torna um poder quando aceita ser parte na luta pela aquisição e manutenção do poder. Quando a *Constituição Federal de 88* declara no seu artigo 5º XIV que há

um direito à informação é por isso que esse tema é passível das mais importantes atenções. Na grande arena da disputa pelo poder notamos que atualmente o grande jogo se dá na mídia. Assim, ela assume uma função estratégica para a manutenção e consolidação das democracias. Essa função parece que é esquecida quando a própria imprensa assume que seu verdadeiro papel é fiscalizar as instituições. Sobre isso não há um consenso. Pois, a imprensa tem de ser o grande órgão informador da opinião pública. Segundo Binembojm (2006, p. 285) há parâmetros das obrigações colocadas aos meios de comunicação pela própria *Constituição*. Na CF de 88 procurou-se colocar mecanismos para impedir o controle privado da informação, mesmo que às custas de parte da autonomia editorial dos veículos de comunicação. Binembojm (2016) enxerga também, com base nos dispositivos específicos e com base nos princípios constitucionais da soberania popular e do pluralismo político e social, que há um direito de acesso aos meios de comunicação em nossa ordem constitucional.

Assim, se a comunicação é um direito constitucional consagrado na *Carta Magna*, podemos supor que a linguagem é o poderoso instrumento que possibilita o seu acesso. A linguagem é aquilo que possibilita aos seres humanos manejar e edificar as definições de sua própria realidade. É tarefa da comunicação, por intermédio da linguagem, estruturar as vivências adquiridas através dos contatos com o outro e comunicá-las a outros contribuindo, assim, para que haja um enriquecimento da sua própria cultura ou meio social. Pode-se dizer, então, que a linguagem ajuda a estruturar o pensamento e a ação dos seres humanos através da comunicação. As mensagens transmitidas para a sociedade através da linguagem estão plenamente caracterizadas por um contexto que surge através da comunicação. É aí que surge a questão do poder, e de como ele está inserido ou perpassa as relações sociais em sua totalidade; o poder pode ser observado sob vários pontos de vista através da comunicação.

A análise de um discurso pode ser, pois, uma análise de ideias e poderes. Dentro de um contexto de produção jornalística, os editoriais constituem um gênero bastante particular especialmente por seu forte caráter opinativo. Charaudeau (2015, p. 235) afirma que o editorial tem caráter de “acontecimento comentado” e traz “um ponto de vista suscetível de esclarecer

tanto os acontecimentos considerados os mais importantes da atualidade, quanto os acontecimentos culturais mais recentes”. Tratar de informação é tratar de linguagem. E falar de linguagem, segundo Charaudeau (2007, p. 33), não é apenas referir os sistemas de signos internos a uma língua, mas os sistemas de valores que comandam o uso desses signos em circunstâncias de comunicação particulares.

Trata-se, assim, da linguagem como ato de discurso que envolve um lugar e condições de produção e orienta-se pela intencionalidade. Concebido dessa forma, o discurso não é a língua, embora seja com ela que ele se concretiza. O discurso, seja ele de qual natureza for, resulta da combinação de fatores que envolvem as circunstâncias em que está inserido.

É nesse sentido que podemos dizer que os editoriais estão em diálogo constante com os outros gêneros que circulam no jornal e são produzidos também a partir de fenômenos que emergem na atualidade, como é o caso das greves, constantemente presentes no cotidiano social relatados pela imprensa.

A luta sindical por melhores salários encontra na sua comunicação com a sociedade um dos seus principais focos de atuação, divulgação ou de legitimação. Ou seja, a divulgação da informação é também componente estratégico para a efetivação de várias demandas já que os diversos obstáculos a serem vencidos também se encontram na imprensa.

Para Ferreira (2017, p. 221) quando propomos estudar o papel da imprensa nos momentos decisivos da política e da democracia brasileira percebe-se que a nossa compreensão de cultura cívica está no rol dos pontos que mais colocam em xeque a construção do espaço público no Brasil. Segundo esse autor há no Brasil uma relação entre Estado e sociedade civil sem o suporte cultura cívica, de tal sorte que as decisões políticas não são influenciadas pela participação política da sociedade, mas, pela “habilidade de pechinchar dos setores sociais”. É possível afirmar que no Brasil há uma cultura política que vê na sociedade civil apenas um cliente do Estado, situação paradoxal que confirma a contínua despolitização do cidadão, cuja ação está cada vez mais atomizada.

Ao caracterizar as ações que estão mais em conformidade com aquelas que o cidadão pretende realizar, por exemplo, *Médicos sem fronteiras*, restaurante cidadão, criança esperança, campanha do agasalho, elas parecem ser, segundo Ferreira (2017, p. 223), as únicas ações coletivas de que o cidadão

está disposto a participar. São ao mesmo tempo herdeiras de uma velha forma de caridade e portadoras de uma nova concepção de cidadania centrada na ação individual, um pouco mais do mesmo, usando outro vocabulário, diz esse autor. Ora, se é assim, é possível pensar, então, que esse espaço público está desfigurado, incompleto e capenga. Se precisamos de uma imprensa que exerça o direito constitucional à informação estamos precisando de um órgão que assegure a *isonomia* e a *isegoria*. Esses conceitos são tratados por Chauí (2012) nesses termos:

Podemos focalizar o exercício do poder pelos meios de comunicação de massa sob dois aspectos principais: o econômico e o ideológico. Do ponto de vista econômico, os meios de comunicação fazem parte da indústria cultural. Indústria porque são empresas privadas operando no mercado e que, hoje, sob a ação da chamada globalização, passa por profundas mudanças estruturais, “num processo nunca visto de fusões e aquisições, companhias globais ganharam posições de domínio na mídia.”, como diz o jornalista Caio Túlio Costa. (CHAUÍ, 2012)

Olhando para a história da formação política brasileira, pode-se dizer que há uma dificuldade em estabelecer uma fronteira nítida entre a vida pública e a vida privada, de tal modo que o que seria próprio do espaço público sempre foi regido a partir da realidade doméstica. Isso determinou o modo como se dá a relação entre o Estado e o cidadão. Por tudo isso é possível perceber que houve avanços e conquistas na participação do cidadão na esfera pública. Mas elas ainda são marcadas pela mediação dos veículos de comunicação. Ainda persiste a ausência de uma cultura cívica que se identifique com a ideia de autonomia, isto é, uma ausência de valores políticos capazes de romper com o domínio da lógica privada sobre o mundo público e instituir uma cidadania ativa, um interesse coletivo pelo que é público. O cidadão não pode ser visto como um indivíduo isolado que tem sua cidadania confirmada quando suas necessidades materiais são satisfeitas pelos veículos de comunicação “oficiais”.

Para uma análise dos editoriais da *Folha* sobre a greve de 2015 nós acreditamos ser relevante fazer algumas observações sobre o gênero discursivo dos textos dos editoriais que analisaremos. Mas não nos fixaremos somente nos editoriais pois a análise da narrativa feita nas matérias sobre o tema encontramos também um bom material para compor um cenário mais abrangente de como a grande mídia encara essas questões.

Não podemos deixar de considerar que há uma grande importância na análise feita pela imprensa sobre os assuntos de interesse público, principalmente sobre política, educação e cultura. Tais inserções dos jornalistas sobre esses temas podem revelar interesses, ideologias, assuntos que são retratados através de recortes que podem mostrar sentidos e visões dos fatos e acontecimentos, muitas vezes historicamente relevantes porque expressam e revelam a sociedade e seus dilemas políticos, econômicos e culturais de uma época determinada e que revelam como essa sociedade está estruturalmente formada e estabelecida.

Propomos fazer uma leitura segundo as teorias de Bakhtin sobre a linguagem. Segundo Mikhail Bakhtin (2015, p. 282) os enunciados que produzimos possuem formas relativamente estáveis e o discurso que nasce ali são produzidos e formados segundo características genéricas que podem se estruturar de uma maneira mais fechada ou mais flexível.

Assim, dentro de um contexto de produção jornalística, os editoriais constituem um gênero bastante particular pois eles não são notícias ou acontecimentos factuais, mas se caracterizam especialmente por seu forte caráter opinativo. Para Charaudeau (2015, p. 235) o papel do editorial jornalístico é comentar um acontecimento factual, ou seja, ele tem a característica de ser um “acontecimento comentado”. Eles contêm “um ponto de vista suscetível de esclarecer tanto os acontecimentos considerados os mais importantes da atualidade, quanto os acontecimentos culturais mais recentes”. Nesse sentido, os editoriais constituem uma visão do jornal sobre um acontecimento, eles expressam a opinião do jornal e estão em sintonia constante com os outros gêneros que são produzidos também a partir de fenômenos que emergem na atualidade.

Segundo a opinião de Neves et al (2006):

O redimensionamento da imprensa como fonte documental – na medida em que expressa discursos e expressões de protagonistas – possibilitou a busca de novas perspectivas para a análise dos processos históricos. Dessa forma, superou-se a perspectiva limitada de identificar a imprensa como portadora dos “fatos” e da “verdade”. Deixaram-se também para trás posturas preconcebidas, que a interpretavam, desdenhosamente, como mero veículo de idéias ou forças sociais, que, por sua vez, eram subordinadas estritamente por uma infraestrutura sócio econômica (NEVES et al., 2006, p. 10).

Por isso, não podemos esquecer que a conjuntura atual e nosso passado histórico são marcados por uma democracia ainda muito incompleta que, na melhor das hipóteses, encontra muitos obstáculos para sua construção. Por exemplo, na falta de transparência entre o poder o poder público e a sociedade, na precária representação política dos cidadãos e os governantes, nas falhas do poder judiciário em colocar as pautas da educação na atualidade, na distribuição desigual da renda e riquezas, onde uma minoria ainda detém maior renda que o restante da população, na falta de regulamentação dos meios de comunicação. Nas palavras de Chauí (2012):

A esses obstáculos, podemos acrescentar ainda aquele decorrente do neoliberalismo, qual seja o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado. Economicamente, trata-se da eliminação de direitos econômicos, sociais e políticos garantidos pelo poder público, em proveito dos interesses privados da classe dominante, isto é, em proveito do capital. (CHAUÍ, 2012)

Embora estejam inseridas no rótulo de discursos imparciais sobre a vida econômica, social, política e cultural de uma nação, as empresas de comunicação, por serem empresas que visam lucro, deixam claras as suas dinâmicas e marcas de uma sociedade capitalista. É nesse sentido que , segundo Costa (1995):

É importante enfatizar que no interior da sociedade civil há tensões e contradições. Se a atividade do jornalismo sob o Estado liberal comporta a idéia de hegemonia, de reprodução simbólica e de reforço do controle social, por outro lado, a decodificação da notícia, sua produção e a seleção dos fatos não eliminam a subjetividade, a dimensão crítica e a possibilidade do receptor perceber as contradições entre as informações e as suas experiências. (COSTA, p. 581)

Para Marcondes Filho (1989, p. 12), citado por Costa (1995 p. 582) podemos fazer duas constatações muito importantes para se comprovar a tese sobre o papel da educação nas redações dos jornais não ser considerada relevante do ponto de vista jornalístico e não despertar interesse editorial, segundo os critérios de noticiabilidade e de definição de pauta. Ou seja, são assuntos que não têm interesse editorial para os jornais.

A primeira constatação diz respeito ao caráter ideológico. Ao promover um “ato de seleção e de exclusão” de fatos, a imprensa reproduz *parcialmente* a

realidade. Sendo assim, a sonegação de informações representaria uma manipulação e um esquecimento, é uma exclusão do que pode ser interessante, relevante e desejável. Contraditoriamente privilegia-se o “esquecido”; mesmo ele não aparecendo ele é o que não foi revelado e é o importante. Seria equivalente dizer que talvez o mais importante de um jornal não foi o que ele mostrou, mas sim aquilo que ele não revelou.

A outra constatação de Marcondes filho resumem-se na seguinte reflexão: nas redações dos jornais a matéria jornalística e a notícia estão ligadas à busca permanente do novo, do inusitado, exótico e diferente. Por isso, devemos encarar a educação como assunto secundário nos meios de comunicação. Se formos comparar com assuntos como esporte, entretenimento, comparar com o destaque dado às colunas sociais e que tratam de celebridades, observaremos um grande abismo em relação à educação.

O motivo de tal acontecimento pode ser relacionado com aquilo que pode ser definido como a expressão de interesses de diferentes grupos que representam determinadas forças de poder, sejam elas relativas a questões políticas, religiosas ou educacionais. Tais forças têm a ver com as bases científicas, filosóficas e epistemológicas que encontram na imprensa um espaço privilegiado de disputa pela hegemonia nas sociedades ocidentais. Tudo porque o mundo do conhecimento é um dos ambientes onde se travam as disputas pela direção e dominação da formação econômica e social, tornando-se um instrumento de força material utilizada pelos que desejam a consolidação social de sua hegemonia política.

É nesse sentido que devemos compreender o que foi retratado nas matérias e editoriais da *Folha de S. Paulo*. Segundo Santos (2016 p. 881) há uma certa “significação” do professor grevista expressa nos editoriais da *Folha*. Analisando os editoriais que circularam na *Folha* durante as greves de professores da rede estadual paulista, a pesquisadora demonstra como se dá a construção de uma cultura de greve dos professores paulistas através dos editoriais. Em 1963, por exemplo, os professores da rede estadual deflagraram uma greve em outubro, greve essa pautada em dois editoriais publicados na *Folha*. O primeiro deles data de 15 de outubro de 1963 intitulado *Professores* e mostra o comprometimento dos docentes paulistas, em mostrar suas reivindicações em pleno dia dos professores. Para Santos (2016, p. 882) há

uma avaliação do jornal acerca da categoria docente e do movimento grevista. Diz a *Folha*, sobre a paralisação: “é um gesto de desespero, e **somente o desespero** poderia levar uma **classe tão ordeira** como a do magistério a **tão perigosa** atitude”. A *Folha* não busca saber as razões da paralisação, seus fundamentos e premissas. Se há desespero nas atitudes tomadas, não tem sentido, do ponto de vista jornalístico, não investigar o porquê de os professores estarem em situação tão desesperadora.

Além disso, a classe docente paulista é considerada “ordeira” e isso implica que outras classes de profissionais não são ordeiras e buscariam em meio à desordem, ou seja, confusão, bagunça, impor suas agendas de reivindicações. E, enfim, ao classificar a greve como “atitude perigosa” ela exprime seu posicionamento frente a reivindicações desse tipo. Segundo Santos (2016), essa valoração contrária ao movimento é corroborada na ideia de que a greve é a última instância à qual se deve recorrer, o que é indicado pela ideia de desespero, que aparece como a única justificativa compreensível para os docentes aderirem à greve.

Em contrapartida, a caracterização dos professores como “ordeiros” é indicada como algo positivo, o que deixa flagrar um alinhamento do jornal a um discurso de manutenção da ordem. No enunciado é sugerido que, por ser uma categoria “tão ordeira”, os professores não deveriam fazer greve, o que sinaliza a valoração negativa da greve como “desordem”. Ao enunciar de forma valorativa o contexto e a demanda em si podemos fazer as seguintes reflexões: entendemos que a *Folha*, nesse enunciado, valora a greve de forma negativa. Em junho de 2008, momento em que o estado era governado por José Serra, os professores da rede estadual de ensino deflagraram uma greve que teve a duração de 22 dias. Segundo Santos (2016 p. 884-885) os docentes reivindicavam “a revogação do Decreto 53.037, que propunha a avaliação excludente dos admitidos em caráter temporário”. Por ocasião a essa greve, a *Folha* publicou sua opinião em 18 de agosto o editorial “*Mais uma greve*”, a partir do qual comenta o início do movimento docente.

Mais uma greve

AS PARALISAÇÕES sucessivas de professores decerto não constituem o único fator a perturbar as já deficientes aulas na rede estadual de ensino de São Paulo. A elas devem somar-se um nível absurdo de absenteísmo docente, da ordem de 12,8% (ou quase 30 mil mestres fora de classe a cada dia), e a troca constante de

professores. Só em 2008, um contingente de 51 mil dos 130 mil professores efetivos já se transferiu de escola. Não há plano de ensino que resista a tanta conturbação do cotidiano escolar. Apesar disso, a Apeoesp (sindicato dos professores) não hesita em prejudicar os alunos com uma nova greve, como a declarada na sexta-feira. Nos primeiros dias de paralisação, uma ínfima parcela dos 230 mil mestres da rede aderiu ao movimento paredista. Os grevistas pretextam mais uma vez defender as condições de trabalho e a qualidade do ensino. Na prática, usam o estorvo impingido aos pais e estudantes como ferramenta de pressão sobre o governo do Estado para alcançar metas corporativistas estreitas. Sempre defenderam o duvidoso direito de continuar faltando, em média, 32 dias por ano. Agora reivindicam a manutenção do privilégio de transferir-se a qualquer tempo. A greve é reação ao decreto nº 53.037, baixado em 28 de maio pelo governador José Serra (PSDB). Ele institui como condição para transferência ser efetivo do quadro do magistério, algo que o profissional concursado só alcança após três anos de estágio probatório. Vale, portanto, apenas para os profissionais recém-contratados. Trata-se de providência com provável repercussão benéfica em sala de aula. Os mestres erram em resistir a ela. Apesar disso, a secretária de Educação faz bem em reunir-se com os professores e negociar a melhor forma de implementá-la.

Já pelo título do texto podemos ver o grau de insatisfação do jornal com as recorrentes greves dos professores. Há uma conotação de “cansaço”, exacerbação, recorrência com esse título. Segundo Santos (2016 p. 885), a partir da expressão “mais uma” indica a recorrência do movimento e convoca um discurso como “outra greve; de novo uma greve de professores”, que já nos sugere um caráter axiológico que trata os professores grevistas como insistentes em um movimento, de certa forma, desnecessário, o que é reforçado ao longo do texto.

No editorial de 26 de março de 2015, ao deflagrarem novamente movimentos de reivindicações, eles são recebidos pelo jornal *Folha de S. Paulo* nesses termos:

Deseducação pela greve. Esta **Folha** há muito defende a valorização salarial da carreira docente, para que se torne capaz de recrutar e manter os melhores talentos egressos das universidades. Parte dessa melhoria deve vir na forma de premiação por desempenho, como tem feito o governo paulista, mas também é crucial elevar as quantias de referência. Trata-se, afinal, de profissão decisiva para o futuro do país. Quem trabalha duro para educar e qualificar a população merece contrapartida adequada. A Apeoesp, no entanto, ultrapassa todas as medidas do razoável. Nesta paralisação, reivindica reajuste de 75,33% nos proventos, de maneira a equipará-los com os ganhos de outras categorias estaduais que exigem nível superior. O pleito é descabido. O professorado tem obtido reajustes anuais; o último começou a ser pago em agosto. A inflação acumulada em 12 meses está em 7,7% (IPCA). Até um desvairado militante esquerdista tem de reconhecer que nenhum governo, com a crise aguda da economia e a inevitável queda na arrecadação de impostos, pode dispor de recursos para

expandir gastos de forma desmesurada. O irrealismo patente do movimento reforça a conclusão de que seu objetivo seja menos corporativista que político. Satélite da CUT e do PT, a Apeoesp se mostra inclinada a manobrar a categoria para fustigar o governo estadual do PSDB.
Folha, 26/03/2015.

O jornalismo da *Folha* de uma maneira geral não abre a discussão para a questão essencial, que é a demanda da sociedade por uma educação de qualidade, questão essa que passa pela equiparação salarial com outras carreiras de nível superior, um desafio que é histórico. Nessa paralisação, as reivindicações docentes consistiam, dentre outras, em um aumento de 75% de salário. Se, como diz o início do editorial, o jornal defende a valorização salarial e melhorias de alguma forma ela “deve vir na forma de premiação por desempenho”. Ou seja, já de início a educação entra no rol das coisas que podem ser medidas pela categoria de eficiência e desempenho.

Segundo Chauí (2012) isso se explica, primeiro porque o pensamento e a prática liberais identificam a democracia como liberdade frente à ausência de obstáculos à competição, essa definição da democracia significa, em primeiro lugar, que a liberdade se reduz à competição econômica da chamada “livre iniciativa” e à competição política entre partidos que disputam eleições; em segundo lugar, porque embora a democracia apareça justificada como “valor” ou como “bem”, é encarada, também, de fato, pelo critério da eficácia, medida no plano do poder executivo pela atividade de uma elite de técnicos competentes. Segundo Chauí (2012) existe na prática democrática e nas ideias democráticas, uma profundidade e uma verdade muito maiores e superiores ao que liberalismo percebe e deixa perceber.

A democracia se caracteriza não pela liberdade presente nos ideais liberais, mas sim devido à ideia e à prática de se criar direitos. Podemos dizer que a democracia não encara e conceitualiza a liberdade somente pela ausência de obstáculos exteriores à ação. Segundo essa concepção só podemos definir a democracia pela autonomia. Ou seja, pela capacidade do sujeito imerso nas práticas sociais e políticas de dar a si mesmo a própria norma que ele vai seguir e regras para a sua ação. Isto se caracteriza, segundo Chauí (2012), de uma passagem onde há uma definição negativa da liberdade, ou seja, não haver obstáculo, a uma nova definição, agora positiva: o sujeito deve dar a si mesmo

suas regras e normas de ação. A liberdade possibilita aos cidadãos instituir contrapoderes sociais por meio dos quais interferem diretamente no poder por meio de reivindicações e controle das ações estatais. No mesmo editorial, ao afirmar que o professor “trabalha duro para educar e qualificar a população merece contrapartida adequada” fala também em um “pleito descabido” por propor um reajuste tão alto. Ao mesmo tempo, afirma categoricamente que as reivindicações são propostas, na verdade por “militantes esquerdistas” deveriam saber que nenhum governo poderia dispor de tal recursos em vistas da crise econômica que provocaria queda na arrecadação pelo governo.

Para Costa (1995) esse tipo de análise estaria ligada às contradições dentro da sociedade civil, onde, por um lado, a atividade do jornalismo sob o Estado liberal comporta a ideia de hegemonia, de reprodução simbólica e de reforço do controle social, e, por outro lado, existiria a decodificação da notícia, sua produção e a seleção dos fatos que não eliminam a subjetividade, a dimensão crítica e a possibilidade do receptor perceber as contradições entre as informações e as suas experiências. Para Costa (1995) a racionalidade técnica também é aplicada à produção da notícia e ela produz a seguinte consequência: o processo de elaboração da mensagem é padronizado e dirigido principalmente diante de determinados assuntos, sobretudo diante da característica do jornal impresso que é a necessidade de jornalismo diário fechar as edições em tempo cada vez mais reduzido. A velocidade de se fechar uma matéria dificulta que se possa pensar a realidade em sua complexidade histórica. A transitoriedade dos fatos, pelo que provoca de reação direta, transforma o imediatamente dado num fenômeno, sem mediações e relação de causa. Segundo essa visão:

Ressaltamos o caráter legitimador de instituições, personalidades e propostas, através da exposição nos *mass media*, como reafirmação de status, além de atentar para a ausência de informações e suas implicações ideológicas. Tal prática faz parte da natureza da comunicação mediática e de sua lógica de simplificação, omissão e tratamento parcial dos fatos sociais. Cabe à educação e a seus agentes construir espaços de formação e de desvelamento da lógica dos *mass media* e ultrapassarem seu conteúdo, compreendendo sua natureza sistêmica. (COSTA, 1995, p. 610)

Essa política que premia através de bônus anuais categorias que vão de professores a policiais, esconde o essencial que é falta de vontade de colocar a carreira docente em discussão,

Contudo, os editoriais da *Folha* nem sempre foram nesse sentido de valorar os professores e coloca-los como o obstáculo ao desenvolvimento da educação.

Muito mais significativo ainda é perceber que houve uma mudança na forma como o jornal trata essas questões. Pois, segundo Santos (2017, p. 887):

A cultura de greve construída a partir dos enunciados da *Folha* mostra que, inicialmente, a categoria docente é considerada “ordeira”, “mobilizada” e “organizada”, como nos editoriais de 1963 e 1984. Porém, ao longo dos movimentos, é possível notar uma reapreciação dos docentes que passam a ser valorados, nas discursivizações do jornal, como uma categoria “dividida”, “desarticulada”, com “interesses políticos” e “reduzida a um sindicato de professores” que insiste em greves sem sucesso. Essa forma como a *Folha* vem significando o docente grevista nos permite dizer que, em discursos anteriores, o jornal se alinhava ao professor grevista, mas a partir de 2008, a reavaliação do movimento e do docente deixa ver um desalinhamento do jornal à greve. (SANTOS, 2017, p. 888)

Se em períodos anteriores a posição editorial foi de uma perspectiva positiva da categoria docente, que é valorada como um grupo que apresenta uma causa justificável, agora a categoria docente é colocada em outro patamar editorial. O que mudou, segundo Santos (2017, p. 886, 887), foi que:

Nos enunciados que circularam em diferentes contextos históricos, percebemos a construção da cultura de greve na qual o professor é valorado primeiramente como ordeiro, mobilizado e organizado. No decorrer dos movimentos, há uma reapreciação do jornal, e o valor que passa a estruturar a enunciação é do docente como adepto a uma causa deslegítima, fraca, sem adesão, sem notoriedade, a qual é sustentada principalmente pelo sindicato, que apresenta interesses políticos. (SANTOS, 2017, p. 886, 887)

Segundo Santos (2017, p. 884, 885), analisando o ano de 1993, “No ano de 1993, os professores da rede estadual deflagraram greve em 18/08 a qual permaneceu até 04/09, totalizando 79 dias de paralisação.” Durante esse movimento foi publicado, na *Folha*, um editorial que, embora citasse a greve, não tratava especificamente dela, mas do cenário educacional como um todo. A opinião do jornal expresso no editorial intitulado *Eficiência na educação* data de 03/09/1993 e discorre acerca da situação da educação no estado paulista e no Brasil, descrevendo-a como em situação de crise, pois, segundo seu editorial, “o que se assiste é uma sucessão de crises que só ressaltam a perversa deterioração por que passa o ensino no Brasil”. Além de caracterizar a educação

no Brasil como “em crise”, a *Folha* evidencia a situação por meio da materialidade “perversa deterioração”, o que intensifica o caráter negativo do contexto educacional brasileiro na época. Citando a greve dos professores estaduais no editorial *Deseducação pela greve*, de 26 de março de 2015, o jornal afirma que “a greve da rede estadual de SP, que entra hoje no seu 17º dia, é apenas um exemplo de uma situação nacional insustentável. A greve paulista entra no contexto geral como exemplo de que em âmbito nacional “a educação está em crise.” Há, então, uma acentuação da greve docente como um movimento que tem motivação que é o cenário crítico da educação. Ao apresentar a greve docente como um exemplo da situação educacional a *Folha* dá pistas de uma valoração do movimento como justificável.

Então, não se pode afirmar que a linha editorial adotada pelo jornalismo da *Folha de S. Paulo* tenha sido sempre a de caracterizar o movimento sindical como um “pleito descabido”.

Contudo, algo acontece de lá para cá e o momento da virada, se dá, segundo análise de Santos (2017, p. 885), quando em junho de 2008, durante o governo de José Serra, os professores da rede estadual deflagraram uma greve que durou 22 dias e a *Folha* retrata essa reivindicação no editorial:

Não há plano de ensino que resista a tanta conturbação do cotidiano escolar. Apesar disso, a Apeoesp (sindicato dos professores) não hesita em prejudicar os alunos com uma nova greve, como a declarada na sexta-feira. Nos primeiros dias de paralisação, uma ínfima parcela dos 230 mil mestres da rede aderiu ao movimento paredista. Os grevistas pretextam mais uma vez defender as condições de trabalho e a qualidade do ensino. Na prática, usam o estorvo impingido aos pais e estudantes como ferramenta de pressão sobre o governo do Estado para alcançar metas corporativistas estreitas. Sempre defenderam o duvidoso direito de continuar faltando, em média, 32 dias por ano. Agora reivindicam a manutenção do privilégio de transferir-se a qualquer tempo. *Folha de S. Paulo*, 12/06/2008

De acordo com o sindicato, os docentes reivindicavam “a revogação do Decreto 53.037, que propunha a avaliação excludente dos admitidos em caráter temporário”. Durante essa greve, a *Folha* publicou, em 18/08, o editorial “*Mais uma greve*”, a partir do qual comenta o início do movimento docente. O título do texto, a partir da expressão “mais uma” indica a recorrência do movimento e apela a um discurso declaratório, como que dizendo: “outra greve; de novo uma greve de professores”; discurso esse que já nos sugere um caráter axiológico

tratando os professores grevistas como insistentes em um movimento, de certa forma, desnecessário, o que é reforçado ao longo do texto.

É essa mesma linha editorial que será seguida posteriormente. Como a *Folha* demonstra ao dizer: “Em 2015, o estado paulista presenciou a “greve mais longa” da categoria” (*Folha*, 13/06/2015). Nessa paralisação, especificamente, as reivindicações docentes consistiam, dentre outras, em um aumento de 75% de salário.

De acordo com o editorial *Dividir e subtrair*, publicado pela *Folha* em 08/06/2015, há ênfase na valoração dos professores; eles agora são descritos como “militantes”.

Dividir e subtrair

O aspecto mais lamentável dos sopapos e pontapés trocados por professores paulistas em greve, na sua última assembleia, está em não suscitarem surpresa. Já na metade desta paralisação recorde, em 23 de abril, docentes amotinados tentaram invadir e vandalizaram a entrada do prédio histórico Caetano de Campos, na região central de São Paulo. A categoria se perde e se afunda na própria intransigência. Composta por 230 mil pessoas, vê seu futuro comandado por algumas centenas, ou uns poucos milhares, de militantes que afluem quase semanalmente à avenida Paulista. Mais para atrapalhar o trânsito e chamar a atenção do que para devolver alguma racionalidade à série de desatinos iniciada há quase três meses. Que essa paralisação se tenha tornado a mais longa da história da Apeoesp (sindicato dos docentes paulistas) poderia até ser comemorado como um feito por grevistas mais iludidos ou inflexíveis. Mas a verdade é que ela se encaminha para um final melancólico. Os professores estão divididos; os mais treloucados entre os que ainda comparecem às assembleias impuseram a continuação da paralisação, numa votação conturbada. Nas escolas, porém, a já limitada adesão passou a definir assim que o ponto dos faltosos foi cortado. A própria presidente do sindicato defendeu o retorno às aulas, mas terminou derrotada. O governo de Geraldo Alckmin (PSDB) tem sua parte de responsabilidade, por certo. Alega que não pode dialogar antes de finalizar o novo plano salarial, até julho, quando se completa um ano do último reajuste. A recusa a negociar a demanda exorbitante dos docentes por um aumento de 75% decorre de considerar que a greve tem motivação política. Com efeito, ela foi decidida em meio a manifestações de sindicatos e outros grupos que nada tinham a ver com educação em apoio à presidente Dilma Rousseff (PT). Os líderes do professorado dizem defender a qualidade do ensino, mas a justificativa soa insincera. Mestres que se dispõem a subtrair de seus alunos quase três meses de aulas patenteiam que o aprendizado não coroa sua escala de prioridades. Mesmo com baixa adesão, a greve desarranja ainda mais a caótica rotina das escolas estaduais. Os professores só fizeram aumentar a revolta de pais e estudantes com a decisão canhestra da última assembleia, e deles agora se espera que não reincidam no erro.

Não consta no editorial a questão de se sanar reivindicações historicamente construídas e ainda não realizadas plenamente. Ao optar por não fazer um comparativo, ano a ano, do que acontece com os salários dos

professores da rede pública de ensino do Estado, esquece-se o essencial. Não há, por exemplo, vontade jornalística de cobrir a manifestação de setores da sociedade sensíveis a essas reivindicações. Por exemplo, a manifestação da atriz Leticia Sabatella, que fez uma carta ao governador Geraldo Alckmin, solicitando que ao mesmo atendesse os professores em suas reivindicações:

Atriz Leticia Sabatella pede ao governador respeito e diálogo com professores além das moções de apoios de Sindicatos, Câmaras, deputados e vereadores, a APEOESP tem recebido diariamente a solidariedade de torcidas de futebol, músicos e artistas. em contato com o Sindicato, a atriz Leticia Sabatella, contou qual seria sua mensagem ao governador Geraldo Alckmin em relação à greve dos professores. Caro governador, em tempos de segura, em uma cidade câncer, a cultura de seus cidadãos, a educação, são bálsamos que traçam horizontes vitais. Professores merecem respeito e consideração. Estamos, em todo o País, atentos à greve e ao melhor encaminhamento para essa questão. Ganhe o nosso apoio futuro, apoiando os professores agora. Muita paz e sabedoria, escreve a atriz. Atriz e cantora, Sabatella é conhecida não apenas por sua participação nas principais telenovelas, mas também por sua intensa atuação política, em defesa dos direitos humanos e dos trabalhadores. (APEOESP- sindicato dos professores do ensino oficial do estado de São Paulo).

Discutir essas questões é importante, pois todas as visões, sejam da classe artística ou cultural, sejam dos especialistas em educação, são manifestações também manifestações da sociedade. Além disso, por outro lado, a visão dos leitores seria também importante para entendermos o papel da imprensa numa democracia. Mas no caso dos leitores seria estratégico um diálogo para que a opinião pública em geral seja esclarecida dos motivos que levam os professores a sair da sala de aula e ir para as ruas. Segundo Chartier:

Devemos, também, analisar a posição dos leitores, já que existe uma grande distância entre o que “foi dito” pela imprensa e o que foi entendido e aceito pelo público. Portanto, é necessário tomar alguns cuidados com a ideia de manipulação exercida pelos meios de comunicação. O leitor não pode ser visto como uma massa amorfa, que pode ser “moldada” contra seus próprios interesses, pois: “Os textos não se inscrevem no leitor como o fariam em cera mole. (CHARTIER, 1990, p. 25).

Tanto o leitor do jornal quanto os pais dos alunos devem ser conscientizados da importância da profissão junto à sociedade e é na família que o professor encontrar sua genuína interlocução.

Para Almeida et al (2013, p. 2012), por exemplo, já se indicava nos começos dos anos 1990 que a questão da valorização dos professores, mediante melhorias salariais e melhores condições de trabalho se constituía em antiga reivindicação dos docentes, cujos principais aspectos constavam na tese da diretoria da APEOESP, elaborada para o XIII Congresso estadual da entidade, a ser realizado em agosto de 1994, na cidade de Araçatuba, interior de São Paulo, não devemos esquecer que enquanto a categoria não conseguir a equiparação salarial com outras categorias de nível superior os esforços para tornar a educação verdadeiramente de qualidade deveria considerar certa reivindicações históricas, por exemplo:

- 1) Piso do DIEESE;
- 2) Reposição das perdas salariais dos governos Quéricia e Fleury – 201,36% é o reajuste necessário;
- 3) Cumprimento do Orçamento do Estado: 30% do ICMS para o Ensino de 1º e 2º graus, sendo 23% para salários.
- 4) Gratificação do Trabalho Noturno (GTN) de 50%; Direito de optar pelo Regime de Dedicação Plena e Exclusiva (RDPE) para todos os professores;
- 5) Incorporação de todas as gratificações para efeito de aposentadoria, inclusive para os atuais aposentados;
- 6) Pagamento no último dia útil do mês;
- 7) Pagamento integral de 1/3 das férias;
- 8) Pagamento de vencimentos atrasados corrigidos conforme artigo 116 da Constituição Estadual;
- 9) Vale-alimentação equivalente ao das estatais;
- 10) Agilidade na implantação do convênio IAMSPE/hospitais particulares, em todo o Estado.
- 11) Limite máximo de 35 alunos no Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) e 2º grau e 30 alunos nas salas de 1ª a 4ª série; APEOESP – TESES (1994, p. 05).

Segundo Alves (2007, p. 114) o trabalho precário é inerente à ordem capitalista por causa de duas características embrionárias dessa forma de

trabalho: a alienação e o assalariamento, de modo que “[...] a precarização é um processo que possui uma irremediável dimensão histórica determina pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho”. Entretanto, apesar do caráter essencial da precariedade do trabalho no sistema capitalista de produção, para Alves (2007, p. 115), nas últimas quatro décadas revelaram um avanço no processo de precarização do trabalho, tendo em vista a corrosão dos direitos trabalhistas e a intensificação do trabalho nesse período.

Assim sendo, o desmonte dos direitos trabalhistas conquistados historicamente pela classe trabalhadora ao longo dos séculos XIX e XX é um fenômeno que integra e amplia o processo de precarização do trabalho desencadeado em decorrência da reestruturação produtiva e da financeirização do capital, que baseadas no modelo de acumulação flexível e produção intensificou o volume de trabalho, as formas precárias de contratação e a velocidade da produção.

2.2 A narrativa da greve no jornal da APEOESP

Na narrativa sindical pretende-se levar aos professores e famílias de alunos os objetivos e a importância das campanhas salariais e de valorização do magistério. Para isso se objetiva furar esse bloqueio da mídia corporativa. Primeiro tem-se como diretriz fundamental estabelecer um diálogo com a categoria e a população. A tarefa da imprensa sindical, e da narrativa da imprensa sindical, e do jornal da Apeoesp, é ultrapassar esse bloqueio e explicar, de fato, o que realmente acontece nas escolas. Isso de certa forma já é feito no cotidiano da vida escolar através das reuniões de pais e professores. Mas num contexto de greve da categoria essa meta é mais complexa. No caso da imprensa sindical representada pelo jornal da Apeoesp é fundamental dialogar com os professores e abrir um espaço democrático. É função da imprensa sindical o registro histórico dessa luta para dialogar com a população. É essa a tentativa feita, por exemplo, nessa matéria.

Foram fechadas mais de 3.390 classes, gerando superlotação, com classes de até 62 estudantes (ensino regular) e de 100 estudantes (educação de jovens e adultos). O corte de verbas faz com que as escolas ficassem sem materiais básicos para seu funcionamento, como papel sulfite, canetas e até mesmo papel higiênico! APEOESP (2015).

Quando os professores decidiram deflagrar a greve em 2015 eles foram motivados por muitos fatores que pressionaram uma tomada de atitude. Os professores estaduais decretaram uma greve por tempo indeterminado em São Paulo, no dia 13 de março de 2015, reunidos em uma grande assembleia, cerca de 15 mil professores estaduais – segundo dados da APEOESP – aprovaram a greve por tempo indeterminado por emprego, salário e melhores condições de trabalho. Essa foi a greve mais longa da categoria, durou mais de três meses. Assim especifica o APEOESP – INFORMA URGENTE de 13 de março de 2015.

Reunidos em assembleia na tarde de sexta-feira, 13, cerca de 15 mil professores estaduais aprovaram greve por tempo indeterminado por emprego, salário, condições de trabalho e água para todos. Aprovaram também o calendário de mobilizações.... Não faltam razões para a greve dos professores: reajuste zero para a categoria, escolas sucateadas, corte de verbas, fechamento de classes, superlotação das salas de aula, não aplicação da jornada do piso, duzentena e desemprego para os professores da categoria O e tantas outras. É fundamental o papel de cada professor, cada diretor, conselheiro estadual, conselheiro regional e representante de escola da APEOESP neste processo de mobilização. A greve começou. Agora, trata-se de dialogar nas escolas para obter a adesão de todos. A luta não é da direção do Sindicato, pois o Sindicato somos todos nós e a luta é de todos em defesa da escola pública. Por isso o diálogo com pais e estudantes também é muito importante. Precisamos conquistar o apoio deles, pois a melhoria da educação pública é uma causa de toda a sociedade. APEOESP – Informa – Urgente 13/03/2015

Ora, como podemos constatar nesse boletim, os motivos que levaram à greve de professores do Estado de São Paulo em 2015 foram mal informados pelos meios de comunicação. A falta de reajustes, sobretudo reais, dos salários dos professores tornou a situação insustentável, pelo boletim acima verifica-se uma perda significativa do poder de compra, aliada à falta de perspectivas de recuperação desse poder de compra no curto prazo. Além disso, as condições de trabalho passam por um processo de precarização, com salas superlotadas, fechamento de turnos e escolas, some-se a esses problemas a dificuldade em manter a constante capacitação e atualização dos professores.

Assim, não faltaram razões para a greve dos professores, segundo a APEOESP: reajuste zero para a categoria, escolas sucateadas, corte de verbas, fechamento de classes, superlotação das salas de aula, não aplicação da jornada do piso, “duzentena”, ou seja, o professor ficar duzentos dias sem poder atuar novamente na rede oficial e desemprego para os professores da categoria

“O”, que são aqueles contratados em regime temporário. As principais reivindicações foram:

- 1) Plano de composição para um aumento de 75,33% para equiparação salarial com as demais categorias com formação de nível superior, rumo ao piso do DIEESE para PEB I com jornada de 20 horas semanais de trabalho, para professores da ativa e aposentados.
- 2) Conversão do bônus em reajuste salarial.
- 3) Pela implantação da jornada do piso.
- 4) Reabertura de classes e períodos fechados. Imediato desmembramento das salas superlotadas.
- 5) Máximo de 25 alunos por sala desde o primeiro ciclo do Ensino Fundamental ao Ensino Médio.
- 6) Nem “quarentena”, nem “duzentena” para os professores da categoria “O” e sim concursos públicos
- 7) Por uma nova forma de contratação de professores temporários, com garantia de direitos.
- 8) Garantia de atendimento médico no IAMSPE (órgão que administra o Hospital do Servidor Público Estadual) para os professores da categoria “O” contratados em regime temporário.
- 9) Convocação e ingresso de todos os professores concursados.
- 10) Garantia de Professores coordenadores nas escolas de acordo com a Resolução 75/2013. No mínimo um PCP em cada escola, independentemente do número de salas.
- 11) Garantia de condições adequadas de infraestrutura em todas as escolas.
- 12) Pelo fim da lei das faltas médicas; fim da perseguição aos professores nas perícias médicas.
- 13) Pela aceleração dos processos de aposentadoria.
- 14) Pela correção das distorções no plano de carreira que prejudicam os aposentados.
- 15) Água para todos, em todas as escolas.
- 16) Fim do projeto excludente de escola de tempo integral; por uma educação integrada.

- 17) Fim do assédio moral.
- 18) Fim do corte de verbas para as escolas.
- 19) Pela ampliação dos repasses para as escolas.
- 20) Aumento do valor do vale-alimentação e do vale-transporte.
- 21) Continuidade do transporte escolar gratuito para os estudantes.

Nesse sentido, a APEOESP, conclamou não apenas os profissionais da educação a entrar em greve e lutar por melhores condições de trabalho, mas também alunos e pais, que deveriam compor a luta no sentido de fortalecer o movimento em busca de melhores condições para a educação.

É fundamental o papel de cada professor, cada diretor, conselheiro estadual, conselheiro regional e representante de escolas da APEOESP neste processo de mobilização. A greve começou. Agora, trata-se de dialogar nas escolas para obter a adesão todos. A luta não é da direção do Sindicato, pois o Sindicato somos todos nós e a luta é de todos em defesa da escola pública. Por isso o diálogo com pais e estudantes também é muito importante. Precisamos conquista o apoio deles, pois a melhoria da educação pública é uma causa de toda sociedade. (Apeoesp, Informa Urgente) 13/03/2015 edição 16.

A greve dos professores estaduais fez novamente vir à tona a vocação truculenta e autoritária do Governo do Estado de São Paulo, por vezes disfarçada com o auxílio de parte dos meios de comunicação. O Governador, o Secretário da Educação e outros membros do Governo insistiam em tentar desqualificar o movimento, ora dizendo ser a greve inexistente, ora classificando-a de “inoportuna”, “intempestiva” ou “partidária”.

A GREVE SE FORTALECE! Já somos 86 mil professores parados. A greve vai crescer ainda mais nas próximas horas! Vamos intensificar as atividades regionais. Pressão total pelo atendimento das reivindicações! Amanhã, quinta-feira, 19/03, as subsedes devem realizar as assembleias regionais, conforme deliberação da assembleia estadual que decretou a greve, realizada na sexta-feira, 13/03. Entre os itens de discussão nas assembleias regionais está a continuidade da greve. Os professores devem deliberar e a posição aprovada será apresentada na assembleia estadual que realizaremos na próxima sexta-feira, 20 de março. Orientamos que as subsedes também realizem “apitaços” nas Diretorias de Ensino, pressionando pelo atendimento de nossas reivindicações e pelo respeito ao direito de greve. Ampliar as atividades regionais. Orientamos também que as subsedes convoquem reuniões dos comandos de greve já para o próximo sábado, dia 21/03, para planejar as atividades da próxima semana. Vamos intensificar as visitas às escolas e as panfletagens em locais de concentração popular. Para a quarta-feira, 25/03, estamos sugerindo a realização de vigílias regionais e outras atividades de pressão pela abertura de negociação e o atendimento das reivindicações da greve. Vamos reforçar as atividades dando maior visibilidade à nossa greve junto à população, através das mídias locais,

das Câmaras Municipais e outros espaços de divulgação. Buscar o apoio da sociedade. Devemos, sobretudo, fortalecer o apoio dos estudantes e dos pais. Como apoio ao movimento, vamos convidá-los a participar de nossas assembleias, com a orientação de que as deliberações são exclusivas dos professores e das professoras. A UNIDADE DA CATEGORIA É FUNDAMENTAL! UNIDOS SOMOS MAIS FORTES E CHEGAREMOS À VITÓRIA! Na quarta, 18/03, apurou-se que já são 86 mil docentes em greve (35% do total de 230 mil professores da rede) e estamos ampliando a adesão a cada momento. Na sexta-feira, 20/03, vamos chegar aos 200 mil professores parados e realizar uma grande assembleia, às 14 horas, no Vão Livre do MASP, na Avenida Paulista. (APEOESP URGENTE 18/03)

Quem partidariza a greve? Quem partidariza a greve é o Governo Estadual que pretende criminalizar todos aqueles que pensam de forma diferente. A greve dos professores não fazia parte de uma disputa partidária, mas é uma forma de luta legítima e legal para a conquista de nossas reivindicações. É nesse sentido que os professores são convocados para fazerem parte do movimento. Sendo assim, eles são chamados nos seguintes termos:

Professores ocupam Alesp para pressionar por negociação já!
Cerca de mil professores participaram nesta quarta-feira, 15, da audiência pública na Assembleia Legislativa (Alesp) para discutir a greve da categoria. O evento, que aconteceu no Auditório Franco Montoro, contou com a presença de vários deputados de oposição. Após a realização da audiência, os professores decidiram ocupar o plenário Juscelino Kubitschek, onde acontecem as sessões, e outras dependências da Alesp, onde devem permanecer até a noite desta quinta-feira, 16, como forma de pressionar o governo a abrir negociações imediatamente com a categoria. APEOESP URGENTE 15.04.2015

Necessitamos investigar qual é o posicionamento dos docentes, tendo em vista o que foi dito pela imprensa e o que foi deliberado e aprovado pelo coletivo dos professores. Logo, é fundamental haver alguma ponderação. Consideramos que a *Folha* esteja mesmo interessada principalmente o seu respectivo grupo, ou seja, a classe média urbana que já concordam com sua linha editorial. Segundo os pesquisadores (VAL e AQUINO, 2013, p. 95) ao analisar matérias sobre a temática educacional tratados pela imprensa escrita entre 1996 e 2006, surgem tanto concepções reparatórias ou reformistas das práticas escolares contemporâneas quanto injunções econômicas e políticas. Ao entrar nesse mérito o jornalismo praticado pela imprensa-empresa evidencia-se um potente recurso de doutrinação de ideias alheias ao mundo da educação, mas mais próximo da ingerência, pois:

A maioria dos textos por nós analisados parece pretender ensinar à escola como ela deveria operar, ofertando a seus protagonistas modos

mais adequados ou atualizados de educar e, com isso, professando um ideal de sujeito a ser formado, bem como um modelo de sociedade a ser concretizado. (VAL e AQUINO, 2013, p. 95)

Segundo acórdão do Supremo Tribunal Federal, estabeleceu-se um entendimento sobre a legalidade da greve no serviço público. Parecer emitido pela Consultoria da Secretaria Estadual da Educação, em resposta à consulta formulada pela Chefia de Gabinete da Pasta, acompanha esse entendimento. Desta forma, são inaceitáveis do ponto de vista da democracia medidas coercitivas tomadas pelo Secretário da Educação contra a greve. O autoritarismo estava enraizado no Governo do Estado. Logo nos primeiros dias da greve, a SEE proibiu a entrada dos comandos nas escolas para conversar com os professores. A APEOESP ingressou com ação judicial para que fosse assegurada a liberdade dos professores dialogarem nas unidades escolares sobre o movimento, obtendo liminar. O Governo Estadual, denotando sua dificuldade em conviver com a democracia e com o livre debate de ideias, recorreu da decisão e conseguiu derrubar a liminar. O sindicato também recorreu e o julgamento da causa ocorreria no dia 13 de maio no Tribunal de Justiça, mesma data da reunião da APEOESP com o Secretário da Educação. Segundo Costa (2015, p. 609) isso retrata:

O caráter legitimador de instituições, personalidades e propostas, através da exposição nos *mass media*, como reafirmação de status, além de atentar para a ausência de informações e suas implicações ideológicas. Tal prática faz parte da natureza da comunicação mediática e de sua lógica de simplificação, omissão e tratamento parcial dos fatos sociais. Cabe à educação e a seus agentes construir espaços de formação e de desvelamento da lógica dos *mass media* e ultrapassarem seu conteúdo, compreendendo sua natureza sistêmica. (COSTA, p. 609)

Embora se considere que não existe mais a “lei da mordaza” no estado de São Paulo, na prática ela foi sendo praticada pelo Governo Estadual, mediante a proibição – velada ou não – de que se converse sobre a greve nas escolas e, também, que professores e professoras não poderiam dar declarações à imprensa sobre essa questão, pois ela não tem como defender pautas que são contrárias à seu pensamento como linha de transmissão de ponto de vista diferentes.

Para Chauí (2012) nossas instituições ainda não são exemplo de verdadeiras instituições republicanas e essa é ainda uma tarefa que a

democracia não realizou. O que nos caracterizaria como sociedade ainda é o autoritarismo, além disso:

Podemos avaliar as enormes dificuldades para instituir a democracia no Brasil. De fato, a sociedade brasileira é estruturalmente violenta, hierárquica, vertical, autoritária e oligárquica e o Estado é patrimonialista e cartorial, organizado segundo a lógica clientelista e burocrática. O clientelismo bloqueia a prática democrática da representação – o representante não é visto como portador de um mandato dos representados, mas como provedor de favores aos eleitores. A burocracia bloqueia a democratização do Estado porque não é uma organização do trabalho e sim uma forma de poder fundada em três princípios opostos aos democráticos: a hierarquia, oposta à igualdade; o segredo, oposto ao direito à informação; e a rotina de procedimentos, oposta à abertura temporal da ação política. (CHAUÍ 2012).

Outra medida autoritária do Governo foi o corte do ponto e consequente desconto dos dias parados. Já tinha havido o desconto dos dias de greve do mês de março, mas a greve seguia forte e com apoio da sociedade. A APEOESP havia ingressado, ainda em março, com uma ação para que não houvesse descontos, não tendo obtido liminar. A partir de novos argumentos, ingressou com outra ação no final de abril, que foi remetida ao Ministério Público para análise.

No afã de tentar ludibriar a opinião pública, a Secretaria da Educação encaminhou à imprensa nota na qual reproduzia a decisão judicial de abril de uma forma tal que induziu alguns jornalistas a considerar que se tratava de decisão sobre a mais recente ação da APEOESP. Um procedimento antiético que não deveria ser adotado por nenhuma instância de governo. O Governo, com isso, demonstrava não estar interessado nos direitos de professores e estudantes. Dizendo defender os direitos dos estudantes, a Secretaria da Educação os prejudica, enquanto os professores se comprometeram a repor os conteúdos não ministrados durante a greve, mediante negociação. Por isso, foi realizado no dia 7 de maio na Praça da Sé um Ato de Desagravo aos Professores em Greve.

Secretaria da Educação joga com a desinformação A Secretaria Estadual da Educação comunicou ao jornal “O Estado de S. Paulo” - que publicou online - notícia sobre o indeferimento de recurso da APEOESP para o não desconto dos dias parados. Trata-se de processo antigo, e a sentença do juiz é de 1º de abril. A APEOESP recorreu e ainda não há decisão. Há um novo processo da APEOESP, com novos argumentos, cujo pedido de liminar sequer foi despachado. Seguiu para o Ministério Público, que dará parecer, conforme despacho da juíza responsável pelo caso. Não há, portanto, nenhum posicionamento da Justiça sobre este assunto. Na tarde desta terça-

feira, o jornalista do Estadão, alertado pela presidenta da APEOESP, atualizou a matéria, explicando o caso ao leitor: “Na segunda-feira, 4, o Estado procurou a Secretaria de Estado da Educação para que comentasse o corte do ponto e, às 20h, a reportagem foi informada de que 'a justiça negou pedido de liminar do sindicato pelo não desconto dos dias parados'. A decisão, no entanto, refere-se ao primeiro recurso movido pela Apeoesp.” (Matéria atualizada no site do Estadão às 14h54.) A Secretaria da Educação, ao comunicar a um jornal informações dúbias, joga com a desinformação, pois sabe que está perdendo o jogo na opinião pública. Temos confiança de que perderá também na Justiça. Ganharão os professores e a sociedade. O Tribunal de Justiça agendou audiência de conciliação, a pedido da APEOESP, no dia 7 de maio, às 15 horas.

ATO DE DESAGRAVO AOS PROFESSORES EM GREVE Em São Paulo, Pará, Paraná e todo lugar. DIA 07 DE MAIO • QUINTA FEIRA 13h30 • PRAÇA DA SÉ Chega de truculência. Pelo atendimento das reivindicações. POR EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE PARAT ODOS ET ODAS. COMPAREÇA! (APEOESP URGENTE 05/05)

O Governo do Estado de São Paulo continuou fugindo da negociação e se recusava a apresentar propostas aos professores em greve. Como no caso da determinação para que as escolas atribuíssem notas aos alunos cujos professores estivessem em greve, independentemente de seu aprendizado. A APEOESP recorreu ao Ministério Público contra essa medida, que retira o caráter pedagógico da avaliação, reduzindo-a a um ato administrativo e burocrático, no seu pior sentido. O que o Governo fez foi retirar do aluno o direito de aprender, punindo-os, talvez pelo apoio que prestaram à luta de seus professores.

2.3 A educação como direito fundamental e o direito à informação

O direito à educação pública laica, gratuita e de qualidade é condição básica para que possamos construir uma sociedade justa, pois a ela cabe o papel de formar cidadãos e cidadãs capazes não só de atuar, mas principalmente de transformar a realidade em que estão inseridos. O fim das desigualdades exige tanto uma educação de qualidade a todos, voltada não só para o desenvolvimento tecnológico e econômico, mas principalmente humano quanto a sua divulgação para a sociedade. Dessa forma, a defesa do direito a educação é uma bandeira histórica dos educadores e da sociedade, ou seja de todos aqueles que lutam por transformações profundas em nossa sociedade. Não devemos esquecer que isso significa também levar direito à educação a

todos os cidadãos de maneira republicana, sem parcialidade e de forma eficiente, o que os colocaria em choque direto com os interesses privados que dominam uma sociedade baseada nas doutrinas liberais e num capitalismo selvagem e desagregador, em sua essência excludentes, e que estão encastelados nos meios de comunicação, em sua maioria dominados por poucas famílias que tem esses grupos de mídia.

A face mais clara dessa disputa política entre levar à sociedade as pautas e reivindicações da educação é o viés adotado, por exemplo pela *Folha de S. Paulo* sobre esse tema, talvez melhor interessada na possibilidade de a educação ser explorada comercialmente, através de instituições privadas. Sobre esse tema, podemos dizer que ele esteve presente no processo constituinte, no qual os movimentos em defesa da escola pública conquistaram importantes vitórias, como a garantia de educação como direito de todos e dever do Estado, e na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 2001. Esse embate se disseminou pelo interior das redes de ensino e das próprias escolas, onde projetos e programas privatizantes foram implementados pelos governos neoliberais. Além de interesses mercantis mais explícitos, como as terceirizações de serviços e a comercialização de matérias educacionais, essa luta também assume outra dimensão: a estruturação pública a partir de um modelo de gestão e produção do setor privado. As políticas educacionais e a mercantilização da educação vêm se confrontando desde o início dos anos 1990, quando o Brasil se tornou alvo de políticas orientadas por organismos internacionais. O Banco Mundial, por exemplo, através de seus programas de financiamento, empreendeu nos países em desenvolvimento uma política de reformas estruturais, cujo centro é a liberação dos mercados, a redução do papel do Estado e a transformação de direitos sociais em serviços exploráveis comercialmente.

A educação nas políticas do Banco Mundial cumpre dois objetivos: constituir um nicho comercial a ser explorado, principalmente no ensino superior e disputar ideologicamente a população para o ideário neoliberal, naturalizando os efeitos da intensificação dessas relações de mercado, buscando inclusive resignar os segmentos sociais mais excluídos. Durante a gestão Fernando Henrique Cardo na Presidência da República, essas políticas foram aprofundadas. Com estas orientações tornou-se possível que o ensino

fundamental fosse ampliado em termos do atendimento, mas não houve, em contrapartida, um aumento mínimo de sua qualidade, ao mesmo tempo em que o ensino superior foi totalmente aberto à exploração por instituições privadas. Embora o esforço de universalização do ensino fundamental por uma política de fundos tenha levado a mudanças na relação entre os entes federados, potencializando os processos de municipalização deste nível de ensino isso não levou a maiores investimentos.

Enquanto estados e municípios reduziam drasticamente sua atuação na educação infantil e no Ensino Médio, a União acabou assumindo papel meramente controlador, destinando recursos a projetos que priorizam principalmente o setor privado. Sob o discurso do combate aos processos de exclusão, provocados pelos altos índices de reprovação é implantado pelo Governo estadual um falso modelo de progressão continuada, sem preparação dos docentes ou estruturas para seu funcionamento. Na verdade, um sistema de aprovação automática, cujo objetivo era a regularização do fluxo de alunos na rede e a redução de custos.

Atendendo à diretriz de redução da estrutura estatal, promove-se o fechamento de escolas e redução de pessoal alcançados pela superlotação de salas e pela segmentação das escolas por níveis de ensino. Esse processo além do impacto econômico, cria condições ideais para a municipalização e provoca uma fragmentação no trabalho docente, reduzindo assim também a capacidade de resistência dos professores às mudanças.

Paralela a estas ações, vemos uma ampla campanha nos meios de comunicação que procura atribuir a solução dos problemas da educação à ação voluntária da sociedade, apontando claramente para uma sistemática de desresponsabilização do Estado e de necessidade de parcerias com o setor privado.

Outro fator importante para se observar é o sistema de avaliação. As avaliações da educação bem como as políticas neoliberais são muito defendidas pelos meios de comunicação. O governo de Fernando Henrique Cardoso inicia um processo de direcionamento do mercado educacional e de indução das políticas dos estados e municípios através de exames centralizados. A criação do chamado “Provão” para o ensino superior é um exemplo desta política que abre mão de uma atuação efetiva do Estado ao mesmo tempo em que inicia a

construção de um modelo competitivo em consonância com a lógica dos interesses privados. Não demorou para que este modelo fosse reproduzido na rede estadual paulista, através do SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo), iniciando uma nova etapa no avanço das políticas neoliberais: a criação de sistemas de premiação e punição. No final dos anos 1990, no estado de São Paulo, os resultados do SARESP, somados aos indicadores sobre a adequação da escola aos padrões da Secretaria Estadual da Educação (SEE-SP), são utilizados para a implantação do bônus para os professores. Inicia-se um processo de competição entre escolas e docentes, que ano a ano são seduzidos pelas exigências do governo, desconsiderando necessidades particulares das escolas e dos alunos e abrindo mão de direitos trabalhistas para obtenção de melhores prêmios. Pela primeira vez, o caráter ideológico dessas políticas floresceu: a competição leva a um individualismo cada vez maior, ao mesmo tempo em que a legitima a ideia de que as desigualdades são resultado da falta de empenho individual ou preparo dos profissionais e demais membros da comunidade. A resistência dos professores e suas entidades impediu que estas políticas alcançassem seus objetivos de imediato. Mas pouco a pouco os mecanismos de competição foram minando a capacidade de mobilização. A falta de compromisso com o financiamento da Educação é outro aspecto pouco abordado pelos meios de comunicação. Para os defensores desta política não faltam recursos para a educação. Mesmo num país onde o déficit educacional é evidente: com 14,2 milhões de pessoas com 15 anos ou mais analfabetas, em que a média de anos de estudo da população mal chega a 7 anos, com 21,2% das crianças entre 4 e 5 anos não atendidas pela educação infantil e mais de 15% dos jovens de 15 a 17 anos fora do ensino médio.

O gasto público com educação estacionou em torno de 4% do PIB há mais de uma década. Em países desenvolvidos a média é de mais de 6%. Para o Brasil avançar na qualidade de educação precisaria investir por vários anos algo em torno de 10% do PIB. Além disso, mecanismos como o FUNDEB, que em tese assegurariam recurso para o atendimento da educação básica, sofreram diretamente os efeitos dessa política de contenção dos déficits fiscais, que na verdade é a priorização do setor financeiro, em detrimento das áreas sociais. As

matérias jornalísticas sobre o tema fiscal são infinitamente mais numerosas que sobre a educação.

A implantação do sistema meritocrático em São Paulo vinculada à política de bônus, aplicada há quase dez anos, precarizou ainda mais a carreira docente, provocando uma grande estagnação salarial. Somada a um quadro no qual grande parte dos professores são temporários, pela insuficiência de concursos, resultou nas condições para que a Secretaria iniciasse a implantação da chamada valorização por mérito. O primeiro passo foi estabelecer, em 2008, uma prova para a contratação de professores temporários, utilizando os resultados para fazer campanha de ataques aos professores nos meios de comunicação. Divulgando dados parciais, a então secretária Maria Helena Castro do Governo Alckmin passou para a população a imagem de que os docentes não eram capazes de responder as questões da prova achando um bode expiatório para os problemas de qualidade na educação paulista, ao mesmo tempo em que apontava a solução: premiar alguns para estimular ainda mais a competição. Em seguida, o governo apresenta um novo regime para os professores temporários, que só poderão ser contratados por um ano, cumprindo um interstício de 200 dias para nova contratação, além de não terem os mesmos direitos dos outros profissionais no que diz respeito a licenças, faltas e benefícios. É nesse contexto que a chamada “Provinha” ganha caráter eliminatório para aqueles que iniciaram na rede depois da criação do SPPrev, em junho de 2007. Professores temporários que ingressaram antes desse período ganharam uma estabilidade, com um mínimo de horas semanais, mas se não forem bem na provinha não poderão dar aulas. Além dessas medidas, são colocadas em prática ações que mudam completamente a carreira dos professores em São Paulo. Surgem duas jornadas que antes não existiam, uma de 12 e outra de 40 horas semanais, cria-se para o futuro uma nova fase nos concursos, de caráter eliminatório, que na verdade é um curso aperfeiçoamento de que formará os docentes em quatro meses. Estas medidas mostram duas facetas: a fragmentação do trabalho, incentivando a alta rotatividade de professores nas escolas e também uma ação para enquadramento e doutrinação dos professores, barrando aqueles que são críticos as propostas impostas. Segundo Alves (2007, p. 114) o trabalho precário é inerente à ordem capitalista por causa de duas características embrionárias dessa forma de trabalho: a

alienação e o assalariamento, de modo que “[...] a precarização é um processo que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho”. Conforme já indicamos, é característica do momento histórico atual a precariedade do trabalho no sistema capitalista de produção. Para Alves (2007) as últimas quatro décadas revelaram um avanço ainda maior no processo de precarização do trabalho, tendo em vista a corrosão dos direitos trabalhistas e a intensificação do trabalho nesse período. Cabe salientar que, segundo Alves (2007) a precariedade e a precarização são atributos ontológicos das individualidades sociais que se compõem na sociedade burguesa.

Deste modo, ao dizermos precariedade, tratamos de uma condição sócio-estrutural que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria, atingindo aqueles que são despossuídos do controle dos meios de produção das condições objetivas e subjetivas da vida social. A precariedade do mundo do trabalho é uma condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria. Desde que a força de trabalho se constitui como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da precariedade social. Por outro lado, o conceito de precarização diz respeito a um modo de reposição sócio-histórica da precariedade. Se a precariedade é uma condição, a precarização é um processo que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho (ALVES, 2007, p. 113-114).

Com a crise capitalista verificada a partir da década de 1970, a precariedade e a precarização do trabalho ampliam-se de maneira exacerbada. Assim, aumenta a insegurança de emprego, de seguridade e de previdência social, ocorrendo uma fragmentação dos estatutos salariais da classe trabalhadora. O processo de precarização do trabalho aparece sob o neologismo da flexibilização do trabalho, impondo-se por meio da perda de direitos e do aumento da exploração da força de trabalho (ALVES, 2007).

Para entender isso devemos pensar que o a questão do trabalho na sociedade capitalista apresenta dois tipos ou fenômenos característicos que são: o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho; e o produto é propriedade do capitalista, e não do produtor imediato, o trabalhador. Esse processo causa um estranhamento entre o trabalhador e sua produção, uma vez que aquele perde o controle de seu trabalho, não se reconhecendo como produtor daquilo que ele próprio produziu. Essa questão se refere ao mundo do trabalho, mas pode ser adequadamente comparada com a situação do professor, pois, segundo Ricardo Antunes (2006):

Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado. Torna-se estranhado. O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social – a sua realização no e pelo trabalho – é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. (ANTUNES, 2006 p. 126).

Com competição por melhores salários com a aprovação do PLC nº 29/2009, o Governo Serra alterou de forma drástica a carreira do magistério, vinculando a evolução salarial dos professores ao seu desempenho em exames aplicados periodicamente, implementando na prática um sistema de diferenciação e segmentação. A lei aprovada estipula que a evolução nas faixas salariais se dará pelo cumprimento de requisitos e pela classificação no exame, a depender da disponibilidade orçamentária. Para alcançar a promoção para uma nova faixa, o professor deve cumprir um interstício de três anos, entre cada evolução permanecer na mesma escola por 80% desse período, ter frequência compatível com critério a ser estipulado pela SEE, ultrapassar no exame a nota mínima estipulada para cada faixa e estar entre os 20% de sua faixa salarial que tiveram melhores notas. Nesse processo, o Governo faz uma propaganda enganosa, passando a ideia de que os profissionais da educação serão valorizados, podendo alcançar altos salários, de que suas condições de trabalho estão cada vez melhores e principalmente de que está investindo na educação, quando na verdade empurra os profissionais para a lógica de competição, subordinando a superação dos problemas ao seu esforço e dedicação pessoal, ignorando todas as questões estruturais do sistema, e ao mesmo tempo, renovando o velho discurso de que os problemas seriam causados pela incompetência e suposta má qualidade dos profissionais, como aparece frequentemente nas palavras do atual secretário Paulo Renato Souza. Essa mudança na carreira vai além das questões de mérito e apresenta um instrumento que não se destina apenas a estimular a competição, mas sim a criar uma *elite* dentro do professorado. É um sistema de *ranking*; uma corrida pelos melhores lugares, com o nítido objetivo de tentar ludibriar a opinião pública e dividir a categoria. Ao estabelecer, por critérios meramente financeiros, que até 20% poderão receber o reajuste, fica evidente que tal medida não tem de fato nenhum compromisso com a qualidade da educação: mesmo que todos os profissionais da rede atinjam um excelente resultado, no máximo 20% deles

serão premiados. Ou seja, é um vestibular para os melhores salários. Portanto, trata-se de uma desestruturação da carreira, uma justificativa para a estagnação salarial da grande maioria dos professores, que inclusive vai contra a isonomia salarial e joga na lata do lixo todo o acúmulo e conhecimento dos profissionais que por vários anos se dedicaram à rede.

Mesmo medidas que poderiam significar um avanço na carreira dos profissionais foram barradas, como é o caso do Piso Nacional do Magistério, que garantia que 1/3 da jornada seriam reservados ao trabalho pedagógico e de preparação de aulas, e que até hoje não foi implementado em função de ação judicial pelo Governo do estado. Assim, podemos dizer que verificamos na Educação do estado de SP um sistema de desmonte dos direitos trabalhistas conquistados historicamente pela classe trabalhadora ao longo dos séculos XIX e XX. A luta pela APEOESP por melhores salários é um fenômeno que integra e amplia o processo de precarização do trabalho desencadeado em decorrência da reestruturação produtiva e da financeirização do capital. Ao tratar desse tema a imprensa sempre procura escamotear que a questão da acumulação flexível, a *Folha* nunca se interessa de observar que houve uma intensificação e aumento do volume de trabalho, bem como a implementação de formas precárias de contratação e precarização do trabalho docente.

Além do ataque direto aos profissionais do magistério, o governo paulista implementou no último período uma série de programas que afetam profundamente os currículos e funcionamento das escolas. A adoção de apostilas e materiais padronizados, distribuídos de forma fracionada ao longo dos bimestres e vinculados diretamente aos exames do SARESP, obrigando o professor a se enquadrar na proposta, ignorando as especialidades de cada escola, as diferenças regionais ou mesmo a possibilidade de a escola desenvolver um percurso mais adequado ao perfil dos seus alunos. A padronização, a partir de uma proposta curricular rebaixada, ignora a necessidade de organização do trabalho escolar a partir de um projeto político pedagógico, construído de forma autônoma e coletiva. O que há na realidade é transformação do trabalho docente em algo mecânico e incapaz de responder às várias dinâmicas que se desenvolvem no dia a dia de uma escola. O discurso neoliberal justifica essa padronização sob argumentos baseados em uma técnica, supostamente única e inquestionável, batizada exclusivamente pelo

enquadramento nas estatísticas fornecidas pelas avaliações, que por sua vez atendem a uma lógica mercantil e quantitativa.

Temos, assim, um cenário que se aproxima cada vez mais de um regime próximo de um sistema autoritário, no qual o professor é coagido a se submeter à proposta oficial que nada tem de democrática e verdadeiramente interessada no desenvolvimento da educação. Prova disso são os famosos Conselhos de Classe e o Conselho de Escola funcionarem burocraticamente para justificar, apenas no discurso, a gestão democrática da escola, cuja única autonomia é para a procura de parceiros que supram necessidades esquecidas pelo Estado. De seu lado, os estudantes desse sistema são como recipientes vazios, nos quais serão depositados os conhecimentos, como descreveu Paulo Freire, modelados para aceitarem e cumprirem seus papéis no sistema, ou fora dele, de acordo com as necessidades impostas pelo mercado. Assim, podemos dizer que segundo Freire (2005) a educação em São Paulo está longe de trilhar um caminho de crescimento e desenvolvimento. Não há vontade de o Governo do estado de promover uma educação que possa ser uma política pública destinada à libertação dos homens e a sua humanização. Nem os professores e nem os alunos muito menos são protagonistas da ação social, sendo os estudantes meros “depósitos”, tal qual a educação bancária preconiza. Não há vontade do Governo Estadual promover a ação e reflexão sobre o mundo ao redor e sobre a sociedade. Toda ação educativa do sujeito não pode preconizar “depósitos” de conteúdos nos corpos “vazios” dos educandos, nem de uma consciência mecanizada. Educar verdadeiros cidadãos, é promover a consciência de si, e para isso homens e mulheres precisam ser corpos conscientes. Assim, para Paulo Freire (2005):

A consciente educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos alunos, sendo estes meros pacientes. a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente. ... O antagonismo entre as duas concepções, uma, a “bancária”, que serve à dominação; outra, a problematizadora, que serve à libertação, toma corpo exatamente aí. Enquanto a primeira, necessariamente, mantém a contradição educador-educando, a segunda realiza a superação (FREIRE, 2005, p. 78).

Como resultado da precarização das instalações escolares e da desigualdade social, chegamos a um cenário no qual predomina a desagregação, a intolerância, a violência, o medo e a barbárie, já instaladas em muitas de nossas escolas e que é ignorado pelo Poder Público.

O resgate da educação pública como direito e da escola como espaço de construção coletiva devem levar em conta que há um aspecto estratégico nessa busca que é a sua comunicação com a sociedade. A meritocracia deveria ser a forma de governo na qual as posições hierárquicas são conquistadas, em tese com base no merecimento e não por fatores como riqueza, classe social, raça ou religião. Um exemplo seria a ideia de concurso público, na qual as pessoas podem disputar um cargo em condições iguais. Entretanto, a palavra meritocracia é agora frequentemente usada para descrever um tipo de sociedade onde riqueza, renda e classe social são designadas por competição, assumindo-se que os vencedores de fato merecem tais vantagens. Ou seja, as desigualdades são justificadas e ampliadas, gerando sociedades agressivamente competitivas, com grandes diferenças de renda e riqueza. Esse modelo vai na contramão de uma educação libertadora. A educação não pode ser transformada em produto, tampouco nossas escolas podem ser transformadas em fabricas. A educação é antes de tudo, um direito. Porém, fica difícil levar esse direito à consciência cidadã se o trabalho da imprensa não tem esse mesmo compromisso. Sua qualidade não está relacionada a uma ideia de produção quantitativa, e, portanto, não podemos confundi-la com o atendimento de padrões e estatísticas. A formação de nossos jovens é algo muito mais complexo, exigente e dialético e a análise da qualidade da educação deve levar em conta seu papel social e que transformações sociais queremos.

É fundamental, assim, avançarmos na melhoria das condições de trabalho e de formação dos profissionais da educação. Falamos aqui de uma real valorização destes profissionais, materializada na estruturação das carreiras; na garantia de salários dignos; de jornadas compatíveis com a necessidade de tempo para pesquisa, estudo e planejamento do trabalho; no acesso a programas de formação continuada e aperfeiçoamento; na garantia de um numero adequado de alunos por turmas; na adequação e estruturação física dos espaços de trabalho; e na autonomia didático-pedagógica. Também é fundamental que se estabeleça, de fato a gestão democrática das escolas com

Conselhos escolares autônomos, com poder para formular e implementar projetos políticos-pedagógicos.

Por fim, a educação pública só será prioridade se materializada num consistente financiamento, atendendo pelo menos aos objetivos que foram traçados há dez anos pelo Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade de termos 10% do Produto Interno Bruto destinados à educação.

CAPÍTULO 3 – A GREVE DA APEOESP E SUA REPERCUSSÃO NA FOLHA

3.1 As atas das assembleias da APEOESP frente ao noticiado pela *Folha*

As reivindicações trabalhistas encontram na comunicação com a sociedade um verdadeiro desafio. Por isso, escolhemos analisar um dos aspectos desse desafio retratando como a imprensa transmite essas pautas da categoria para a sociedade. Vamos refletir sobre a narrativa da grande imprensa, por exemplo, a greve no jornal da *Folha S. Paulo*, e a narrativa da greve feita pelo jornalismo sindical, com o *Jornal da Apeoesp*.

A *Folha* é considerada um dos maiores jornais em circulação no estado de São Paulo. O jornal existia inalterado até agosto de 1962, quando foi colocado sob o comando de Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. O grupo “Frias-Caldeira” possibilitou alguma atualização da *Folha*, refazendo sua organização societária, mudando seus cadernos e contratando jornalistas experientes par promover essa mudança. Além do mais, procurou melhorar sua imagem pública, desviando-se de uma posição de centralização política e neutra.

A narrativa da greve no *Jornal da Apeoesp* foi feita tendo como motivação essencial sobre a necessidade da imprensa sindical buscar comunicar para a sociedade os dramas vividos pelos professores paulistas a situação política nacional, os ataques à democracia, que sempre se vê atormentada pelos ataques sofridos contra os interesses democráticos e da cidadania:

Todos os brasileiros conscientes vêm que o golpe veio para deter os avanços sociais e fazer um redesenho do Estado brasileiro, manter a profundar a concentração de renda e os privilégios dos setores mais abastados da população e para retirar direitos dos servidores públicos e da classe trabalhadora em geral. (setembro/2016, Caderno de Teses, p. 9)

Ora, não é difícil imaginar que para boa parte da população e para grande parcela da opinião pública, é de interesse social e político saber como estão sendo desenhadas as políticas educacionais bem como saber qual é a prioridade dada à educação no orçamento público do estado.

O trabalho docente não foge à regra inerente à ordem capitalista de ser um trabalho precário por causa das condições encontradas nas escolas, o assalariamento e arroxos salariais. Sobre essa situação a categoria docente possui sensibilidade e visão histórica de seu papel. Tanto que as formas de luta para colocar em prática e tentar mudar a realidade adquirem, vez ou outra, contornos dramáticos, por exemplo, vivenciados quando:

O Sindicato, juntamente com os professores e as professoras, utilizou várias formas de luta, sempre decididas democraticamente no Conselho Estadual de Representantes e nas assembleias. A categoria ocupou rodovias, avenidas, a Assembleia Legislativa; fez acampamento na Praça da República; realizou caminhadas que fecharam importantes avenidas; os professores, José Bonfim, Cristina Ponce, Marcos Moreira, Edmar da Silva, Sebastião Calheiros e Vinicius Vasconcelos, acorrentaram-se nos portões da S.E.E., exigindo e conseguindo uma reunião com o secretário e muitos fizeram outras ações destinadas a pressionar o Governo e chamar a atenção de opinião pública. (Apeoesp Encarte Set/Out 2015, p. 2).

Ora, considerando que o conhecimento enquanto produção, defesa e transmissão de ideias e valores, se dá a partir da atividade humana na história, ou seja, se expressa através de um acontecimento dialético, não é descabido pensar que o professor como um agente que busca mudar no seu cotidiano de trabalho procura dar um significado prático para sua visão de mundo, construindo também a própria realidade social mas também se conscientizando dela e procurando mudá-la. De acordo com isso podemos considerar também como histórico o fenômeno educativo. Segundo Saviani (1995) isso se dá porque:

Sabe-se que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana. Ora, o que diferencia os homens dos demais fenômenos, o que o diferencia dos demais seres vivos, o que o diferencia dos outros animais? A resposta a essas questões também já é conhecida. Com efeito, sabe-se que, diferentemente dos outros animais, que se adaptam à realidade natural tendo sua existência garantida naturalmente, o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é transformá-la. Portanto o que diferencia o homem dos outros animais é o trabalho. E o trabalho se instaura a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Consequentemente o trabalho não é qualquer tipo de atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional (SAVIANI, 1995, p. 15).

O trabalho docente, nesse sentido, seria ou deveria ser uma ação cuja finalidade é a formação do homem ou cidadão crítico e participante do mundo que ele vive para “produzir sua própria existência”. As relações de trabalho são

estabelecidas historicamente, mas elas também são condicionantes da finalidade da educação. No entanto, a ambiguidade contida nas análises sobre a relação entre o conhecimento científico e o trabalho acarretam experiências fragmentadas que refletem a compreensão do trabalho e da educação como categorias a-históricas.

Se formos considerar esses pré-requisitos, podemos dizer que a pesquisa histórica com fontes documentais, por exemplo, a que utiliza a imprensa de uma época, constitui-se em um manancial e muito rico elemento para a investigação nas ciências humanas em geral e nas ciências históricas em particular, principalmente na história da educação. Isso porque, frequentemente essa ferramenta fornece elementos que clarificam os debates realizados na esfera social, e que nem sempre estão próximos dos atores e segmentos formais da prática escolar.

A pesquisa sobre a imprensa possibilita ainda, ao cientista social que se coloque diante das fontes como sujeito concreto do tempo presente, compreendendo o passado de acordo com suas potencialidades. Podemos justificar tal busca de perspectiva quando temos de demarcar e especificar que diante das muitas vertentes e amplitudes de pesquisas realizadas no campo educacional, aquela que utiliza a imprensa como fonte primária como importante fonte e objeto da pesquisa sociológica e educacional.

Esse tipo de pesquisa contribui, tanto para a análise específica da realidade de um determinado momento histórico, quanto para a utilização de objetos de pesquisa, aparentemente desvinculados da educação, que se constituem em diferentes fontes de informação. A pesquisa tem como objeto de estudo o campo educacional pode ser realizada tendo como fonte a imprensa. Ela é ao mesmo tempo fonte histórica e documental. Diante da análise proposta neste trabalho percebemos que desde seu início a imprensa brasileira tem se constituído em um profundo campo de pesquisas e por isso ela ajuda no delineamento de um material que traz os fatos e acontecimentos da história nacional, dos movimentos importantes da cidadania e dos acontecimentos. É claro que a reboque vêm junto os interesses dos diversos grupos sociais, econômicos e políticos que se batem pela direção do poder político e econômico na sociedade brasileira. Portanto, utilizar-se da imprensa como fonte social e política no campo educacional implica em uma ação que está além da educação

formal ou da instituição escolar, uma vez que as mesmas não se constituem desvinculadas da sociedade onde estão inseridas.

Sendo assim, podemos analisar sob um novo olhar as entrelinhas dos discursos por trás da narrativa jornalística. É isso que nós propomos ao analisar o jornal *Folha de S. Paulo*.

No editorial do jornal *Agora*, do mesmo grupo da *Folha*, se expressa a visão jornalística sobre a greve. Esse editorial é de 26 de março de 2015:

Greve nada educativa. Em cinco dias, 232 mil servidores da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo começarão a receber R\$ 1 bilhão em bônus salariais. Apesar dessa grana extra, a Apeoesp (sindicato dos professores) lançou mais uma greve. Os funcionários vão receber o adicional porque a rede estadual cumpriu as metas pedagógicas em todos os níveis de ensino. Metade da categoria receberá R\$ 3.500, o que não é pouco diante do salário-base de R\$ 2.416,00.

Já no próprio título da reportagem há um juízo de valor. Cabe assinalar que o próprio jornal reconhece no Manual de Redação (2018, p.168) que a maioria dos leitores “lê apenas o título da maior parte dos textos editados”. A técnica jornalística de titulação exerce influência na percepção fragmentada dos fatos, cuja síntese arbitrária de se selecionar a informação “mais importante” como manchete direcionando a leitura. Ela faz com que formulação de preconceitos se naturalize e coloque uma visão limitada do conhecimento da realidade. Esta prática tira a objetividade que os jornais ditos liberais a si atribuem. A regra jornalística estabelece que o primeiro parágrafo deve conter, de forma concisa, as informações essenciais para a compreensão do texto. A intenção da *Folha* foi caracterizar o movimento de greve dos professores, desde o início, como uma paralisação política. De forma subliminar, a greve passa a ser relacionada a movimentos políticos, como se ela fosse uma resposta à insatisfação dos professores pela reforma de ensino ou que representasse deliberadamente uma atitude de desestabilização do governo. O enfoque do editorial é a ausência de motivos para a mais uma greve “nada educativa”, já que os professores vão receber uma “grana extra”, porque a rede “cumpriu com as metas pedagógicas”, ou seja, a greve é algo injusto. Esse montante “não é pouco” diante do salário dos professores. Nesses termos o leitor tende a achar que os motivos são banais, além disso, os professores estão sendo muito bem pagos e não seria motivo uma greve nesse momento.

Ora, de acordo com o que foi relatado pelo próprio jornal *Folha de S. Paulo*, ocorreu em 2015 uma das maiores greves paulistas, nas palavras do jornal foi a “greve mais longa da categoria”. No contexto dessa paralisação uma das reivindicações docentes consistia em um pedido de aumento salarial da ordem de 75%, o que equipararia os salários dos docentes com outras categorias de nível superior.

Para a formação de cidadãos comprometidos com os desafios de desenvolvimento econômico e social, para se formar um cidadão crítico não basta apenas uma remuneração digna aos professores. Essa era apenas *uma* das reivindicações. Ora, ao dizer logo de início que os professores “começarão a receber R\$ 1 bilhão em bônus salariais” dá a impressão ao leitor que há somente um esse item na pauta de reivindicações. Ao contrapor a greve ao recebimento de uma “grana extra”, o jornal remete a algo inesperado e que se soma ao salário consistindo num grande benefício, quase que um “presente”. Pois, como diz a ata da reunião ordinária do Conselho Estadual de Representantes, da APEOESP, realizada em 13 de março de 2015, que decidiu deflagrar a greve, ela esclarece que a:

Presidente informou sobre a última rodada de negociações com a Secretaria de Educação cujos temas ratificaram discussões anteriores e versaram sobre reajuste salarial, superlotação e fechamento de salas de aulas, infraestrutura que garanta a qualidade do ensino nas escolas, módulo de 25 alunos por sala, do Ensino Fundamental ao Médio, política de saúde para o professor e não fim das faltas médicas, fim da violência nas escolas, água nas escolas, contratação de professores concursados, aumento do vale alimentação e transporte. Além disso, fim da contratação precária sem concurso público, agilização nos processos de aposentadoria, conversão do bônus anual em reajuste salarial. (APEOESP, 2015)

Mas a iniciativa de luta por melhoria na educação e reivindicações não são fortuitas, não são frutos de um acaso ou sem justificativa. Segundo revela a ata da assembleia realizada no MASP constatamos que na verdade existem problemas estruturais. Pois, como diz a ata acima, ela expressa a reunião ordinária do Conselho Estadual de Representantes, da APEOESP, realizada em 13 de março de 2015 e que decidiu deflagrar a greve.

A greve na rede estadual de São Paulo foi amplamente coberta pelo *Folha*. Podemos dizer que isso decorre do fato de existir uma alta audiência o

ponto de vista quantitativo, pois isso decorre do fato de que há ao enorme contingente de alunos e professores.

Segundo Fantim (2019) a análise do discurso está fundada no entrecruzamento epistemológico entre a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise. Sendo ela pressupõe a negação da existência de um sentido fixo, imutável, transparente e estável para os dizeres. Assim, diferentemente da análise de conteúdo, que se ocupa do estudo de *o quê* um texto significa, a análise de discurso busca responder *como* o texto significa. Para isso busca-se explorar sua relação com a ideologia e a história, que constituem o dizer e, no caso dessa última, na qual a língua se inscreve. Para Orlandi (2012) a análise do discurso investiga, portanto, não o “sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica”. (ORLANDI, 2012, p. 59).

Vamos ver como isso funciona nessa entrevista da presidente da APEOESP para a *Folha* em 20 de março de 2015. Segundo o título da reportagem da *Folha*: “Governo não negocia aumento com professores”, reportagem de Thais Bilenky de São Paulo. Vemos que nessa entrevista com a Presidente da Apeoesp, Maria Isabel Noronha, a formulação das perguntas já dá o tom do discurso jornalístico.

1)Folha - Qual é o plano de ação para as próximas semanas?

Maria Izabel Azevedo Noronha - A assembleia estadual com certeza vai aprovar a continuidade da greve, porque o governo não apresentou nenhuma proposta e diz que não reconhece a greve.

2)Por que insistir na greve? Haveria outros meios de pressionar o governo?

Toda greve traz bastante resultado. Em 2013, conseguimos abrir um concurso para 59 mil professores, é uma mudança estrutural. Agora, quando a questão é dinheiro, você tem razão. Vai ser difícil. Mas eu não chamo a categoria para falar que ela está derrotada. Acredito que o governador vai apresentar proposta de reajuste.

3)O que explica a adesão baixa? Não considero baixa. Sabe o que é 25%, 30% dos professores parados? São 86 mil. Considero muito representativo. A gente não faz greve somente num local concentrado, mas em todos os municípios do Estado de São Paulo. Em São José dos Campos, as quatro maiores escolas estão fechadas. Temos dados que apontam para uma adesão de pelo menos 50% depois da assembleia. Quem diz que a greve é de 2% não sabe [os dados]. Só de militância temos mais de 20 mil professores, e esses aderem imediatamente, é a vanguarda do movimento. Não temos greve de 2% nem de 100%, que é o sonho da gente.

4)Um aumento de 75% é viável? Esperamos que o governo apresente um plano de composição. Eu faço a reivindicação. Só tem um jeito [de conseguir reajuste salarial]: a greve acontecer e a gente ver se consegue. Tentei o máximo de negociação, pedi três vezes e de novo essa semana. Mas o governador não abre canal de comunicação, ele está pagando pra ver. Ele não me atende, quer discutir firulas, eu quero discutir salário. Quem torna [o diálogo] inviável é o governo.

5)A categoria tem um piso superior à média nacional. Seria razoável reivindicar um meio termo? Isso foi discutido em assembleia. Não rediscuto o índice de acordo com a minha vontade. Temos a possibilidade de debater a partir da proposta do governo, mas se disser que zero, tenho que manter a minha posição.

6)A greve tem conotação política? A única conotação é enfiar a mão no bolso do professor e ver se ele está contente e se dentro da sala de aula tem condições de ensinar. Conotação partidária, não; conotação política educacional, sim.

Antes de informar sobre a reivindicação das perdas salariais, o jornal sintetiza no título a informação que considera mais importante no texto, antecipando ao leitor que a greve não poderá ser bem-sucedida já está fora de cogitação a negociação com os professores. Isso pode parecer exagerado, mas a pauta já começa negativa para os professores.

Na segunda pergunta feita ao dirigente sindical há um tom negativo em relação ao instrumento de greve ser adequado, revelando na questão que há uma certa “insistência” com as já recorrente greves dos professores. Note-se que nem houve um preâmbulo para ter tal visão sobre a greve. Ela já é de início considerada negativa devido a sua insistência. Na pergunta se levanta a questão de uma possível alternativa de meios de reivindicações, que não seja a greve. Ou seja, deve haver outro meio que não seja a paralisação dos professores.

Na terceira pergunta há uma nítida tentativa de deslegitimar o movimento pela baixa adesão à paralisação.

A quarta pergunta busca questionar a viabilidade de um aumento de 75% e não o porquê ter chegado a essa situação. Até parece que será *Folha* que vai pagar os salários dos professores. O jornalista trabalha, teoricamente com fatos que são relevantes, o fato jornalístico é a situação dos trabalhadores em primeiro lugar e não a viabilidade de se pagar o reajuste no salário.

A quinta pergunta trás como premissa que os professores já tem um piso superior à média nacional, mas não discute como esse piso é ainda muito baixo e o porque de os professores não terem o mesmo tratamento das demais

carreiras com formação superior. E a repórter tenta colocar nesse debate se existiria alguma possibilidade de conseguir barganhar um meio termo para as reivindicações dos professores. Essa não é tarefa do jornalista. Quem de direito pode propor isso é o Governo do estado.

Na sexta pergunta é o corolário da atitude da imprensa. Ao perguntar se a greve é política se revela que no fundo é essa a visão do jornal, pois é de domínio público que toda manifestação humana é política e a greve essencialmente é isso, mas não há, isso sim, nenhuma conotação partidária.

A *Folha* vincula as entidades representativas dos professores a partidos políticos. Por último, aborda especificamente a reivindicação e fala da defasagem salarial dos índices e da impossibilidade da Secretaria da Educação aumentar salários por causa da queda de arrecadação.

3.2 A análise da grande imprensa: a *Folha de S. Paulo*

Como já previamente analisamos, o editorial *Dividir e subtrair*, publicado pela *Folha* em 08/06/2015, esse jornal faz um juízo de valor ou acentuação na valoração dos professores que são todos eles tratados como “militantes”. Pois, mesmo nem todos sendo filiados ou militantes, a *Folha* indica que o sindicato especificamente age com interesse políticos. Ou seja, não há indicação ao longo do texto de haja professores que estejam engajados na greve e não façam parte do movimento sindical. Também não há a menção desses problemas estruturais relatados na ata de 13 de março de 2015, problemas muito impactantes pelos quais passa a educação no Estado de São Paulo. Para se ter uma ideia da complexidade das reivindicações esquematizamos os principais problemas apontados nessas atas das Assembleias Gerais realizadas durante essa campanha e das reuniões do Conselho Estadual de Representantes – CER de março, abril e maio de 2015, são elas:

1) Questões relacionadas à questão salarial: debate sobre o plano de carreira, incorporação de gratificações, a falta de pagamentos por causa da greve, a questão dos reajustes salariais e recomposição de perdas salariais bem como o cumprimento da data-base.

- 2) Questões relativas à carreira profissional: compreendem as campanhas salariais; as reivindicações relativas à valorização da carreira docente, o atendimento a Lei do Piso e ao processo de atribuição de aulas.
- 3) Pendências em relação à questão da previdência: que são as reivindicações relativas à seguridade social dos docentes do Estado. Falta agilidade na concessão das aposentadorias. Em relação ao Estado de São Paulo a questão São Paulo Previdência, SPPREV.
- 4) Assuntos que remetem à ordem assistencial: São aquelas demandas que dizem respeito a melhoria da qualidade da assistência médica, por exemplo, o fim da lei que limita em seis faltas médicas por ano. Além disso, melhorias no IAMSPE, o Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual, responsável pela administração do Hospital do Servidor Público Estadual, que oferece atendimento a 1,3 milhão de usuários por meio de uma rede própria e credenciada distribuída em 173 municípios do Estado.
- 5) Questões relativas ao enorme contingente de professores contratados em regime de caráter temporário, que compreende as reivindicações sobre as relações e a natureza dos contratos de trabalho, no caso do Quadro do Magistério da SEE/SP que envolve discutir a existência de um enorme contingente professores contratados sem concurso público, trabalhadores temporários, chamados de categoria “O” que lutam por estabilidade e realização de concursos para sua efetivação.
- 6) Sobre as condições de trabalho, as reivindicações são pela diminuição do número de alunos por sala de aula e diminuição da jornada sem diminuição de salários, promover um grande debate levando a questão da violência nas escolas como algo prioritário. Fim dos cortes de verbas de custeio nas escolas e aumento de repasses para elas.
- 7) Sobre a questão da gestão escolar, são assuntos que afetam a gestão da escola, suas relações de poder e de hierarquia bem como trato relativo ao

trabalho cotidiano dentro da ótica da burocracia estatal que envolve as relações e recursos humanos. Durante a greve de 2015 muitos dirigentes regionais tinham percorrido várias escolas perseguindo os professores.

8) Por fim, podemos dizer que existem também a questão da política educacional como política pública necessária ao desenvolvimento econômico social. São aquelas pautas que dizem respeito à gestão da rede estadual, como, por exemplo, questões de financiamento e necessidades de mudanças na legislação educacional.

Enfim, entendemos que a *Folha* prefere colocar um movimento e uma situação tão complexa como essa descrita acima como se fosse “apenas” uma questão relacionada à imagem de um professor grevista, provocador e mais preocupado com interesses políticos e pessoais do que com interesse pelo público ou a fim de melhorar a qualidade da educação. Ao fazer esse recorte o editorial da *Folha de S. Paulo* se envereda pelo caráter declaratório.

Ora, segundo (Santos 2016 p. 880) em um regime de produção textual no jornalismo, os editoriais possuem um gênero bastante peculiar principalmente seu forte caráter opinativo. Charaudeau (2015, p. 235) afirma que o editorial tem caráter de “acontecimento comentado” e traz “um ponto de vista suscetível de esclarecer tanto os acontecimentos considerados os mais importantes da atualidade, quanto os acontecimentos culturais mais recentes”. Na concepção bakhtiniana, “o discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir” (BAKHTIN, 2015, p. 274). Ao analisarmos os editoriais da *Folha*, notamos essa determinada postura: Vinculação a um determinado sujeito do discurso, sem considerações ou visões discrepantes, por exemplo, aquela que vem da voz dos professores através do seu sindicato. Se formos seguir Bakhtin, entenderemos necessariamente que a comunicação se dá por meio de enunciados concretos e assim podemos compreender esses editoriais como enunciados situados sócio-histórico-ideologicamente.

Para Bakhtin “a palavra não se limita ao aspecto linguístico, mas é imbuída de valores, visões de mundo e ideologias, pois “o domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes”. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Ou seja, para (Bakhtin,

2014, p. 30) no universo social sempre somos remetidos ao ideológico e esse possui um valor semiótico.

Então, podemos dizer que o enunciado é elaborado tendo como base ou se construindo sobre o edifício do caráter ideológico. Sendo assim, construir um enunciado, a responder à palavra do outro já é uma orientação valorativa do sujeito. Segundo Santos (2016 p. 881), é por isso que notamos nos enunciados feitos a partir das lutas dos professores marcas ou características que revelam um tipo de posicionamento diante do professor grevista. Segundo essa perspectiva:

Ao recuperarmos enunciados inscritos em diferentes períodos históricos, acreditamos que retomamos também valorações que esses enunciados carregam e que são atualizadas a partir da memória. E é essa memória, não somente linguística ou discursiva, mas uma memória social, ideológica e cultural que aqui nos interessa. (SANTOS, 2016, p. 881).

Mas não é só isso, pois notamos um acentuado pronunciamento no modo como a *Folha* trata a greve de professores, que aparece agora como um movimento sem causa plausível. No editorial *Mestres indisciplinados* de 25 de abril 2015 se acentua ainda mais um caráter beligerante por parte dos professores, o que não condiz com a profissão:

Não foi imagem bonita de ver. Professores da rede estadual paulista, em greve há 41 dias, atacaram na quinta-feira (23) a sede da Secretaria da Educação e tentaram ocupar a repartição. Usando máscaras improvisadas com camisetas, os mais desvairados empregaram uma barra metálica como aríete contra as portas gradeadas do Caetano de Campos, um edifício tombado. Houve bombas e pedradas na refrega com a polícia. A invasão fracassou. Algo mais que as vidraças do prédio histórico se quebrou ali. Ao recorrerem à violência para buscar impor pontos de vista na negociação com o governo Geraldo Alckmin (PSDB), os mestres indisciplinados danificaram a imagem de toda uma categoria. O mau exemplo oferecido diante das câmeras não recebeu condenação da Apeoesp, inexplicavelmente. O sindicato descreveu o ataque com eufemismos, como manifestação de descontentamento. O movimento havia começado mal, de todo modo. A reivindicação central, reajuste de 75%, é descabida na atual conjuntura das contas públicas no Estado e no país. Apontar o exagero não implica concordar que os salários atuais sejam bons o bastante para recrutar os melhores egressos das universidades para a carreira. A remuneração média do professor estadual está em R\$ 2.725, abaixo do nível de trabalhadores com diploma superior no Estado (R\$ 4.449). A cifra, no entanto, abarca situações muito diversas, do professor com jornada de 12 horas semanais até o que trabalha 40 horas. No segundo caso, os ganhos sobem para R\$ 4.416 –ainda assim insuficientes para distinguir a docência como profissão atrativa. Há distorções no próprio serviço público. Um agente penitenciário, do qual não se exige nível

universitário, percebe em média R\$ 4.503; um sargento da Polícia Militar, com diploma superior, R\$ 5.692,00. Apesar dos riscos envolvidos nessas ocupações, não se pode dizer que o ensino seja um serviço de menor valor que a segurança. Mas já seria desmedida uma equiparação dos professores com os médicos do Estado (R\$ 7.339), pois estes têm de investir muito mais tempo de estudo em sua qualificação. *Folha* (2015)

Segundo esse editorial, a *Folha* mostra como como característica do movimento, além de uma propensão à desordem, propensão à violência, até mesmo pode ser injusto comparar médicos e professores: Professores “atacaram”, “recorreram à violência para buscar impor pontos”, “mestres indisciplinados danificaram a imagem de toda uma categoria”, “O mau exemplo oferecido diante das câmeras não recebeu condenação da Apeoesp, inexplicavelmente”, “A reivindicação central, reajuste de 75%, é descabida na atual conjuntura das contas públicas no Estado e no país”, “seria desmedida uma equiparação dos professores com os médicos do Estado (R\$ 7.339,00), pois estes têm de investir muito mais tempo de estudo em sua qualificação. Sem entrar no mérito dos valores recebidos pelos professores é estranho só a tentativa de qualificar ou valorar uma profissão em detrimento de outra. Nesse sentido, os editoriais estão em diálogo constante com os outros gêneros que circulam no jornal e são produzidos também a partir de fenômenos que emergem na atualidade, como é o caso das greves, constantemente presentes no cotidiano social. Se formos analisar como a imprensa dá sua visão sobre a educação, compreenderemos que as narrativas da imprensa abordam realidades ligadas presumivelmente aos fatos mas que na verdade dependem, como diz Deleuze, citado por VAL e AQUINO (2013 p. 96), a regimes de saber já instituídos previamente. Ou seja, a imprensa quer influenciar a opinião pública através de palavras de ordem.

Como argumenta Gilles Deleuze (1999, p. 5), essas [...] nos comunicam informações, nos dizem aquilo que julgamos que somos capazes ou devemos ou temos a obrigação de crer. Ou nem mesmo crer, mas fazer como se acreditássemos. Não nos pedem para crer, mas para nos comportar como se crêssemos. Isso é informação, isso é comunicação; à parte essas palavras de ordem e sua transmissão, não existe comunicação. O que equivale a dizer que a informação é exatamente o sistema do controle. VAL e AQUINO (2013 p. 96)

Há também nas matérias jornalística muita omissão. Por exemplo, nessa matéria do dia 13 de março de 2015:

Professores da rede estadual de São Paulo decidiram, em assembleia realizada na tarde desta sexta-feira (13), entrar em greve por tempo

indeterminado a partir da próxima segunda (16). Procurada, a Secretaria da Educação do Estado afirmou que considera legítimo o direito à manifestação, mas orienta que os estudantes compareçam normalmente às escolas na segunda-feira. "A pasta acredita que a decisão de um dos sindicatos de professores, a Apeoesp, não representa os mais de 230 mil professores da rede", disse a secretaria. Segundo o sindicato, 175 mil professores são associados à Apeoesp. (FOLHA – Educação 13/03/20015)

A declaração da Secretaria da Educação por si só é contraditória e essa fala não despertou nenhum interesse jornalístico. A Secretaria da Educação tem razão ao dizer que a APEOESP não representa todos os professores, porém representa uma parcela muito significativa, são quase 80% dos professores. Ao dizer que não iria negociar com a APEOESP por causa de sua legitimidade entre a classe isso é um grande absurdo lógico. Mas esse fato estranhamente passa despercebido.

No setor público, muito ao contrário do que talvez preferisse as grandes empresas de comunicação, como é o caso da Folha, verifica-se enorme e diversificada forma de contratação, flexibilizando a estabilidade dos funcionários públicos docentes, que sofrem ataques e desinformação por parte da imprensa.

Em regime de precarização, flexibilização e terceirização essas formas de atividade correm risco de ter seu futuro perdido para a possibilidade de contratação por OS, ou seja, Organizações Sociais, que serão muito bem pagas com recursos do orçamento público, inclusive para atividades fim. Disso podemos deduzir que as determinadas condições de trabalho serão uniformizadas, podendo ser mais objeto de precarização. Esse é o lema atual. Por isso que, é possível notar que atualmente muitas transformações estão ocorrendo no mundo do trabalho nas últimas décadas. Essas mudanças envolvem questões relacionadas às relações de trabalho e de emprego, inclusive no setor público. Para tanto, são fortes os sinais de precarização das formas de contratação, arrocho e o rebaixamento dos salários, a imposição de muitas perdas de benefícios sociais, o rebaixamento de carreiras e a ausência de reposição de cargos, a falta de concurso públicos e a falta de investimento.

Assim, se, por exemplo, se “considera legítimo o direito à manifestação”, então, “orientar que os estudantes compareçam normalmente às aulas” pode causar dificuldade às famílias para organizar suas rotinas mandando os filhos para uma escola que não vai poder atendê-los nesses dias de greve tendo os

mesmos que voltar mais cedo para casa. Além disso, deslegitimar um sindicato que representa boa parte da categoria não é sensato ou lógico: “A pasta acredita que a decisão de um dos sindicatos de professores, a Apeoesp, não representa os mais de 230 mil professores da rede”. Em contrapartida, além dessa imagem dos professores se constituindo sob uma perspectiva negativa, acrescida de um dado novo que é a crescente proposição de exclusão dos professores e substituição desses profissionais por outros melhores como saída para os problemas da educação. Observamos que um dos recursos que acabam por contribuir com o desenvolvimento de tais imagens é o uso do conceito de objetividade que prende o jornalista em duas inversões ideológicas, a primeira de que ele seria responsável pelo dizer e outra a de que o dito por ele representa a realidade. Para construir um texto que sustente tais inversões, o jornalista recorre a dados mensuráveis e prende-se ao uso da voz do outro para se sustentar.

Observamos, a partir das análises, que não é exatamente uma novidade falar em imagens e representações negativas do professor no jornal, porém, procuramos problematizar tal produção jornalística e apontar como poderíamos contribuir para tal produção. Entendemos que a pertinência de nosso trabalho não é constatar a manutenção de um discurso pejorativo, acrescido de novos elementos, mas apontar que os sentidos negativos só se materializam graças aos jogos de imagens que permitem a construção de textos a partir de sentidos positivos do jornalismo.

A Constituição Federal de 1988 que preconizava o ingresso dos docentes na rede pública somente por concurso público sendo que abria a possibilidade de contrato temporário somente para atender a situações muito específicas de substituições urgentes da docência, agora se vê vilipendiada com a possibilidade de contratação por Organizações sociais. Segundo Antunes (2007) se por um lado, podemos considerar o trabalho como um momento fundante da vida humana, ponto de partida no processo de humanização, também podemos dizer que, por outro lado, a sociedade capitalista transformou o trabalho em trabalho assalariado, alienado, fetichizado.

Porém, com o advento do capitalismo, houve uma transformação essencial que alterou e complexificou o trabalho humano. Essa dupla dimensão presente no processo de trabalho que, ao mesmo tempo cria e subordina, emancipa e aliena, humaniza e degrada, oferece autonomia, mas gera sujeição, libera e escraviza, impede que o estudo

do trabalho humano seja unilateralizado ou mesmo tratado de modo binário e mesmo dual. A desconsideração desta complexa e contraditória relação permitiu que muitos autores, equivocadamente, defendessem a desconstrução ou mesmo o fim da atividade laborativa. Mas, por outro lado, não foram poucas as mudanças que o capitalismo introduziu no mundo da produção e do trabalho nas últimas décadas. Vamos, então, indicar a seguir algumas destas tendências. (ANTUNES, 2008)

Ora, se o que era uma finalidade essencial do ser humano em sociedade passou a ser meio de subsistência e agora a força de trabalho torna-se uma mercadoria. Mesmo sendo uma mercadoria especial, que tem a finalidade de criar novas mercadorias e valorizar o capital, o trabalho se converte em meio e não primeira necessidade de realização humana. Por isso Marx vai afirmar, segundo Ricardo Antunes (2007) nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, que o trabalhador decai a uma simples mercadoria, tornando-se um ser estranho, um meio da sua existência individual. Sendo assim, o que deveria ser fonte de humanidade se converte desrealização do ser social, alienação e estranhamento dos homens e mulheres que trabalham.

E esse processo de alienação do trabalho não se efetiva apenas no resultado na perda do objeto, do produto do trabalho, mas também o próprio ato de produção, resultado da atividade produtiva já alienada. O que significa dizer que, sob o capitalismo, o trabalhador não se satisfaz no trabalho, mas se degrada; não se reconhece, mas se desumaniza no trabalho.

O trabalho como atividade vital se configura então como trabalho estranhado, expressão de uma relação social fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro. Estranhado frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio de produção da vida material, o professor torna-se um ser estranho frente a ele mesmo e ao ser humano que ele deveria ajudar a compreender o mundo e a vida ao seu redor.

Não é outra coisa o que seria a profissão educador: ajudar se reconhecer e conhecer a si mesmo, a se reconhecer no mundo e entender o seu entorno, caso contrário o homem estranha-se em relação ao próprio homem, tornando-se estranho em relação ao gênero humano.

3.3 O professor sob a ótica da imprensa: o professor é o culpado?

O nosso objetivo é investigar como a narrativa construída pelo jornal *Folha de S. Paulo* se mostra um discurso enviesado pela ótica de o professor da rede pública de São Paulo estar, por exemplo: mais ligado à ideia de um militante político do que alguém voltado para a causa da educação, quando ele é o fator determinante do fracasso escolar ou quando é visto como fazedor de greve contumaz.

Os discursos sobre o professor que aparecem em meio às notícias apresentadas pelo jornal paulista esclarecem as imagens dos professores, mas também esclarecem as imagens de um certo tipo de “jornalismo”. Para corroborar tal análise, sobre a greve de 2015 publicadas pela *Folha de S. Paulo*, almejamos extrair uma imagem produzida sobre estes docentes contando com ajuda metodológica e teórica de Bakhtin. Sobre o processo ideológico produzido por sua narrativa notamos que a *Folha*, nas entrelinhas das matérias e de seus editoriais, foca mais nas justificativas oficiais do que procura justificar a situação sofrida pela classe dos professores; ela não busca investigar mais profundamente os motivos sobre a situação da precariedade do trabalho docente.

Com a análise do discurso jornalístico é justificável mencionar alguns pontos de vista sobre alguns conceitos teóricos desenvolvidas por Bakhtin sobre essa questão. As ideias de Bakhtin aqui mencionadas podem nos referenciar na análise do discurso. Para Bakhtin (2015) os enunciados que fazemos no dia a dia têm “formas relativamente estáveis” que em nossa fala se moldam por estruturas fixas que mostram nossa forma de pensar um contexto.

Ou seja, nossos dizeres são moldados em forma de gêneros que podem se estruturar de forma mais “fechada” ou mais flexível. Em relação à produção jornalística, temos como exemplo os editoriais que são um gênero bastante particular, especialmente por seu forte caráter opinativo. Como já afirmamos anteriormente, para Charaudeau (2015) o editorial tem caráter de “acontecimento comentado” e traz “um ponto de vista suscetível de esclarecer tanto os acontecimentos considerados os mais importantes da atualidade, quanto os acontecimentos culturais mais recentes”.

Nesse sentido, podemos dizer que ao analisar os editoriais veremos que eles se mostram em diálogo com as outras formas de texto que se encontram no jornal. Este é o viés, por exemplo, na matéria relativa ao dia 14 de março de 2015

ao tratar do início da greve. A chamada já é um claro movimento nesse sentido ao dar prevalência ao fato de haver quase em todos os anos movimentos grevistas de professores. Isso é visto como algo negativo pela maioria da população e causa de desgaste com a categoria dos professores junto aos pais e famílias. Assim, a *Folha* traz à tona e exemplifica de uma maneira quase que subliminar a ocorrência frequente de greves pela educação em São Paulo. O título da matéria é “Todo ano é essa novela, diz Alckmin sobre a greve dos professores”.

“O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), afirmou na manhã deste sábado (14) que não haverá greve dos professores da rede estadual, que decidiram pela paralisação após assembleia realizada na sexta-feira (13). O tucano chamou de "novela" a decisão da Apeoesp (sindicato dos professores estaduais), que planeja cruzar os braços a partir desta segunda-feira (16) por tempo indeterminado. "Entendo que não vai haver greve, quero dizer que todos os alunos compareçam [às aulas], que os pais não deixem de mandar seus filhos. Todo ano é essa novela da Apeoesp, ela tenta fazer greve, mas não tem legitimidade", afirmou o governador durante evento em que entregou unidades habitacionais na cidade de Cedral (SP). Alckmin reforçou o discurso da Secretaria de Estado da Educação ao comparar o reajuste da categoria com a inflação nos últimos anos. "No meu mandato, nos últimos quatro anos, demos 45% de reajuste. Não houve perda de inflação no período, e ainda houve ganho real. O piso de São Paulo é 26% maior do que o piso nacional", disse. "Claro que os professores merecem mais, e nós estamos programados para sempre ter reajustes superiores à inflação", afirmou.”. *Folha de S. Paulo*, 14 de março de 2015

Ao utilizar esse referencial teórico da análise do discurso notamos que essa análise mostra as matérias e editoriais estão em sintonia com o desgaste sofrido pela APEOESP à partir do momento que se tornou referência na luta sindical do professorado paulista. Matérias como essa mostram uma sintonia e referência clara no sentido de causar uma tensão no leitor, que já está ciente da ocorrência constante das greves. A “novela da greve” é acontecimento constante na educação e ela vai contra, na opinião de muitas pessoas, a necessidade dos pais de colocar seus filhos na escola. Segundo Alaina Alves (2015, p. 99) podemos identificar uma crise no movimento de organização do magistério decorrente do desgaste sofrido pela utilização constante (quase que todos os anos desde a década de 1980) de greves de longa duração como forma de protesto contra os baixos salários.

As matérias e editoriais jornalísticos da *Folha* sabem explorar esse desgaste. Sendo assim, ao nos referenciar em Bakhtin, notamos que os textos jornalísticos se preocupam em mascarar o seu tom de defesa dos interesses do

Governo do estado, não podendo negar, porém, que ele é principalmente uma produção de sentidos sobre o mundo.

Esse olhar permite entender o porquê no jornalismo as notícias sobre os professores sempre se mostravam em um processo de jogos de imagens; sendo que a construção de uma imagem negativa do professor se dá em contraponto à construção de uma imagem positiva do jornalismo ou dos agentes políticos que ele quer defender.

Sendo assim, a análise do texto dessa matéria de 14 de março revela um dos recursos utilizados pelo jornalismo para produzir uma imagem positiva de um projeto político que ela defende, às vezes tal apoio sendo expresso em um discurso de cientificidade, com base no uso de fontes de informação, ou na neutralidade do jornalismo em aprofundar as questões em foco, o que reforça a perspectiva de que seus discursos não são representações objetivas da realidade.

Ao destacar que o governador do estado “reforçou o discurso da Secretaria de Estado da Educação ao comparar o reajuste da categoria com a inflação nos últimos anos”, o leitor poderia se perguntar por que o Governador não faria isso. Além disso, a matéria destaca também essa fala do governador de que: “No meu mandato, nos últimos quatro anos, demos 45% de reajuste. Não houve perda de inflação no período, e ainda houve ganho real. O piso de São Paulo é 26% maior do que o piso nacional”. Ora, em um país convivendo frequentemente com perdas salariais dos trabalhadores pela inflação, com ganhos reais abaixo da inflação, uma informação desse tipo pode levar um leitor menos avisado que se trata de um ganho que a maioria dos trabalhadores não tem.

Ou seja, de alguma forma os professores são privilegiados e mesmo assim estão todos os anos fazendo greves. E ao dizer que o governador de certa forma se mostra sensível à categoria: “Claro que os professores merecem mais, e nós estamos programados para sempre ter reajustes superiores à inflação”, o leitor é quase que levado a concordar que o estado está fazendo de tudo, e até muito mais!, para melhorar a situação da classe trabalhadora docente. E isso é arrematado com a declaração de que São Paulo já está à frente dos demais estados da federação, uma propaganda falada aos quatro ventos, quando se destaca que o estado já paga “o maior piso nacional dos professores”. Ora, para

quem vive com um salário mínimo, após toda essa construção, fica-se tentado a concordar com esse enfoque.

Mesmo havendo vez ou outra a referência à luta antiga de equiparação com outras categorias de profissionais com ensino superior, detalhe que a maioria da população não entende, nunca a *Folha* fez um trabalho sério de investigação sobre esse ponto. Ou seja, ela nunca trata dessa questão da equiparação o que seria muito útil para a população e os cidadãos entenderem a complexidade dessa questão. Quem é professor já viveu e presenciou essa dúvida em reuniões de pais e mesmo diretamente com seus alunos, sempre é colocada a pergunta: “Professor, o senhor só dá aulas ou tem outro emprego?”, ou essa: “Professor, o senhor não poderia fazer uma faculdade para poder ganhar mais?”.

Diante da precária situação cultural, econômica e social do trabalhador, pois é para os filhos deles que a educação pública está aí, essas perguntas fazem sentido. A maioria nem sabe que para ser professor precisamos fazer graduações, pós-graduações e aperfeiçoamentos, como qualquer outra carreira de ensino superior. Isso é ignorado pela maioria da população. E é nesse sentido que os meios de comunicação pecam ao não informar os cidadãos sobre esse grande problema. É a esse resultado que chegamos após três décadas com os mesmos homens comandando o considerado “estado mais rico do Brasil”. Independentemente de filiação partidária, esses homens são os mesmos. A *Folha* soube explorar isso e defender esse projeto.

Outra conclusão a que chegamos foi a de que a imagem dos professores continua sendo sempre, pelos motivos acima, se constituindo sob uma perspectiva negativa ao colocá-lo como fazedor de greves contumaz. Sendo assim, há essa constatação de que a imagem do professor da educação pública paulista na imprensa é sempre retratada de forma não positiva já que eles vão contra as famílias que querem “mandar seus filhos à escola” e os professores não deixam porque sempre estão fazendo greves. Isso já é um chavão em relação às pesquisas sobre a educação a imagem do professor grevista. Desde já muito há muito tempo ela tem se caracterizada nos discursos jornalísticos de forma pejorativa.

De maneira abrangente, as pesquisas educacionais revelam que em textos jornalísticos os conhecimentos e a maneira de trabalho da profissão

docente da rede pública estão sempre associados à uma desqualificação. Não é raro a categoria estar associada com o motivo da má qualidade da educação brasileira. À pergunta sobre quem é o responsável pelas causas da chocante questão da má qualidade na educação, questão que é até motivo de ironia da classe docente, a resposta é: “O professor é o culpado!”.

Por outro lado, quando a *Folha* apresenta alguma reportagem sobre um estudo acadêmico sobre algo positivo e que envolve a professor de universidade e a sociedade o foco parece ser bem diferente. Segundo dados da pesquisadora Ferreira (2012), sobre desse tema chegou -se à seguinte conclusão, para as ocorrências do tema professor e suas realizações mais frequentes que aparecem na imprensa:

- Professor e professora: são pessoas específicas, qualificadas por um título, ligadas à universidade, que dão opinião à imprensa.
- Professores: o termo corresponde a uma classe de trabalhadores, genérica, ligada a escola pública, associada a reivindicações e movimentos trabalhistas.
- Professoras: são pessoas específicas, de colégio. A pesquisa concluiu que há uma distinção no tratamento dado para os professores de universidades e para aqueles ligados ao ensino básico. Enquanto os primeiros são valorizados em sua individualidade, possuem voz e nome, os segundos, por sua vez, aparecem frequentemente sem nome, ligados à rede pública, salientando “pontos de sua formação que não são satisfatórios”. (FERREIRA, 2012, p. 52)

O que se depreende, então, é que há uma valorização dos professores pesquisadores do ensino superior e o reforço da desqualificação e o desprestígio da profissão docente enquanto categoria da educação básica. Isso indica que o modo depreciativo do docente no discurso jornalístico da *Folha* é muito pertinente.

Segundo Ferreira (2012) o encadeamento de sentido resultante dessa postura jornalística, no entanto, é resultado da perspectiva de se colocar para o leitor a relação entre os sentidos dos textos lidos da seguinte maneira: o leitor não está livre de algumas coerções próprias à produção do discurso. Entre elas,

por exemplo: “a) o modo como alguns elementos são inseridos no texto; b) a forma do veículo portador de textos; c) a forma que o texto assume no interior do suporte que o veicula; d) o movimento que a própria forma do veículo exige que o leitor faça no ato da leitura .

Ora, podemos dizer que o modo de falar do professor no jornalismo da *Folha* permanece numa perspectiva de conformação de uma imagem pejorativa do professor aliada a uma resignação pelos argumentos prestados pelo governo do estado e uma falta de vontade jornalística de aprofundar um assunto complexo.

Vejamos como isso ocorre nessa matéria. Colocamos numeração nos tópicos da entrevista com o secretário da educação para facilitar a análise. *“Greve é ‘fora de hora’, afirma secretário”*.

O secretário da Educação do governo Geraldo Alckmin (PSDB), Herman Voorwald, afirmou ter sido surpreendido com a deflagração da greve dos professores, pois já havia se comprometido em desenvolver um plano de reajuste para o mandato todo. “Foi totalmente fora de hora. No mandato anterior, demos reajustes anuais, pagos a partir de agosto. Não entendo uma greve em março.” Ele afirmou que vai se reunir com representantes do sindicato para discutir plano de carreira dos docentes, mas que “não poderei negociar nada de salário”. Voorwald disse que, segundo dados da pasta, a quantidade de faltas de docentes nas escolas estaduais não aumentou com a greve. Leia trechos da entrevista à **Folha**:

1) Como o sr. avalia a greve?

2) Herman Voorwald - Uma surpresa. Vínhamos conversando com todas as entidades, mostrando que em abril analisaríamos um plano de reajuste salarial para os próximos quatro anos, considerando a situação econômica. Estipulei abril porque é quando temos os dados de março; em fevereiro há um feriado grande, o Carnaval, que prejudica muito a análise do desempenho econômico. É uma situação como no mandato anterior, em que fizemos plano de aumento de 2011 a 2014, pago a partir de agosto de cada ano. É algo que este mesmo secretário já fez, não é uma promessa qualquer. Tudo caminhava bem quando a Apeoesp [sindicato dos docentes] deflagrou greve. Não entendi.

3) O sr. vai negociar salários?

4) Não. Nem tenho como.

5) Isso não pode inflamar a rede?

6) Tenho de ser honesto. Não há como fazer qualquer projeção agora. Estamos abertos a qualquer outro assunto. Na segunda (30) temos reunião com a Apeoesp, marcada antes mesmo da greve. Está mantida. Podemos discutir a carreira. Mas não poderei negociar nada de salário. Confio num bom senso, considerando que fizemos um plano de ganho real salarial no primeiro mandato. Temos um programa em curso. O pilar número um é valorização dos professores. Mas não posso ser irresponsável.

7) Na avaliação de vocês, a greve está forte? Temos relatos de escolas que dispensaram mais cedo os alunos.

8) Os dados que temos mostram que é uma greve deflagrada pela Apeoesp, que não se estendeu para a rede. Nosso controle mostra que tem havido 2,5% de faltas diariamente no Estado. É um número normal

de ausências. Por isso, nossa mensagem para os pais é que levem os filhos para a escola. Confiamos que os educadores seguirão cientes da importância de seu papel para os alunos.

9) É viável reajuste de 75%, como pedem os grevistas?

[10] Esse número vem da avaliação de que um professor da rede pública deve ganhar como um profissional com ensino superior no setor privado. Temos de fazer algumas ressalvas. No setor público, você tem uma estabilidade que não encontra fora. Além disso, imagina aplicar um indicador desse para uma massa salarial com mais de 200 mil professores? Desrespeitaria até a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas gostaria de ressaltar que a valorização dos professores é uma das prioridades da gestão. Estamos pagando R\$ 1 bilhão em bônus [distribuídos aos servidores de escolas que atingiram metas de qualidade]. Há também a possibilidade de o professor ganhar aumento de 10,5% a cada três anos, a partir de prova de mérito. Reconheço que seja importante aumento linear no salário-base. Mas temos de garantir condições para valorização daqueles que se esforçam, que mostram mérito. Temos de ser justos com os comprometidos. *Folha de S. Paulo*, 25 de março de 2015.

Na pergunta representada pelo tópico 1 sobre a “surpresa” da greve notamos há uma certa ironia e cinismo na fala do secretário. Pois, por que a surpresa? Já que a categoria luta todo ano para equipar e equalizar seus salários.

Além disso, o secretário afirma que estava conversando com “as entidades” sobre esse assunto. Mas esse tom de discurso é para deslegitimar a APEOESP que representa quase 80% da categoria. Segundo dados da APEOESP:

Com 180 mil sócios, a APEOESP hoje é um dos maiores sindicatos da América Latina e tem sua sede central na Capital e está representada em 93 regiões do Estado de São Paulo onde mantém subsedes – 10 na Capital, 17 na Grande São Paulo e 66 no Interior.

Segundo dados da Secretaria da Educação os números são gigantescos referentes à educação de São Paulo, e o número de professores são ainda maiores do que o secretário citou, são eles:

Mais de 4 milhões de alunos estão matriculados no Ensino Fundamental ou Ensino Médio em escolas da rede estadual de ensino paulista. Para atender a demanda, a Educação mantém mais de 250 mil professores atuando nas salas de aula, além de cerca de 65 mil servidores que atuam em funções administrativas ou técnicas nas unidades escolares e nos órgãos centrais da Educação. Esses números fazem da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo o maior órgão do segmento no Brasil. Fonte: SEE-SP ⁴

⁴ Dados da Secretaria de Estado da Educação de S.P., Disponível em <<https://www.educacao.sp.gov.br/institucional/>> Acesso em 19Dez19.

À pergunta sobre a negociação, número 3, ele responde taxativamente que não vai atender a categoria. Perguntado no tópico 7 sobre a força do movimento ele mais uma vez tenta isolar e deslegitimar novamente a APEOESP como única representante da categoria na sua resposta expressa no tópico 8 e ainda acha um “disparate uma greve fora de hora”. Na resposta representada pelo número 6 ele ao mesmo tempo afirma que não poderia negociar nada de salário, embora “o pilar número um” da política governamental seja a valorização dos professores.

Essa é uma das grandes contradições da entrevista e mostra como nesses trinta anos o discurso foi diferente da prática. Por fim, chegamos à questão essencial como a frase: “Mas não posso ser irresponsável”. Por que seria irresponsabilidade conceder um reajuste de 75% aos professores? O secretário mesmo responde: Isso iria contra a *Lei de Responsabilidade Fiscal*. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, é conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal ou LRF estipula normas gerais para as finanças públicas aplicadas nas três esferas do governo. Um dos principais aspectos principais que diz respeito à LRF é sua relação com os gastos com pessoal, dos quais deveria haver um maior controle. Por isso, a LRF fixou limites para os gastos com pessoal e o por isso o secretário está preocupado. A *Folha* nunca vai esclarecer que o verdadeiro propósito da LRF é de serviço irrestrito ao pagamento de juros e amortização da dívida e o decorrente congelamento dos gastos sociais.

A *Folha*, sendo um grupo que se originou do sistema financeiro, é um representante desse sistema na mídia. Mas, aos olhos atentos, uma perigosa peça que desvia a atenção do verdadeiro propósito de serviço irrestrito ao pagamento de juros e amortização da dívida e o decorrente congelamento dos gastos sociais. De um lado, limita, restringe e condiciona as despesas não financeiras, especialmente as sociais. De outro, mão aberta e garantia absoluta às despesas financeiras. O objetivo central da nova lei nada mais é do que criar um ambiente propício para a produção de superávits primários (receitas menos despesas, excetuando juros), resguardando o pagamento do serviço da dívida com o sistema financeiro nacional e internacional.

Essa lei ainda viola a *Constituição* e agride os princípios fundamentais do pacto federativo ao interferir na autonomia de estados e municípios, obrigando-os a cumprir

metas impostas que atendem unicamente ao ajuste fiscal. A LRF impede, na prática, a ampliação de despesas com pessoal e gastos com a manutenção ou melhoramento dos serviços públicos, ao exigir que essas despesas só possam ser acrescidas mediante aumento da carga tributária, mas deixando inteiramente livres os gastos financeiros. Os prefeitos e governadores que não demitirem policiais, médicos ou professores ou se “atreverem” a implantar programas sociais sem obedecer a todas as exigências da lei fiscal, a ameaça é clara: prisão de um a quatro anos. Segundo Miranda (2001):

A camisa de força do art. 17 e suas conseqüências, previstas nos arts. 21 e 24. O art. 17 e seus parágrafos determinam, entre outras coisas, que os atos que criarem ou aumentarem despesa de natureza continuada deverão ser acompanhados de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, devendo seus efeitos financeiros nos períodos seguintes ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa. O problema é que o seu § 3º define como “aumento permanente de receita” apenas aquela “decorrente ou proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição”. Assim, não importa que haja previsão de um aumento duradouro de arrecadação pela elevação do nível da atividade econômica ou pelo aumento da arrecadação por uma maior eficiência da máquina fiscal. Dessa maneira, um reajuste para servidores, a contratação de médicos, professores ou policiais, mesmo para substituir os aposentados, precisarão, para serem válidos e legais, que o governante adote pelo menos uma destas quatro medidas: a) crie um novo imposto; b) aumente a alíquota de um existente; c) inclua uma nova classe de contribuinte em um imposto; ou d) corte, diminuindo, outra despesa obrigatória. E algum desses procedimentos deve ser adotado mesmo que haja disponibilidade de caixa. (MIRANDA, 2001)

Assim, constatamos que o modo de o jornalismo falar sobre os professores se dá num processo de jogos de interesses, em que a perspectiva negativa do professor se dá sempre em contraponto a uma imagem positiva dos interesses do governo do estado. É essa a constatação retirada dessa matéria do dia 20 de março de 2015:

Procurada, a Secretaria da Educação do Estado afirmou que considera legítimo o direito à manifestação, mas orienta que os estudantes compareçam normalmente às aulas. "A pasta acredita que a decisão de um dos sindicatos de professores, a Apeoesp, não representa os mais de 230 mil professores da rede", disse a secretaria. Segundo o sindicato, 175 mil professores são associados à Apeoesp. A categoria, que tem a data-base em março, reivindica reajuste salarial de 75,33%, o que, segundo o sindicato, visa a equiparação salarial com as demais categorias com formação de nível superior –o piso dos professores estaduais é de R\$ 2.415,89. Segundo a secretaria, a categoria teve, em quatro anos, um aumento acumulativo de 45% e alcançou o piso 26% maior do que o nacional. "Os profissionais da Educação ainda podem conquistar o reajuste salarial anual de 10,5% por meio da valorização pelo mérito. E recebem bônus por resultados obtidos por

seus alunos", destacou a pasta. *Folha de S. Paulo*, 20 de março de 2015

A análise do texto da reportagem acima nos mostra que um dos recursos utilizados pelo jornalismo para produzir uma imagem positiva dos interesses do governo do estado em detrimento dos interesses da educação, aqui representada pelo professor, se apoia num falso discurso de neutralidade, que reforça a perspectiva de que o discurso jornalístico é apenas ele a representação objetiva da realidade. Como afirma Fantim (2019) , expor o discurso jornalístico à análise de discurso significa não só descortiná-lo de sua ilusão de transparência, mas também alertar para os efeitos sociais oriundos de sua tomada como reprodutor de verdades universais, absolutas e, conseqüentemente, inquestionáveis, principalmente no que tange à formulação e à circulação de dizeres e discursos outros. Esse é, talvez, o primeiro passo para que os cidadãos comecem a abrir os olhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encampar lutas por melhores salários os professores surgem na vida sindical movidos pela vontade de mudar ou interferir nas transformações que levaram à precarização do trabalho docente. Essa perspectiva e as formas de luta sindical se expressam também na comunicação, pois nem sempre as pautas defendidas pelos professores encontram-se devidamente documentadas, compreendidas e expressas pela imprensa. Ocorreram mudanças na narrativa feita, por exemplo, pelo jornal *Folha de S. Paulo*, na forma como esse periódico retratou as greves encampadas pela APEOESP. Essas mudanças são refletidas também na postura defendida por esse jornal. Após a década de 1980, com o advento da globalização e uma série de reformas que se seguem a 1990, ocorreram mudanças nas relações de trabalho vinculadas ao setor público. A grade imprensa terá interesses em mostrar o que considera ser positivo nessa mudança. Mas ela é pautada por interesses ideológicos e, por que não, políticos.

Porém, ela terá pela frente o confronto de pontos de vista com os trabalhadores, já que eles reivindicam e consideram legítimas a luta pela reposição de suas perdas salariais. As posições de defesa de equilíbrio do setor público para que este não leve a dificuldade orçamentárias e fiscais não dependem somente de políticas de pessoal, já que esta depende da disponibilidade orçamentária e essas se vinculam às políticas sociais, da previdência e fiscal. Mas esses são obstáculos decorrentes das políticas econômicas neoliberais que preconizam o encolhimento do Estado e, conseqüentemente, o atrofiamento do espaço público e a prevalência do espaço privado. Para as reivindicações econômicas dos trabalhadores da educação isso significa, como o aval dos meios de comunicação, a eliminação de direitos econômicos, sociais e políticos garantidos pelo poder público e constantes na Constituição de 1988. Tudo isso será objeto de veiculação dos meios de comunicação, mas eles se colocam mais em defesa dos interesses privados, da classe dominante, do que apenas informar, que é um direito constitucional do cidadão. Nos tempos atuais isso significa deixar de lado a democracia e suas vantagens e abraçar os interesses financeiros e do capital. A *Folha de S. Paulo*, através dos seus editoriais sobre a greve, se coloca ao lado da perspectiva e da economia política neoliberais quando recusa ver os números apresentados por

essa categoria como historicamente justas e necessárias para uma educação de qualidade. Ela prefere contemporizar com o discurso de preocupação fiscal do orçamento ao passo que a categoria docente tenta informar que a escola pública está em um processo de deterioração irreversível através dos anos de governos não comprometidos efetivamente com a educação de qualidade. Ao estigmatizar as reivindicações como relacionadas a apenas um partido e questões de militância a *Folha* vai ainda mais longe revelando sua parcialidade. Ora, se são recorrentes as greves é porque elas são a última tentativa dessa categoria de mudar a situação caótica da educação no estado. A *Folha* parece querer dizer que destinar fundos para educação não é prioridade, parece preferir cortar os investimentos públicos destinados aos direitos sociais, transformando-os em serviços definidos pela lógica do mercado. Ou seja, prefere a privatização dos direitos transformados em serviços, privatização que aumenta a cisão social entre a carência e o privilégio, aumentando todas formas de exclusão. Sendo assim, o atrofiamento e encolhimento do público e o alargamento do privado colocam em evidência o bloqueio a um direito democrático fundamental sem o qual a cidadania, entendida como participação social, política e cultural é impossível, qual seja, o direito à informação.

O movimento grevista que teve como início as reivindicações dos professores paulistas em 2015 colocou para a sociedade, entre outros problemas, as péssimas condições e a precarização do trabalho docente. Também ficou evidente que a conquista das reivindicações dos professores pela melhoria das condições de trabalho e pelo cumprimento de legislações vigentes como, por exemplo, a da jornada de trabalho estabelecida na lei do piso é absolutamente necessária para que o Estado de São Paulo possa oferecer um ensino gratuito, público e de qualidade para milhões de crianças e adolescentes.

O envolvimento do sindicato dos professores nas questões sociais amplas, se insere no fortalecimento dos movimentos sociais e fortalece e legitima a ação docente, pois aquilo que a escola deve esperar dos alunos, ou seja, a formação de uma cidadania crítica e participativa, é vivenciada pelos professores. Antes de informar sobre a reivindicação das perdas salariais, o jornal muitas vezes simplesmente sintetiza em poucas palavras a mensagem ao leitor de que as greves do setor público da educação causarão prejuízos aos alunos, sendo as mesmas ineficazes, pois o governo não tem como recuperar

os índices de salário. Na verdade, deveria ser dito que não há vontade política para investir nos filhos dos trabalhadores, pois é esse o perfil da escola pública: atender aos anseios de qualidade para a educação dos filhos dos trabalhadores.

Assim, lhe escapa a sua verdadeira razão de ser que seria fazer a ponte para a sociedade de informações que interessam à cidadania e ao desenvolvimento social. Não resta dúvida de que os meios de comunicação são essenciais aos regimes democráticos modernos. A democracia moderna deve muito à imprensa o direito de liberdade de informação, bem como não há sentido dizer que existe democracia onde a imprensa não é livre. Ora, é por intermédio de uma imprensa livre que a sociedade civil se manifesta, emite opiniões, troca informações, vigia, denuncia e cobra dos três poderes clássicos o perfeito funcionamento daquilo que entendemos como democracia. Por causa justamente disso que afirmamos que há a necessidade de o jornalismo e os meios de comunicações contribuírem muito mais em relação à tão sonhada sintonia para a paz, o desenvolvimento social e econômico no que que diz respeito diretamente com as políticas públicas, no caso aqui estudado, da política educacional do Estado de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor . São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios da sociologia do trabalho**. Londrina: Práxis, 2007.

ALVES, A. E. **TRABALHO DOCENTE E PROLETARIZAÇÃO**, Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.36, p. 25-37, dez.2009.

ALMEIDA, Antonio de P. e BOSCHETTI, Vânia R. **APEOESP e a mobilização dos professores paulista (1985 a 2000)**. In *REVISTA HISTEDBR*. Campinas, nº 54, p. 26-28, dezembro/2013.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaios obre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do trabalho**. 11º São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

_____. **Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho** - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008.

_____. **Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho** - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/Arquivos/sis/EventoPortal/AnexoPalestraEvento/Mesa%201%20-%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf>>. Acesso em 29 Nov. 2019.

APEOESP. **Apeoesp – Urgente**. São Paulo, SP, p.16-7, outubro 1995. Disponível em: <<http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/PEDIDO%20HABILITACAO%20-%20ACP%20-%20REORGANIZACAO.pdf>>. Acesso em 10 Nov. 2019>

ASSIS, S. S. de. **As reformas neoliberais no ensino público paulista e o sindicalismo propositivo da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do estado de São Paulo) 1991-1998**. Dissertação de mestrado. Orientador: Armando Boito Jr. Campinas: IFCH, Unicamp, 1999

BAKHTIN, M. M./VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem**. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

BINENBOJM, Gustavo. **Meios de Comunicação de Massa, Pluralismo e Democracia Deliberativa. As Liberdades de Expressão e de Imprensa nos Estados Unidos e no Brasil**. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico. Salvador, n. 5, p. 1-19, fev/mar/abr de 2006.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Presidência da República. Brasília: Imprensa Nacional, 1995.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base.** – Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação** – 2018. – Brasília, DF : Inep, 2018

CAÇÃO, M. I. **São Paulo Faz Escola? Da alienação do trabalho docente.** In: V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. Marxismo, educação e emancipação humana. Florianópolis: UFSC, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

CANDAU, Vera Maria et al. **Oficinas pedagógicas de direitos humanos.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias.** São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Discurso político.** Tradução de Fabiana Komesu e Wilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CHAUÍ, Marilena. **O poder da mídia.** Observatório da Imprensa. Edição 710 de 04/09/2012. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed710_o_poder_da_midia/>. <Acesso em 09 de Jul. de 2019>.

Costa, Belarmino Cesar Guimarães. **O "Estado" da Educação na "Folha" de Jornal: corno os Jornais de Grande Circulação Abordam a Questão Educacional.** Revista Brasileira de Estudos de pedagogia, vol.76, nº 184 Set/Dez. Brasília – D.F.1995.

COSTA, Frederico Lustosa da. **Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas.** Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro , v. 42, n. 5, p. 829-874, Oct. 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000500003&lng=en&nrm=iso>. <Acesso em 31 Out. 2019. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122008000500003>>. <Acesso em: 10 Nov. 2019>.

DEL PINO, Mauro Augusto Burkert; VIEIRA, Jarbas Santos; HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, controle e intensificação: câmara, novo gerencialismo e práticas de governo.** In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA Maria Auxiliadora; FERREIRA JR, Amárico; BITTAR, Marisa. **A Proletarização dos Professores.** Educação e Sociedade, volume 27, nº 97, Set/Dez. 2006. Campina, SP. Disponível em:< <HTTP://www.cedes.unicamp.br>>. <Acesso em: 31 jan. 2011>.

DIAS, Luis Antonio. **Vozes dissonantes: análise do Jornal Folha de S. Paulo e de pesquisas do Ibope no golpe civil-militar de 1964.** Veridotio – Revista On line de Filosofia e Ciência Humanas. Nº 17, Ano IX, Abril, 2013.

FANTIM, Minéya Gimenes. **Discurso, vozes e resistência(s): o movimento estudantil paulista de 2015 em Folha de S. Paulo e Jornalistas Livres**. 2019. (132 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.

FERREIRA, K. Z. **O jornalismo e os professores: os jogos de imagens**. Comunicação & Educação • Ano XXI • número 2 • jul/dez 2016.

FIDALGO, Nova Luciene Rocha (Org.). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividades**. Campinas: Papirus, 2009.

FOGAÇA, A. "**Modernização industrial: um desafio ao sistema educacional brasileiro**". In: DESEP/CUT, A Educação e os Trabalhadores. São Paulo: Scritta Editorial, 1992.

Folha de S. Paulo – Editorial: **Deseducação pela greve**. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/213419-deseducacao-pela-greve.shtml>> <Acesso em: 19 Out. de 2019>

_____ - **Governo não negocia aumento com professores, diz presidente da Apeoesp**. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/03/1605660-governo-nao-negocia-aumento-com-professores-diz-presidente-da-apeoesp.shtml>> <Acesso em: 10Jan2019>

_____ - **Manual da Redação: Folha de S. Paulo**, 21. edição, São Paulo, Publifolha, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.^a edição.

GENTILLI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1995.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

JESUS, Saul N. **Desmotivação e crise de identidade na profissão docente**. Katálysis, Florianópolis, v.7, n. 2, p. 192-202, jul-dez, 2004.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1989.

MELO, Savana Diniz Gomes. **A Convergência da Reforma Administrativa e da Reforma da Educação Profissional no CEFET-MG**. 2002. 258 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2002.

MIRANDA, S. **A verdadeira face da lei de responsabilidade fiscal**. Disponível em <<http://revistaprincipios.com.br/artigos/61/cat/1323/a-verdadeira-face-da-lei-de-responsabilidade-fiscal-.html>> <Acesso em 22 Dez. de 2019>

MOREL, M.; BARROS, M. M. **Palavra, Imagem e Poder: o surgimento na imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEVES, L. M. B. P.; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. B.C. (orgs.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006. p. 9-15.

NORONHA, Maria Izabel Azevedo (org). **Qualidade da Educação: qualificação e valorização dos profissionais da educação**. São Paulo: APEOESP, 2018.

NÓVOA, A. **A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português**. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (orgs.) Educação em revista: A imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. p. 43- 54.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas, SP – Pontes Editores, 1996.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 10ª edição. Campinas, SP – Pontes Editores, 2012a [1990].

PIOVEZAN, Patrícia R. **A precarização do trabalho docente no Estado de São Paulo 20 anos de reformas**. In *Educação Temática Digital*. Campinas, volume 8, p. 78-7, jan./abril/2016

ROMANELLI Oliveira Otaíza. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, 1986.

RIBEIRO, Emilie Cavalcante. **As mudanças no papel do Estado na década de 1990: impactos sobre as relações de trabalho no setor público**. Campinas, SP: 2004.

SALVADOR, Evilasio. **A distribuição da carga tributária: quem paga a conta?**. In: João Sicsú. (org.). Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?). São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p. 79-92.

SANTANA, Marco Aurélio. **Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990**. In.: FERRERIA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SAVIANI, D. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC**. In: Educação e Sociedade, n.100, v. 28, p. 1231-1255, 2007.

_____. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Da Escola Como Mediação Necessária do Necessário Projeto Educacional**. Subsídios para os encontros Regionais. Preparatórios ao Congresso (Republicação). Resoluções do XIV Congresso Estadual de Educação. 2018.

SILVA, Giselle Souza da. **Fundo público e políticas sociais: o trabalho necessário sobre a égide do capital portador de juros**. Brasília: II Conferência do Desenvolvimento Circuito de Debates Acadêmicos das Ciências Humanas, 2011.

SODRÉ, Nelson. Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TORRES, Carlos Alberto. **Estado, privatização e política educacional: elementos para uma crítica do neoliberalismo**. In: GENTILLI, Pablo (org.). Pedagogia da exclusão. Petrópolis: Vozes, 1995.

VICENTINI, Paula Perin; LUGIL, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2007.

VIANNA, Cláudio. **Os nós do “nós”: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo**. São Paulo, Xamã, 1999.

Fontes

APEOESP. Manual do Professor. 2018.

APEOESP Informa Urgente, 04/03/2015, edição 14.

APEOESP Informa Urgente, 13/03/2015, edição 16.

APEOESP Informa Urgente, 16/03/2015, edição 17.

APEOESP Informa Urgente, 18/03/2015, edição 18.

APEOESP Informa Urgente, 19/03/2015, edição 19.

APEOESP Informa Urgente, 20/03/2015, edição 20.

APEOESP Informa Urgente, 25/03/2015, edição 21.

APEOESP Informa Urgente, 27/03/2015, edição 22.

APEOESP Informa Urgente, 30/03/2015, edição 23.

APEOESP Informa Urgente, 30/03/2015, edição 24.

APEOESP Informa Urgente, 31/03 2015, edição 25.

APEOESP Informa Urgente, 02/04/2015, edição 26.

APEOESP Informa Urgente, 08/04/2015, edição 27.

APEOESP Informa Urgente, 09/04/2015, edição 28.

APEOESP Informa Urgente, 15/04/2015, edição 32.

APEOESP Informa Urgente, 06/04/2015, edição 44.

ATAS DAS ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS DA A APEOESP – SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (REALIZADAS ENTRE EM 12 DE JUNHO E 12 DE OUTUBRO, DE 2015.)

ENCARTE Jornal da APEOESP, Mar/Abr2015.

ENCARTE Jornal da APEOESP, Mai/Jun 2015.

ENCARTE Jornal da APEOESP, Jul/Ago 2015.

ENCARTE Jornal da APEOESP, Set/Out 2015.

APEOESP- Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo [VI Conferência Estadual de Educação/ XXV Congresso Estadual. Professora Silvia Pereira Na democracia conquistamos direitos e construímos educação pública de qualidade]